

Ser Assistente Social - Tradução parcial comentada de *Becoming a Social Worker*, de Vivienne E. Cree

Dissertação de Mestrado

Paulo Alexandre Arruda Xavier

Mestrado em

Tradução e Assessoria Linguística



Ser Assistente Social - Tradução parcial comentada de *Becoming a Social Worker*, de Vivienne E. Cree

Dissertação de Mestrado

Paulo Alexandre Arruda Xavier

Orientadora

Professora Doutora Dominique Almeida Rosa de Faria

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tradução e Assessoria Linguística.



Agradecimentos

Não poderia deixar passar em branco a oportunidade de manifestar a minha felicidade por estar a concluir esta grande tarefa a que me propus, agradecendo a todos os que, de uma forma ou de outra, estiveram comigo ao longo deste percurso.

Sem nenhuma ordem em particular, porque acredito verdadeiramente na genuinidade e na intensidade das palavras e das ações que cada pessoa que me apoiou me transmitiu, começo por agradecer à minha orientadora, à Professora Doutora Dominique Faria. Quando a convidei para me orientar neste projeto, bem sabia que estava a fazer a escolha mais acertada; e o tempo só o veio comprovar. Obrigado por todo o seu envolvimento, por toda a sua dedicação, por todas as partilhas, enfim, por todo o seu apoio. Em tempo de pandemia, nem o distanciamento físico a impediu de estar lá para mim, sempre que precisasse. Este trabalho é tanto meu como seu.

Agradeço, também, aos meus colegas de turma que, por bem, se tornaram meus amigos. À Judy, à Natália e ao José Mariano, obrigado pelas vossas palavras de apoio, nos momentos menos bons, e pelas vossas palavras de felicitação e de encorajamento nos momentos bons. Partilhámos esta experiência e é certo que, sem a vossa presença e sem a vossa ajuda, tudo teria sido mais difícil.

Em particular, aproveito para agradecer à Judy: obrigado, de coração, pela tua amizade.

Aos meus colegas de trabalho, deixo, também, o meu agradecimento. Foram muitas as vezes que me incentivaram a continuar sempre e a nunca baixar os braços, principalmente quando tudo parecia querer desabar sobre mim. À Beatriz e à Natércia, em particular, deixo aqui as minhas palavras de agradecimento: tenho-vos comigo no coração, queridas colegas e amigas.

Às minhas atletas favoritas, Sofia e Raquel: muito obrigado. Não são precisas muitas palavras para vos demonstrar o quanto vos estou grato por todo o vosso apoio, queridas amigas. A todos os meus restantes amigos, de uma forma muito especial a todos os que me deram uma palavra de conforto e de incentivo, o meu sincero obrigado. Vocês sabem quem são.

Deixo, de igual modo, o meu agradecimento à minha família. Em especial, agradeço, do fundo do meu coração, à minha melhor amiga, à minha confidente, à minha força e razão de ser, à minha prima e madrinha Márcia.

A todos, sem medidas, muito obrigado!

Resumo

Nesta dissertação de mestrado elaborou-se uma tradução parcial comentada de *Becoming a Social Worker*, de Vivienne E. Cree. O presente trabalho teve como principal objetivo identificar os desafios e os obstáculos que surgiram no decurso do processo de tradução, bem como as estratégias utilizadas para os ultrapassar. Tratando-se de um texto híbrido, que combina uma componente técnica e científica da área do Serviço Social com um registo autobiográfico, foram selecionados para serem comentados casos relativos ao uso de vocabulário culturalmente sensível, referências culturais, vocabulário especializado/técnico e linguagem coloquial, características que mereceram uma maior atenção aquando da tradução. Iniciou-se a dissertação com a fundamentação teórica que, posteriormente, sustentou as escolhas efetuadas aquando da tradução, assim como a análise e o comentário elaborado ao texto traduzido.

Palavras-chave: tradução técnica e científica; estudos de tradução; Serviço Social; ciências sociais e humanas; Vivienne E. Cree; estratégias de tradução.

Abstract

In this master's dissertation we carried out a commented translation, from English to Portuguese, of a part of *Becoming a Social Worker*, by Vivienne E. Cree. The main aim of this dissertation is to identify the challenges and obstacles that arose during the translation process, as well as the strategies used as solutions in each one of the selected cases. Considering this text is a hybrid one and it combines both a technical and scientific component from the social work field with an autobiographical writing, we selected some cases to comment, based on their characteristics – culturally marked vocabulary, cultural references, technical/specialized vocabulary, and colloquial speech –, which led us to carefully consider them during the translation process. This dissertation begins with the theoretical review that underpins the choices made during the translation process, as well as its analysis and comment.

Keywords: scientific and technical translation; translation studies; social work; social sciences and humanities; Vivienne E. Cree; translation strategies.

Índice

Índice de quadros.....	5
Introdução.....	6
Capítulo I – Fundamentação teórica.....	11
1. Textos técnicos e científicos e tradução.....	11
2. Posição da tradução de textos técnicos e científicos no polissistema literário.....	20
Capítulo II – Proposta de tradução de <i>Becoming a Social Worker</i>	23
Capítulo III - Comentário à tradução.....	104
1. Vocabulário culturalmente sensível	104
2. Vocabulário especializado/técnico	119
3. Registo de língua coloquial	133
Conclusão	144
Bibliografia.....	150
Citada	150
Consultada	154

Índice de quadros

Quadro 1.1 - A minha semana habitual	43
Quadro 2.1 – A minha semana no FARE	54
Quadro 3.1 - A minha semana habitual	77
Quadro 4.1 - A minha semana habitual	85
Quadro 1. Vocabulário referente a etnias	105
Quadro 2. Vocabulário referente a questões individuais (caraterísticas físicas, psicológicas e socioculturais) e comportamentais.....	109
Quadro 3. Referências culturais diversas	114
Quadro 4. Termos técnicos utilizados transversalmente em Serviço Social	121
Quadro 5. Termos técnicos utilizados em Serviço Social, na cultura de partida	129
Quadro 6. Expressões coloquiais.....	134
Quadro 7. Expressões idiomáticas.....	139

Introdução

Na presente dissertação, propõe-se a tradução, da língua inglesa para a língua portuguesa, da obra de Vivienne E. Cree, *Becoming a Social Worker*. De igual modo, propõe-se a análise e o comentário desta mesma tradução e dos diversos casos selecionados e destacados pela sua pertinência e relevância e pelos desafios e obstáculos que colocaram. Para a elaboração do presente trabalho e dada a sua extensão, optou-se por selecionar como *corpus* apenas a página de agradecimentos, a introdução e a primeira parte da obra, composta por cinco capítulos.

Segundo Eco (2005, 7), na sua reflexão acerca da definição de tradução, a resposta mais simples e prática à pergunta «O que quer dizer traduzir?» é «dizer a mesma coisa noutra língua». Todavia, e como salienta o autor, esta resposta não é, de todo, capaz de fazer jus ao conceito de tradução, pois acontece que é difícil precisar o que se entende por *dizer a mesma coisa*, tendo em conta que no funcionamento normal de qualquer língua ocorrem operações como a «paráfrase, definição, explicação ou reformulação (...) substituições sinonímicas» (Eco 2005, 7). Para além disso, o autor afirma que, mediante um texto a ser traduzido, não é fácil determinar qual é a *coisa* que se pretende traduzir, nem é certo afirmar o que é *dizer*. Na ótica do autor, traduzir é, então, *tentar* dizer a *quase* mesma coisa e esta tarefa implica flexibilidade e negociação por parte do tradutor.

Aquilo que defende Eco (2005) vai ao encontro da perspectiva de Nida (1964) sobre a tradução vai, uma vez que esta sustenta que não existem duas línguas idênticas, dois textos iguais em línguas diferentes. Por conseguinte, Nida (1964) conclui que não existe uma correspondência absoluta entre línguas. Portanto, um texto traduzido nunca pode ser totalmente igual ao texto de partida, porque depende sempre da natureza da mensagem, do objetivo(s) do autor e, conseqüentemente, do tradutor e, ainda, do tipo de público-alvo a quem se dirige o texto de chegada.

Toury (1995) acrescenta à discussão sobre tradução o seguinte:

In its socio-cultural dimension, translation can be described as subject to constraints of several types and varying degree. These extend far beyond the source text; the systemic differences between the languages and textual traditions involved in the act, or even the possibilities and limitation of the cognitive apparatus of the translator as a mediator (Toury 1995, 199).

Na ótica deste autor, a tradução pode ser vista como alvo de vários constrangimentos, de diversos tipos e níveis, que vão para além daqueles que o texto de

partida poderá colocar. Como tal, a tradução necessita de adotar estratégias diferentes e, até mesmo, de alcançar *produtos* diferentes, segundo refere o autor.

É com base nestes pressupostos e noutros que surgirão no decorrer desta dissertação que se apresenta a proposta de tradução comentada da obra de Vivienne E. Cree. A autora foi, durante dezasseis anos, assistente social, habilitada a exercer a profissão em instituições particulares de solidariedade social e em entidades governamentais e exerceu, também, funções no *College of Humanities and Social Science* da *University of Edinburgh* como Professora Associada de Serviço Social. Escreveu catorze livros sobre Serviço Social, alguns dos quais abordam em concreto a questão da formação profissional dos assistentes sociais. Participou, de igual modo, na escrita de capítulos de vários livros subordinados a temáticas associadas à sua área profissional. A autora levou a cabo investigações em diversos campos de atuação do Serviço Social ao longo dos últimos trinta anos. Continua, ainda, envolvida em projetos relacionados com a profissão e encontra-se a trabalhar na publicação de artigos em revistas científicas.

Becoming a Social Worker é uma obra que fala dos assistentes sociais e do Serviço Social, que conta a história do percurso de treze pessoas que entraram para a profissão e que se encontravam a exercê-la no Reino Unido, no contexto da altura em que foi escrita. Nesta obra, *ouvem-se* várias vozes que relatam as suas motivações para a escolha desta profissão, bem como os motivos que os mantêm no exercício das suas funções. Ao longo da obra, encontram-se vários relatos pessoais de pessoas que descrevem os seus dias de trabalho enquanto assistentes sociais em diferentes contextos laborais, inseridos na realidade britânica do Serviço Social. Leem-se, também, relatos de profissionais que, não estando no terreno, se encontram a formar outros assistentes sociais, assumindo funções no ensino da profissão. Para além destas realidades, a obra apresenta, ainda, relatos de pessoas que se encontram na gestão da profissão. Para Vivienne E. Cree, o objetivo deste livro é desafiar a visão dominante acerca do Serviço Social, no caso concreto da realidade britânica, tornando-o mais visível, para que todos os que ponderam seguir esta profissão possam tomar uma decisão mais informada.

Relativamente à estrutura da obra, esta é composta por quatro partes que se encontram subdivididas em vários capítulos. Na primeira parte, intitulada de *Voices from social work practice*, os primeiros cinco capítulos contam as histórias e as experiências de assistentes sociais, no contexto das suas intervenções, isso é, que estão ou estiveram na fase ativa das suas carreiras, no terreno. Dado que esta primeira parte da obra faz parte

do *corpus* da presente dissertação, destaca-se brevemente o que cada um dos seguintes cinco capítulos aborda:

No primeiro capítulo, *The juggling act*, Gurdip Chima conta a sua experiência na profissão, enquanto assistente social especialista em dependências e comportamentos aditivos, e reflete, também, sobre questões como o racismo, a xenofobia e sobre a importância de uma prática anti-opressiva e antidiscriminatória na intervenção do Serviço Social com estes tipos de públicos mais vulneráveis. O autor reflete, ainda, sobre aspetos e acontecimentos da sua vida pessoal, realçando o impacto que tiveram na sua escolha profissional.

No segundo capítulo, *Social work in the neighbourhood*, no seu relato, Bob Holman, assistente social reformado, revela que trabalhou, durante toda a sua carreira, em contexto de intervenção e de desenvolvimento comunitário em bairros sociais e com famílias em situação de extrema fragilidade e vulnerabilidade social. O autor partilha com o leitor algumas das suas experiências profissionais neste âmbito, nomeadamente os projetos comunitários nos quais esteve envolvido.

No terceiro capítulo, *A minority experience*, Ann Marie Howell conta a sua experiência enquanto mulher de descendência afro-caribenha e assistente social, ao longo da sua formação e, também, da sua intervenção profissional. A autora relata o seu trabalho em contexto escolar, dando ênfase à importância da valorização e representatividade das minorias étnicas.

No quarto capítulo, *Social work in transition*, lê-se acerca da experiência profissional de Justine Merton, assistente social que intervém junto de jovens portadores de deficiência que necessitam de respostas sociais de apoio diferenciadas para fazer face às suas necessidades especiais. A autora reflete, também, sobre a longevidade da sua carreira profissional.

No quinto e último capítulo desta primeira parte, *From Castlemilk to Chisinau*, Gary Westwater relata ao leitor a sua experiência enquanto assistente social que intervém junto de jovens e crianças institucionalizadas nos países da Europa de Leste. O autor mostra-nos a sua visão da situação social nestes países e apresenta algumas das suas indagações e dificuldades na intervenção.

É de realçar que, em cada um dos capítulos anteriormente referidos, os autores partilham com o leitor a planificação dos seus quotidianos de trabalho.

Na segunda parte da obra, designada *Voices from social work management*, encontram-se relatos de outros assistentes sociais ligados, como já foi referido, à gestão

da profissão. Na terceira parte, *Voices from social work education and training*, leem-se relatos de pessoas envolvidas no ensino, mas também na aprendizagem teórica e prática da profissão. Já na quarta e última parte, intitulada *Commentary*, Vivienne E. Cree resume os vários relatos da obra e reflete sobre as principais questões transversais a todos, em particular sobre o processo de chegada à profissão e a experiência destas pessoas enquanto assistentes sociais.

Sendo a obra composta pelas partilhas de vários autores, é inevitável que as escritas sejam distintas entre si, que sejam marcadas por diferentes características. Neste sentido, ao longo da obra e em particular nos primeiros cinco capítulos, verifica-se a utilização de um vocabulário considerado culturalmente sensível pela sua conotação, de uma linguagem técnica e científica, de um registo de língua coloquial, assim como o recurso a expressões idiomáticas. As referências culturais estão, também, presentes nos estilos de escrita dos autores, bem como a citação e a referenciação de trabalhos académicos/científicos.

No que concerne à editora, a obra foi editada e publicada no ano de 2003 pela Routledge, simultaneamente nos Estados Unidos da América e no Canadá. Esta editora trabalha a nível global na publicação de livros e artigos académicos e de outros recursos online na área das humanidades e das ciências sociais. Foi fundada em 1836 e faz parte do Taylor & Francis Group, uma das maiores editoras mundiais que se encontra presente em mais de seis países. É responsável pela publicação de vários e relevantes artigos científicos no âmbito das ciências sociais e é, portanto, destinada a um público em particular, ou seja, aos investigadores, aos formadores/professores, aos alunos e, ainda, aos profissionais de diversas áreas profissionais das ciências sociais e humanas. Salienta-se, também, que esta obra de Vivienne E. Cree foi novamente publicada em formato digital (*e-book*) seis anos mais tarde, em 2009.

A escolha desta obra prendeu-se com o facto de o seu texto *combinar* dois géneros textuais diferentes e que, à primeira vista, não se relacionam: o texto técnico e científico e o texto autobiográfico. Trata-se, portanto, de uma obra com um texto híbrido. As referências culturais e o pluralismo de estilos de escrita, presentes ao longo de toda a obra, influenciaram, também, a sua escolha para fins do presente trabalho.

Em último lugar, importa referir que a dissertação se encontra estruturada da seguinte forma:

- Um primeiro capítulo dedicado à fundamentação teórica, no qual se apresentam algumas teorias, conceitos, ideias e perspectivas de autores que abordam as questões da tradução em geral, da tradução de textos técnicos e científicos e da tradução de referências culturais, que servirão de base para a análise a decorrer posteriormente;
- Um segundo capítulo, com a tradução do *corpus* selecionado;
- E um terceiro capítulo, no qual consta a análise e o comentário da tradução realizada, com base nas teorias apresentadas no primeiro capítulo e outras que se possam vir a considerar relevantes.

É de salientar, ainda, que todas as citações e referências bibliográficas ao longo da presente dissertação seguem as normas da décima sétima edição do *The Chicago Manual of Style* da *The University of Chicago Press*.

Capítulo I – Fundamentação teórica

1. Textos técnicos e científicos e tradução

1.1. O que é a tradução?

Para abordar o tema da tradução técnica e científica, importa, num primeiro momento, definir o que se entende por tradução. Posteriormente, importará, também, definir o que são textos técnicos e científicos, procurando conhecer as principais características destes textos que fazem, com que se configurem como um desafio para a tradução.

Para Munday (2001), o termo tradução pode referir-se a três realidades: à área profissional em si, ao produto final de um trabalho de tradução, isso é, ao texto que foi traduzido, ou, até mesmo, ao processo, ao ato de produzir um texto traduzido. Na tradução, o tradutor encontra-se entre duas línguas escritas e procura transformar o texto de partida, escrito na língua de partida, num texto de chegada, escrito na língua de chegada.

Robinson (2003, 6) afirma o seguinte a propósito daquilo que entende que é a tradução: «Translation is different things for different groups of people. For people who are not translators, it is primarily a text; for people who are, it is primarily an activity». Na ótica do autor, a tradução é percebida de diferentes formas, consoante a perspetiva e o conhecimento que as pessoas têm da mesma. Na perspetiva de um tradutor – aquilo que o autor designa de «(...) the translator's internal perspective (...)» (2003, 6) – a sua atividade é, efetivamente, o mais importante. Numa perspetiva externa, importa, essencialmente, o produto, o resultado do ato de traduzir.

Para Levý (1967) a tradução e a comunicação estão relacionadas. O autor entende que a tradução pode ser vista a partir de duas perspetivas: teleológica e pragmática. De acordo com o ponto de vista teleológico, a tradução é, então, «(...) um processo de comunicação (...)» (Levý 1967, 72) e tem como objetivo a transmissão de informação do texto de partida para o leitor, no texto de chegada. Já do ponto de vista do trabalho do tradutor, ou seja, pragmático, a tradução é entendida como um processo de tomada de decisão. Nesta segunda lógica, o tradutor depara-se com situações variadas que lhe *exigem*, por assim dizer, que faça escolhas perante as alternativas que lhe surgem.

Munday (2001) corrobora esta ideia de Levý (1967), afirmando que o processo de tradução pode ser entendido como uma atividade que permite o tradutor levar o texto de partida, quer seja escrito, oral ou, até mesmo audiovisual, formulado na língua de partida,

para um texto de chegada, recorrendo aos recursos da língua de chegada. O autor acrescenta que este é um processo cognitivo complexo que tem uma natureza interativa e irregular, que faz com que o tradutor precise recorrer a processos e técnicas para a resolução de problemas e para a tomada de decisão.

Holmes (1972) abordou a questão da tradução de forma diferente. Para o autor, a tradução é um fenómeno, um processo – a ação de traduzir – e um produto – o texto produzido – ambos inseridos num contexto de chegada, que são a língua e a cultura. Já Vermeer (1989) entendia que na tradução o importante era a sua finalidade, o seu objetivo, que cunhou de *skopos*, devendo a tradução *obedecer* a este princípio. Nas palavras do autor:

Any form of translational action, including therefore translation itself, may be conceived as an action, as the name implies. Any action has an aim, a purpose (...). The word *skopos*, then, is a technical term for the purpose of a translation (...) (Vermeer 1989, 221).

A tradução é, portanto, algo mais complexo do que aquilo que à partida se poderá considerar. Relacionada com a comunicação e com o propósito do texto, a tradução permite a transmissão de informação entre línguas, permite a partilha de conhecimento e requer do profissional que opera esta atividade, perícia e atenção para estas e outras questões relevantes, como se poderá constatar nos próximos pontos.

1.2. O que são textos técnicos e científicos?

Uma vez definido e compreendido o conceito de tradução, proceder-se-á, agora, à tentativa de explicar aquilo que se entende por textos técnicos e científicos. Para tal, veja-se o que afirmam Polchlopek e Aio (2009) sobre a designação «técnico»:

O termo ‘técnico’ polariza, de um lado, os textos chamados literários ou poéticos e, de outro, todos aqueles que tenham carácter de manual, documento, artigo e que empreguem uma terminologia representativa de uma determinada área de especialidade (Polchlopek e Aio 2009, 105).

Na ótica das autoras, o texto técnico surge em oposição ao texto literário e caracteriza-se, essencialmente, pela utilização de termos de uma área de especialidade e por ser um texto híbrido. O texto técnico é, também, um tipo de texto exposto a variações culturais. Ainda de acordo com estas autoras, para além destas características, este tipo de texto apresenta outras como a utilização do presente do modo indicativo, o uso de orações

simples e curtas, a ausência de ambiguidade, a pouca adjetivação valorativa, a presença da voz passiva e dos auxiliares modais e as nominalizações. Todas estas características, e outras não enunciadas, constituem a linguagem técnica, designação cunhada por Azenha (1999, 70, citado por Polchlopek e Aio 2009, 105).

Portanto, até aqui entende-se que a terminologia faz parte do texto técnico. O termo técnico é, de acordo com as autoras, conciso, exato, abrange e limita simultaneamente o conteúdo conceitual que descreve, estabelecendo sempre uma relação entre o conceito e o seu signo linguístico. Por outras palavras, o termo técnico existe dentro de um contexto específico, como as áreas profissionais, por exemplo, e mantém a sua significação enquanto ocorrer em tal contexto. Para isso, o termo técnico funciona como uma «etiqueta» ou como um «rótulo», na medida em que sempre que surge remete para a mesma noção/conceito.

Polchlopek e Aio (2009) afirmam, ainda, que, para além da linguagem técnica, se pode falar em linguagem de especialidade, ou seja, «(...) o discurso técnico-científico» (2009, 107). A linguagem de especialidade, contrariamente à linguagem técnica, caracteriza-se por apresentar um conjunto de marcas sintáticas, lexicais, estilísticas e discursivas que tipificam o termo dentro do seu «(...) ambiente de interação social específico» (Polchlopek e Aio 2009, 107).

Já para Cavaco-Cruz (2012), o termo «técnico» aplica-se a uma ampla variedade de situações, tanto teóricas como práticas, o que dá aso a uma vasta interpretação do mesmo. A procura pela explicação do conceito de «tradução técnica» tem-se intensificado ao longo dos tempos, segundo aponta o autor, e, portanto, verifica-se ser necessário compreender, antes de mais, aquilo que dizem outros autores sobre o conceito. Segundo refere, os textos técnicos são documentos denotativos, que se baseiam na precisão e na razão pragmática e são caracterizados por uma progressão lógica expositiva e/ou exortativa.

Por estes motivos, a tradução técnica não é uma tarefa simples, porque exige que o tradutor tenha em conta as diferenças (linguísticas) entre línguas e os fenómenos estilísticos, culturais e as convenções sociais.

1.3. Tradução de textos técnicos e científicos

Na literatura escrita sobre tradução de textos técnicos e científicos, encontramos perspectivas diferentes de diversos autores sobre o tema. Williams e Chesterman (2002), por exemplo, entendem que a tradução técnica consiste na tradução de diferentes tipos de

textos especializados sobre ciências e tecnologias. Já Isadore Pinchuck (1977, citada por Durão 2007), entende que a tradução técnica se distingue da tradução científica, uma vez que a primeira lida com textos das ciências aplicadas e a segunda lida com textos das ciências puras.

Cavaco-Cruz (2012, 33) aponta que «(...) há quem sustente que a tradução científica e técnica tem apenas de lidar com terminologias técnicas e de estabelecer um equivalente do vocabulário técnico da língua de partida para a língua de chegada (...)». Outras perspetivas apontam que qualquer falante nativo de uma língua com bons conhecimentos técnicos de uma determinada área consegue produzir uma boa tradução técnica e que a tradução técnica deve pouco à criatividade.

Hosseinimanesh e Dastjerdi (2013) defendem que a tradução técnica abrange vários tipos de textos especializados, corroborando as perspetivas referidas anteriormente, acrescentando: «In general, like in any other type of translation, a high level of mastery in the source language is also needed» (Hosseinimanesh e Dastjerdi 2013, 156). Os autores acrescentam que traduzir textos técnicos e científicos é mais do que simplesmente lidar com terminologia. É, também, lidar com aspetos como o discurso, a ciência, os géneros e as técnicas de escrita que se formam num contexto cultural e histórico específico.

Byrne (2006) defende que a investigação acerca da tradução de textos técnicos se tem restringido, ao longo do tempo, a problemas terminológicos ou técnicos. O autor aponta algumas conceções erradas acerca da tradução técnica, nomeadamente:

- A tradução técnica refere-se apenas a áreas como a economia e o direito;
- A tradução técnica é apenas sobre terminologia;
- O estilo não é um aspeto relevante na tradução técnica;
- A tradução técnica não é criativa, é apenas um processo de transferência reprodutiva;
- Para um tradutor técnico ser bem-sucedido na sua área, tem de ser um especialista naquilo que faz;
- A tradução técnica é sobre transmitir informação especializada.

Com base noutros autores que estudaram também estas questões, Durão (2007) defende que os atributos «científico» e «técnico» são interpretados de forma variada, quando relacionados com a tradução. Esta perspetiva é corroborada por Byrne (2006), na

medida em que o autor afirma que, apesar de existir um elo entre a tradução dita técnica e a científica, pois ambas lidam com informação científica de vários níveis, uma das maiores falácias que se pode encontrar quando se fala de tradução técnica é a junção de ambas como indistintas ou o seu uso permutável: «(...) scientific and technical translation are not the same and as such, cannot be compared equally» (Byrne 2006, 7).

O autor procura ir mais longe e explica ao leitor o que entende por cada um dos termos, reiterando a sua premissa. Enquanto o termo «científico» se refere ao conhecimento adquirido por meio de observação/investigação e é criticamente testado, sistematizado e estabelecido à luz de determinados princípios, o termo «técnico» refere-se à tecnologia, que é a aplicação do conhecimento científico para fins práticos. «Thus we can say that scientific translation relates to pure science (...) while technical translation relates to how scientific knowledge is actually put to practical use» (Byrne 2006, 8).

A designação de «tradução científica e técnica» é, por isso, um termo genérico, utilizado para se referir às ciências puras, aplicadas e à investigação e tecnologia utilizada nestas. A tradução técnica acaba por se distinguir de tradução científica, segundo Byrne (2006), na medida em que se caracteriza por ter um assunto, um tipo de linguagem e um propósito específico.

Assim, a tradução técnica e a tradução científica são diferentes, segundo a perspectiva de alguns autores. Tal deve-se, portanto, à natureza dos textos que são traduzidos, que são distintos entre si. Esta ideia é explorada, também, por Polchlopek e Aio (2009), que corroboram, então, a diferença entre textos técnicos e textos científicos. Todavia, para fins da presente dissertação, utilizar-se a designação «tradução técnica e científica», sem fazer a distinção entre ambas.

1.3.1. Tradução nas ciências sociais e humanas

Segundo Melian-Zamora (2015), a tradução de textos do âmbito das ciências sociais e humanas tem recebido pouca atenção, no que concerne à sua investigação e concetualização teórica, quer por parte das teorias da tradução quer por parte dos estudos terminológicos. Uma possível explicação para isso poderá ser o facto de que as ciências sociais e humanas, «(...) com a sua pluralidade de epistemologias e interesse em noções mais abstratas e subjetivas em relação ao homem, suas histórias, etnicidades, sociedade e culturas (...)» (Melian-Zamora 2015, 549), constroem nas suas narrativas uma escrita que se aproxima, de certo modo, da escrita literária.

Ortiz (2012) defende que o objeto de estudo das ciências ditas sociais e humanas é socialmente construído, é difícil de apreender e de delimitar e é marcado pela perspectiva do investigador, bem como pela sua cultura, ideologia e posição no mundo. Outro aspeto que estes autores apontam é a utilização de uma língua internacional – inglês – para a comunicação de informação nos textos das ciências exatas, algo que dificilmente se verifica no caso dos trabalhos produzidos nas ciências sociais, isso porque os conceitos estão envolvidos na língua em que são produzidos.

Santos (2005) afirma que a criatividade continua a ser um conceito pouco associado à tradução, apesar das conquistas alcançadas neste sentido: «(...) as referidas conquistas não chegaram a afectar a visão prevalecente sobre a tradução não literária, globalmente designada por tradução técnica ou científica (...)» (Santos 2005, 132).

A autora acrescenta que o facto de se tratar de um texto não literário, é suficiente para que a tradução seja classificada como técnica, independentemente de se tratar de «(...) um ensaio académico, de um contrato jurídico, de um tratado político, de um manual de utilizador, de um documento de carácter comercial ou industrial, de um compêndio técnico ou de um relatório» (Santos 2005, 132).

Todavia, conclui-se que a tradução de textos de carácter predominantemente técnico, «(...) em que imperam os critérios de objetividade e clareza (...)» (Santos 2005, 136), exigem, de certo modo, uma maior literalidade. Não obstante, as diferenças entre línguas, quer sejam sintáticas quer sejam semânticas, devem ser tidas em conta e apelam, também na tradução de textos técnicos e científicos, de qualquer área científica/de especialidade, à criatividade, tal como se verifica na tradução de textos literários.

1.3.2. Papel do tradutor de textos técnicos e científicos

Leia-se, acerca do papel do tradutor de textos técnicos e científicos, a seguinte citação:

O papel do tradutor em qualquer modalidade de textos é uma questão que suscita inúmeros debates, visto que envolve não somente a figura profissional quanto à competência e habilidades tradutórias (ou terminológicas e gramaticais), mas também outros elementos vinculados ao processo: questões de equivalência textual, fidelidade, funcionalidade do texto e, até mesmo, o próprio conceito de tradução (Polchlopek e Aio 2009, 108).

As autoras reforçam esta perspectiva com recurso à teoria funcionalista de Nord (1991), na qual se defende que o tradutor ocupa um lugar central e a sua leitura obedece

às necessidades comunicativas de quem «solicita» ou de quem «recebe» a tradução e é direcionada para as funções do texto de partida e do texto de chegada.

A maior responsabilidade do tradutor, em particular no caso da tradução técnica e científica, é a definição de estratégias de tradução, definição esta que está à mercê de questões como a competência linguística e cultural e a função do texto, tal como defende a teoria do *skopos* de Vermeer (1989).

Já Cavaco-Cruz (2012, 15) afirma que o «(...) tradutor técnico lida quotidianamente com textos de inúmeras tipologias e géneros (...)». De acordo com o autor, o tradutor de textos técnicos está preocupado com a eficácia da comunicação de informações, factos e realidades, em oposição, por exemplo, ao tradutor de textos literários, que compreende a virtuosa transposição do mundo da mente:

A tradução técnica tem uma missão social e clarificadora, missão que encerra responsabilidades que vão muito para além da lealdade ao texto de partida: pelo contrário (...) o tradutor técnico e especializado tem especiais deveres para com os utilizadores dos textos que traduz, e a esses deve total lealdade (Cavaco-Cruz 2012, 75).

O autor aponta, de seguida, algumas das características que, para si, formam o tradutor de textos técnicos e científicos. São elas a preparação linguística, a curiosidade cultural e técnica, a disciplina, a utilização diversificada de materiais colaterais e a integridade e ética.

Na preparação linguística, o tradutor de textos técnicos deve trabalhar exclusivamente com a sua língua materna como língua de chegada, exceto se for bilingue e utilizar ambas as línguas na sua vida quotidiana, bem como se possuir um excelente conhecimento de ambas. Na curiosidade cultural e técnica, o autor entende que o tradutor deve atuar como um investigador, em particular quando não dominar uma determinada área de especialização, caso em que se deverá preparar mais.

Quanto à disciplina, Cavaco-Cruz (2012) entende, essencialmente, que o tradutor deve ser um profissional focado no seu trabalho, evitando a procrastinação e procurando a excelência e o rigor na sua atividade, quer esta seja autónoma ou não. A utilização diversificada de materiais colaterais refere-se ao apetrecho dos tradutores de textos técnicos e científicos, ou seja, aos materiais que utilizam – ou devem utilizar – aquando da tradução, para consulta, por exemplo, ou para investigação e «(...) pesquisas terminológicas e técnicas» (Cavaco-Cruz 2012, 76). A integridade e ética diz respeito à

confidencialidade a que os tradutores estão sujeitos para com os seus clientes, em qualquer trabalho que assumam, devendo manter o sigilo máximo de toda a informação a que têm acesso.

Para Byrne (2006), o papel do tradutor é mais complexo do que se poderá imaginar, dada a centralidade da sua atividade. Tal como o escritor do texto de partida, a função do tradutor centra-se na comunicação de informação ao leitor por meio de texto escrito, o que ultrapassa qualquer intenção de simplesmente transpor informação de uma língua para outra:

(...) like the technical writer, the translator uses information from a variety of sources, not just the source text, to produce a target text which is effective and which performs the desired communicative function (Byrne 2006, 16).

Neste sentido, o tradutor de textos técnicos apresenta-se como um escritor de textos técnicos que lida com informação cultural.

1.4. Tradução de referências culturais em textos técnicos e científicos

Como foi possível ver até aqui, a tradução não é simplesmente o ato de transpor conteúdo de uma língua de partida para uma língua de chegada. A tradução implica lidar com o contexto no qual tal língua de partida se forma e se reproduz e implica, também, fazer refletir na língua de chegada, atendendo às diferenças linguísticas e culturais, a função do texto.

A tradução de textos técnicos e científicos, como tem sido apresentado até este ponto, manifesta estas mesmas questões, segundo vários autores. Como defende Melian-Zamora (2015, 556):

(...) uma das dificuldades ao analisar ou traduzir as palavras do discurso científico das ciências sociais é o desafio de poder contornar essas palavras que são tão comuns no cotidiano, mas cujo significado ou definição entranham uma perigosa complexidade (...).

Katan (2009) afirma que até ao nascimento da Antropologia, a cultura era um conceito que se referia exclusivamente à ideia humanista do que era considerado civilizado nas sociedades desenvolvidas. A partir disso, surgiu um segundo conceito de cultura, que a trata como o modo de vida das pessoas, que se tornou mais influente. Com o surgimento dos estudos culturais (*cultural studies*), o conceito de cultura passou a incorporar, também, as razões ideológicas e políticas para explicar comportamentos

culturais específicos. Portanto, a cultura pode ser entendida como algo formalmente aprendido, inconscientemente partilhado ou, até mesmo, uma zona de conflito.

Sturge (2009) afirma que o conceito de tradução cultural (*cultural translation*) é utilizado em diferentes contextos e sentidos. Em alguns, pode ser uma metáfora que questiona, radicalmente, os parâmetros tradicionais da tradução, mas noutros poderá referir-se às práticas de tradução literária que lidam com as diferenças culturais ou que tentam passar um extenso contexto cultural ou, ainda, que tentam transmitir uma cultura através da tradução. Neste sentido, a tradução cultural é oposta à tradução linguística e/ou gramatical, o que levanta uma série de questões complexas aquando da tradução, como a forma de lidar com os dialetos e as referências culturais específicas, por exemplo. Tais questões, levam, segundo a autora, a disputas sobre quais as melhores formas de intervir nestes casos; algumas apontam para uma tendência em normalizar o texto e outras apontam para uma tendência em tornar o texto «exótico». Numa tendência em que se normaliza o texto, incorre-se no risco de apropriação da cultura de partida no texto de chegada. No seu oposto, incorre-se na prática de tornar o texto de chegada tão distante do leitor-alvo que se torna a sua compreensão mais difícil, por exemplo.

Brissnet (1996) afirma que a tradução é um ato de comunicação duplo, no sentido em que pressupõe a existência de dois códigos distintos, que a autora entende que sejam a língua de partida e a língua de chegada. O facto de estes dois códigos existirem cria obstáculos à tradução, na sua lógica. Nem sempre a língua de chegada consegue providenciar equivalentes da língua de partida, isso porque as diferenças entre ambas não residem apenas ao nível lexical ou morfossintático, mas também ao nível semântico.

Lefevere (2003) apresenta-nos a seguinte ideia de que, se a tradução for, de facto, a representação de um outro texto, então funcionará como esse mesmo texto, na sua função e objetivo, na cultura de chegada, para os membros desta cultura que não sabem a língua de chegada em que foi escrito o texto representado. O autor acrescenta ainda que as línguas não são todas iguais, pelo que algumas dispõem de maior prestígio que outras e alguns textos ocupam uma posição mais central numa dada cultura que outros.

Translation is not just a “window opened on another world”, or some such pious platitude. Rather, translation is a channel opened, often not without a certain reluctance, through which foreign influences can penetrate the native culture, challenge it, and even contribute to subverting it (Lefevere 2003, 2).

O autor faz referência ao facto de que a tradução lida com mais do que apenas as línguas e os seus sistemas linguísticos; lida, também, com culturas e com tudo o que estas incorporam. Uma tradução poderá permitir-se ser influenciada pela cultura de partida, desafiá-la ou, até mesmo, submeter-se a ela.

Até aqui, é evidente que a tradução lida com cultura de diferentes formas. Na sequência disso, Britto (2012) defende a ideia de que todo o trabalho feito pelo tradutor é uma forma de mediação cultural, que exige um elevado grau de manipulação. Todavia, o autor não corrobora a ideia exposta nos pontos anteriores, de que a tradução de textos técnicos possa ser, também, alvo de uma maior criatividade e manipulação. Para Britto (2010), a tradução de textos técnicos, sejam eles de carácter mais manual ou mais científico, não deve dar espaço para esta manipulação, por ser necessária a neutralidade e a objetividade no texto.

Ainda assim, o autor entende que quanto mais distantes forem a cultura de partida e a cultura de chegada, que mais dificilmente conseguirá o tradutor fazer o texto de partida refletir-se no texto de chegada. Por outro lado, quanto mais próximas forem ambas as culturas, mais fácil será este trabalho para o tradutor. Independentemente da proximidade de ambas as culturas, é importante notar que a tradução deve sempre tentar alcançar o equilíbrio entre ambas na produção do seu trabalho, observando criteriosamente as técnicas que utiliza, bem como os resultados que produz.

Já Azenha (1996) defende que a tradução de textos técnicos revela que os tipos textuais são, de facto, instáveis e que os textos são formas híbridas, sujeitos a um número elevadíssimo de variáveis. O autor refere que os textos técnicos revelam, ao contrário do que comumente se acredita, um maior comprometimento com a realidade cultural.

A noção de cultura é, portanto, igualmente importante para a tradução técnica e científica, uma vez que cada comunidade apresenta as suas características específicas e particulares – os seus costumes, as suas regras, os seus hábitos e as suas normas –, que se expressam de maneiras diferentes, mediante a cultura vigente, e a língua reúne-a, representa-a e expressa-a.

2. Posição da tradução de textos técnicos e científicos no polissistema literário

A teoria dos polissistemas, desenvolvida por Itamar Even-Zohar, nos anos 70, veio permitir-nos compreender melhor a posição que os textos literários ocupam dentro do sistema literário de um determinada língua e cultura. O autor defendia que qualquer trabalho literário não se encontrava isolado, por si só, mas fazia parte de um sistema

literário, como já foi referido. As traduções também fazem parte de tal sistema, pela influência que a língua de chegada apresenta na seleção de textos para tradução e na forma como as normas, os comportamentos e as políticas de tradução são influenciadas por outros co-sistemas. «Thus, translated literature may possess a repertoire of its own, which to a certain extent could even be exclusive to it» (Even-Zohar 1990, 193).

Os polissistemas, segundo a perspectiva do autor, funcionam em hierarquia. Se, por exemplo, a poesia for considerada o centro do polissistema literário de uma determinada cultura numa determinada altura, então, provavelmente, a prosa e os restantes géneros textuais ocuparão posições mais distantes do centro e, por conseguinte, mais periféricas.

Como tal, a tradução poderá ocupar diferentes posições dentro de um polissistema, conforme afirma Even-Zohar (1990), mais periféricas ou mais nucleares/centrais. Todavia, estas posições não são fixas, estanques, mas sim dinâmicas.

Se a tradução ocupar, portanto, um espaço secundário, significa não só que se encontra num sistema periférico no cerne do próprio polissistema, mas que também não tem nem exerce qualquer influência sobre o sistema central. Para além disso, acaba por atuar como um elemento conservador, na medida em que preserva formas convencionais e conforma-se às normas gramaticais/linguísticas da língua de partida. Na ótica do autor desta teoria, a posição secundária é comum para as literaturas traduzidas.

Todavia, nem todas as traduções de um mesmo polissistema ocupam sempre a mesma posição, ou seja, há traduções que podem, de facto, ser consideradas secundárias, mas outras podem ser consideradas primárias, conforme afirma o autor:

The hypothesis that translated literature may be either a central or peripheral system does not imply that it is always wholly one or another. (...) This means that while one section of translated literature may assume a central position, another may remain quite peripheral (Even-Zohar 1990, 195).

Por conseguinte, a posição da tradução influencia e condiciona as estratégias de tradução utilizadas. Geralmente, se a tradução ocupar uma posição primária, as traduções tendem a estar mais próximas do texto de partida, ao contrário do que acontece com as traduções que ocupam posições mais secundárias, que acabam por ser traduzidas por correspondência e equivalência.

O caso concreto da tradução de textos técnicos e científicos parece enquadrar-se num sistema secundário dentro do polissistema de traduções da língua e cultura portuguesa. Não obstante a sua importância e relevância para os vários fins que presta, a

tradução destes géneros textuais é ainda tida como menos prestigiosa e, por conseguinte, a obra de Vivienne E. Cree, apesar de estar escrita em inglês – uma língua considerada global –, não nos parece ocupar um espaço mais próximo do centro do polissistema da língua de partida e a tradução da obra ocupará, também, o mesmo espaço no polissistema da língua de chegada.

O *corpus* selecionado para tradução caracteriza-se por ser um texto híbrido, no qual se encontra, em grande número, a utilização recorrente de uma linguagem técnica e especializada do âmbito do Serviço Social, mas também das ciências sociais e humanas. Retomando, de certo modo, aquilo que defendem alguns dos autores já mencionados até aqui, em concreto Levý (1967), foi necessário, ao longo da tradução do *corpus*, fazer escolhas e tomar decisões. Em algumas ocorrências, optou-se por uma maior precisão na tradução de alguns termos técnicos e noutras escolheu-se lidar e negociar com as várias referências culturais e estilísticas que estão presentes no texto de formas diferentes, procurando fazer prevalecer, sempre e de forma clara, a informação que é transmitida ao leitor.

Capítulo II – Proposta de tradução de *Becoming a Social Worker*

SER ASSISTENTE SOCIAL

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Edwina Welham, editora na Routledge, pelo seu apoio e encorajamento desde o começo deste livro até à sua publicação.

Introdução

Vivienne E. Cree

Vivienne E. Cree é Professora Associada de Serviço Social na *University of Edinburgh* e Vice-Reitora para a Admissão de Licenciaturas no *College of Humanities and Social Science*. Antes de exercer estes cargos, trabalhou durante dezasseis anos em Serviço Social e em projetos comunitários, em instituições particulares de solidariedade social e em instituições governamentais.

Este livro é sobre os assistentes sociais, o Serviço Social em geral e conta-nos a história do percurso de treze pessoas, que vivem e trabalham no Reino Unido: como chegaram a esta profissão e como a exercem. Demonstra a dedicação e a paixão dos assistentes sociais, pessoas que pretendem, essencialmente, ajudar os outros e tornar a sociedade num lugar melhor. Ficamos a conhecer as forças motrizes que os levaram e mantiveram no Serviço Social – «a menos amada das profissões»¹, através dos altos e baixos ao longo dos anos. Alguns assistentes sociais poderão ser reconhecidos como nomes sonantes, por terem sido agentes promotores da definição do Serviço Social ao longo das suas carreiras. Outros são menos famosos, mas não menos interessantes, pois dão-nos um testemunho direto, de quem «esteve no terreno», sobre a prática e o ensino do Serviço Social.

O contexto do livro

A prática do Serviço Social no Reino Unido abrange, nos dias de hoje, um vasto conjunto de setores governamentais e independentes. À medida que algumas das barreiras institucionais entre educação, serviços de saúde e serviços sociais caíram, os assistentes sociais passaram a intervir em diversos contextos secundários, como em escolas, hospitais, unidades de saúde, infantários, em serviços de habitação, e, também, num vasto conjunto de IPSS em contexto primário, como Centros de Dia e Centros de Acolhimento (Cree 2002). Apesar da proliferação dos assistentes sociais por estes vários contextos, o Serviço Social é uma atividade com pouca visibilidade. Mais facilmente, estudantes dos vários níveis de ensino têm noção daquilo que fazem os professores, os médicos, os padres, os advogados, por exemplo, mas não daquilo que os assistentes sociais fazem. Existem várias razões óbvias que poderão explicar isso:

- Os serviços sociais nunca foram instituídos como «um serviço para todos» ao abrigo do Estado de Bem-Estar, da mesma forma que a educação e os serviços de saúde. Ao invés disso, continuam a ser vistos como serviços direcionados a indivíduos e grupos marginalizados. São serviços de última instância, geridos de acordo com os rendimentos e necessidades (Hill 2000).
- A intervenção do Serviço Social ocorre, frequentemente, nos lares dos utentes e em gabinetes, espaços distantes do olhar das pessoas, tornando-a uma atividade desconhecida. Nas palavras de Pithouse (1987), é uma «profissão invisível».
- O princípio da confidencialidade, que é fundamental para os valores do Serviço Social, dificulta que os assistentes sociais possam promover e defender a sua prática. A confidencialidade é crucial «como pilar para as intervenções do Serviço Social, baseadas na confiança e na honestidade» (Thompson 2000: 112). No entanto, a confidencialidade pode levar ao secretismo e o secretismo pode criar desconfiança e suspeita. Os assistentes sociais devem poder partilhar com os outros as suas conquistas, sem que sintam que estão a quebrar as regras da confidencialidade.

O Serviço Social é não só invisível, mas também criticado, a julgar pela representação popular dos seus profissionais nos média e na imprensa sensacionalista. Nos últimos vinte anos, os assistentes sociais têm sido alvo de críticas constantes por parte da imprensa popular. Uma série de escândalos de abuso de menores levaram os assistentes sociais a serem presos por ter cão e presos por não terem cão, isto é, quer por intervirem com medidas severas para a proteção das crianças e de adultos vulneráveis, quer por não intervirem com firmeza suficiente em tais casos (Ayre 2001). Os assistentes sociais têm também sido fortemente criticados por serem demasiado liberais e por se identificarem demasiado com os seus utentes, em particular com jovens problemáticos e algumas famílias (Jones 1998). Pior que isso, são retratados como fanáticos do «politicamente correto», que procuram privilegiar as vivências de alguns membros da sociedade, como da população negra e da população homossexual, em detrimento de outros membros «mais merecedores» da sociedade (Dominelli 1997).

Vários comentadores tentaram encontrar uma explicação para a má reputação do Serviço Social na imprensa até aos dias de hoje. É evidente que a própria natureza do Serviço Social junto de pessoas estigmatizadas na sociedade como desviantes ou desfavorecidas, leva a que os próprios assistentes sociais sejam também estigmatizados e

discriminados. Segundo Jones, o Serviço Social está «imerso na pobreza e na exclusão social» (2002: 7). A maioria das pessoas que recorrem aos serviços sociais são pobres e surgem das camadas mais desfavorecidas da população. A função do Serviço Social é mediar em nome dos oprimidos e dos desfavorecidos e, ao mesmo tempo, racionar e canalizar recursos para estes indivíduos (ibid.: 17). A profissão está, portanto, situada entre o indivíduo e a sociedade, entre os que detêm o poder e os excluídos, em negociação e, por vezes, em conflito com ambas as partes (Cree 2002: 275).

No entanto, o Serviço Social não é criticado apenas por aqueles que se encontram do lado de fora. Os assistentes sociais têm também, por vezes, eles próprios depreciado a função do Serviço Social. Durante os anos 70 e 80, os assistentes sociais seguidores da corrente radical chamaram à atenção para o «controlo social» da intervenção da profissão, argumentando a favor de uma prática mais alinhada com os utentes dos serviços e com o movimento sindicalista (Langan 1993). Persistiu o sentimento de que a única forma válida de exercer a profissão era através da intervenção e do desenvolvimento comunitário e que todas as restantes formas se dedicavam apenas a manter o *status quo* e a pobreza. De igual modo, foi enfatizado por assistentes sociais feministas que os serviços do Estado reforçavam estereótipos de género e confirmavam a opressão das mulheres, apesar de defenderem o apoio destas (Langan e Day 1992). Enquanto isso, as pessoas portadoras de deficiência uniram forças contra o paternalismo da assistência do Estado e lutaram pelo controlo na decisão sobre como os serviços lhes deveriam ser prestados (Campbell e Oliver 1996).

Recentemente, os assistentes sociais têm-se pronunciado veementemente nas suas reclamações acerca do impacto da Administração Pública e dos cortes financeiros atribuídos aos serviços sociais. Aqueles que estão no terreno preocupam-se por já não poderem «fazer Serviço Social». Estão tão ocupados em gerir e fornecer políticas sociais que não são capazes de prestar apoio aos indivíduos com quem intervêm, função que lhes traz satisfação profissional. Balloch *et al.* (1999), num estudo sobre os assistentes sociais na Inglaterra, Escócia e Irlanda do Norte nos anos 90, revelou amplas provas do *stress* e do medo de violência que estes profissionais vivenciam nos seus quotidianos. De igual modo, a investigação de Jones (2001) sobre os assistentes sociais que trabalhavam para os serviços do Estado no norte da Inglaterra identificou uma profunda tristeza entre os profissionais, que consideravam não ter os recursos adequados para ajudar os seus utentes.

Contudo, o cenário não é totalmente negativo. Alguns assistentes sociais que intervêm com crianças e com famílias e que, recentemente, se juntaram a mim para uma série de aulas sobre a formação na área dos cuidados infantis, insistiram que ainda existe margem de manobra no Serviço Social para a criação de relações com as pessoas e, também, para fazer a diferença nas suas vidas e na sociedade em geral. O Serviço Social continua a estar relacionado com a interação entre os assistentes sociais e os indivíduos com quem intervêm e as suas famílias e é isso que leva as pessoas à profissão, antes de tudo, e é, ainda, o que as mantém ao longo das suas carreiras.

Em suma, tudo isso sugere que o Serviço Social é uma profissão exigente e difícil, pelo que os assistentes sociais não deverão esperar grande agradecimento do público em geral. Não obstante, é um trabalho indispensável que é realizado com e em benefício dos mais vulneráveis na sociedade. Mas o que é o Serviço Social?

O que é o Serviço Social?

É quase impossível encontrar uma definição simples de Serviço Social, com a qual todos concordem. Thompson sugere que o «Serviço Social é o que os assistentes sociais fazem» (2000: 13). Nessa perspetiva, o Serviço Social é aquilo que os contribuidores deste volume descrevem, mas, certamente, isso não será o suficiente para a sua definição. Mesmo com os relatos de treze assistentes sociais, continuam a existir grandes lacunas por cobrir nesta definição. Assim sendo, o Serviço Social é sempre mais do que a soma das suas partes individuais e na realidade da profissão não poderá haver uma única resposta à pergunta, «O que é o Serviço Social?», porque há sempre um intervalo entre aquilo que as pessoas pensam que a profissão deveria ser e aquilo que é. Posto isso, a definição da profissão, proposta e aceite em 2001 pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social e pela Federação Internacional de Assistentes Sociais, revela mais acerca das aspirações dos seus autores do que acerca da prática interventiva dos assistentes sociais dos países-membros signatários da definição:

A profissão de Serviço Social promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. Ao utilizar teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o Serviço Social intervém nas situações em que as pessoas interagem com o seu meio. Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o Serviço Social.

(FIAS 2001).

Na minha perspectiva, não existe uma função fundamental da profissão. O Serviço Social deve ser entendido como um conjunto de discursos concorrentes e contraditórios, que se unem em momentos específicos para enquadrar as funções da profissão, definindo não só as suas capacidades, mas também o seu potencial (Cree 1995). Isso significa que não se encontrará unanimidade na definição da profissão em livros da área ou, até mesmo, nos relatos dos assistentes sociais. O Serviço Social está sempre sujeito a afirmações concorrentes da sua definição e da sua prática e não poderá, por isso, ser separado da sociedade na qual se insere. O que iremos encontrar neste livro são algumas das várias facetas e contextos da prática atual do Serviço Social no Reino Unido. Iremos, também, descobrir algumas das mudanças (e muitas das controvérsias) que têm abalado a profissão ao longo, mais ou menos, dos últimos trinta anos. Tudo isso nos poderá elucidar, por sua vez, acerca do futuro da profissão.

O objetivo do livro

É mais fácil, antes de definir aquilo que este livro é, começar por dizer aquilo que ele não é. Este livro não é um manual de procedimentos para assistentes sociais, ou seja, um livro que proponha descrever o Serviço Social nos seus vários contextos, introduzindo exemplos de boas práticas. Existem já inúmeros livros úteis com este teor, como, por exemplo, Adams *et al.* (1998), Coulshed e Orne (1998) e Davies (2002), com os quais esta obra não visa competir. Não é, também, um livro com a função principal de desconstruir o significado do Serviço Social. Autores como Munro (1998) e Healy (2000) já fazem um excelente trabalho na abordagem teórica da área. Por fim, este livro não pretende examinar os valores em Serviço Social, tal como Thompson (2000) e muitos outros autores já o fazem, nem apresentar as perspectivas dos utentes que recorrem aos serviços sociais (ver Lindow 2000), apesar de, no seu capítulo, Mary Langan abordar brevemente este aspeto.

Este livro propõe-se, então, olhar para o Serviço Social a partir do seu interior, ou seja, através das experiências únicas e bastante individualizadas de assistentes sociais, professores e estudantes da área. Funciona, portanto, essencialmente como uma autobiografia, na qual os assistentes sociais procuram explorar o que a profissão significa para eles, ao contarem as suas histórias de como se tornaram assistentes sociais e como as suas carreiras têm progredido até à data. Os testemunhos autobiográficos e biográficos têm-se tornado populares no âmbito das ciências sociais e, em particular, na investigação sociológica. A investigação (auto)biográfica é entendida como «parte de um movimento

que procura revelar e compreender o «pessoal» e a sua conexão com o contexto social imediato e abrangente e com as práticas políticas» (Roberts 2002: 31). Por outras palavras, permite-nos ver, em primeira mão, as ligações entre o indivíduo e a sociedade, entre «assuntos públicos» e «problemas privados» (Mills 1959). Isso não implica que os testemunhos presentes neste livro sejam a verdade para todos os assistentes sociais e em todas as épocas. É inevitável que, ao pedir a alguém que recorde os momentos passados da sua vida e da sua carreira, as narrativas sejam parciais e subjetivas, mostrando, assim, tanto do autor que as relata quanto do Serviço Social. No entanto, é isso que acontece, seja qual for o assunto. Estas histórias dão-nos acesso às autobiografias de quem as escreve, mas também, em larga escala, abrem-nos uma janela para as biografias de todos os outros atores que desempenharam um papel nas suas vidas: os pais, os professores, os colegas e os utentes com quem trabalharam ao longo dos anos. Por conseguinte, estas histórias apresentam testemunhos ricos e multifacetados do Serviço Social e dos assistentes sociais ao longo dos últimos trinta anos.

A minha própria história

Ter-me tornado assistente social é um assunto que me deixou perplexa ao longo destes vinte e cinco anos de trabalho no terreno e, mais recentemente, na docência. Questões como «O que é o Serviço Social?» e «Por que sou assistente social?» têm sido perguntas-chave para mim e que tentei esclarecer, primeiro, no meu trabalho de doutoramento (Cree 1992, 1995) e, mais tarde, na investigação acerca das motivações dos novos estudantes de Serviço Social na escolha da profissão (Cree 1996a). Em todo este esforço intelectual, tenho tentado resolver contradições centrais da minha própria origem e educação.

Nasci e cresci numa família cristã, na qual se viviam uma série de regras morais como «dar prioridade às necessidades dos outros» e «cuidar dos mais necessitados na sociedade». A ideia de assistência foi fundamental para isso e a minha infância foi socialmente ativa, ocupada com visitas aos meus avós, com o coro da igreja, com escuteiros, com trabalho voluntário e, também, a brincar com as minhas irmãs e com amigos (Cree 1996b). Tudo isso poderia indicar que uma carreira profissional em Serviço Social tivesse sido um passo óbvio para mim, mas nada poderia estar mais longe da verdade. Os assistentes sociais eram vistos pelos meus pais como pessoas intrometidas, que interferiam na vida alheia e, mais do que isso, eram vistos como pessoas desajustadas da sociedade, que só o faziam para compensarem carências existentes nas suas próprias

vidas. Aqueles que recebiam o seu apoio não eram muito melhores. Ou eram vistos como parasitas calculistas ou como pobres almas que estariam melhor sem qualquer interferência.

É claro que a vida real nem sempre é tão fortemente contrastada, pois nela há tanto de incerto como de contraditório. Uma das melhores amigas da minha mãe era assistente social e, por vezes, sentia alguma reprovação vinda da minha mãe, apesar de a amiga conseguir partilhar com ela as frustrações do seu trabalho. O meu pai, que tinha o que sempre considerei uma noção engraçada acerca das pessoas que viviam nos bairros sociais da nossa cidade, das suas televisões a cores e das suas práticas de golfe, era um homem muito generoso que se preocupava mais com os outros do que consigo próprio. Após se reformar, a minha mãe tornou-se Organizadora Distrital da *Women's Royal Voluntary Society* (WRVS) e o meu pai distribuía refeições e geria (com ela e com as suas amigas) pequenos bares em hospitais locais e uma instituição que intervinha com jovens problemáticos. Por tudo isso, não foi surpresa para os meus pais eu ter enveredado pelo Serviço Social e, apesar das suas opiniões, até ficaram felizes quando consegui o meu primeiro trabalho como docente na *University of Edinburgh*, mesmo apesar de, na altura, saber que a minha mãe contava às pessoas que eu «ensinava Sociologia» (o que não era totalmente falso).

A minha história, tal como muitas outras neste livro, é única e particular, refletindo, por isso, a minha educação como pessoa branca, de classe média-alta, de uma pequena cidade escocesa nos anos 50 e 60. No entanto, é importante realçar que muitas das histórias neste livro partilham de conflitos e contradições semelhantes. Ter escolhido ser assistente social não foi uma decisão fácil para mim. Considero que a escolha obriga a uma interrogação mais profunda, «O que tens para oferecer aos outros?» ou, até mesmo mais desafiante, «Por que achas que tens algo para oferecer aos outros?». Acabou por ser a típica pergunta, «Quem sou eu?», que me assombrou por toda a adolescência e que se tem mantido comigo até hoje. O Serviço Social é, antes de mais, sobre o *tu*, sobre caminhar juntamente com outra pessoa e utilizarmo-nos como ferramentas, tal como o nosso conhecimento e valores profissionais. Octavia Hill², pioneira do Serviço Social, apercebeu-se deste aspeto desde cedo, vendo a relação entre o assistente social e a pessoa como uma forma de amizade por excelência: «Não confie em nenhum plano de assistência que, por mais metódico que seja, deixe a ação pessoal íntima de fora». Por isso, tornar-se assistente social é algo inevitavelmente complicado, tal como o Serviço Social é vastamente diverso e complexo.

Organização do livro

Os contribuidores deste livro têm todas idades diferentes e trabalham em contextos igualmente diversos por todo o Reino Unido e na Europa do Leste. São mulheres e homens, estudantes e assistentes sociais, asiáticos, negros e brancos. Têm todas histórias diferentes para contar, mas alguns temas partilhados emergem pelos vários capítulos, que serão analisados na última parte, na qual me proponho a rever todo o livro, identificando áreas de interesse em comum e enquadrando, também, as partilhas individuais num contexto mais abrangente da atual política e prática do Serviço Social.

Convidei cada contribuidor a abordar três tópicos nos seus relatos:

- A escolha da carreira: razões pelas quais escolheram o Serviço Social e momentos ou pessoas que possam ter contribuído para tal, bem como as suas experiências de ensino e de formação prática da profissão.
- O trabalho atual: tarefas e responsabilidades do trabalho que desenvolvem atualmente, incluindo alguns quadros com as principais atividades diárias das suas semanas de trabalho e os desafios específicos, os sucessos alcançados e o motivo para as continuarem a fazer.
- Olhar em frente: o que pensam acerca do futuro da profissão, com a partilha de esperanças e anseios.

Envolvei-me nos seus trabalhos, mas não de uma forma ditatorial. Procurei que se mantivesse uma leitura clara e fluída ao longo do livro, sem que, com isso, tivesse tentado impor um estilo-padrão aos contribuidores. Como resultado disso, cada capítulo é único. Espero que o resultado seja um livro que contenha um pouco para cada pessoa, que os leitores possam encontrar algo nas partilhas com que se identifiquem, em ideias e em experiências.

Notas

¹ Título de um livro publicado em 1973, que sugere que os problemas do Serviço Social com a sua apresentação muito própria não são um debate recente e novo (W. C. Richan e A. R. Mendelsohn (1973) *Social Work: The Unloved Profession*, Nova Iorque: Franklin Watts).

² Retirado de um panfleto impresso de um discurso feito por Octavia Hill em Bristol, «A importância da ajuda aos pobres sem esmolas», citado por Darley (1990: 117).

Referências bibliográficas

- Adams, R., Payne, M. e Dominelli, L. (eds) (1998) *Social Work: Themes, Issues and Critical Debates*, Basingstoke: Macmillan.
- Ayre, P. (2001) «Child protection and the media: lessons from the last three decades». *British Journal of Social Work*, 31: 887-901.
- Balloch, S., McLean, J. e Fisher, M. (1999) *Social Services: Working Under Pressure*, Bristol: Policy Press.
- Campbell, J. e Oliver, M. (1996) *Disability Politics: Understanding our Past, Changing our Future*, Londres: Routledge.
- Coulshed, V. e Orme, J. (1998) *Social Work Practice: An Introduction*, 3.^a ed, Basingstoke: Macmillan.
- Cree, V. E. (1992) «Social Work's Changing Task», tese de doutoramento não publicada, University of Edinburgh.
- (1995) *From Public Streets to Private Lives: The Changing Task of Social Work*, Aldershot: Avebury.
- (1996a) «Why do men care?», in K. Cavanagh e V. E. Cree (eds) *Working with Men: Feminism and Social Work*, Londres: Routledge.
- (1996b) *Social Work: A Christian or Secular Discourse?*, Waverley Paper, Edinburg: University of Edinburgh.
- (2002). «Social Work and Society», in M. Davis (ed), *Blackwell Companion to Social Work*, 2.^a ed, Oxford: Blackweell.
- Darley, G. (1990) *Octavia Hill*, Londres: Constable.
- Davies, M. (2002) *Blackwell Companion to Social Work*, 2.^a ed, Oxford: Blackwell.
- Dominelli, L. (1997) *Sociology for Social Work*, Basingstoke: Macmillan.
- Healy, K. (2000) *Social Work Practices: Contemporary Perspectives on Change*, Londres: Sage.
- Hill, M. (ed) (2000) *Local Authority Social Services: An Introduction*, Oxford: Blackwell.
- IFSW (2001) <http://www.ifsw.org>, acessado a 14 de setembro de 2002.

- Jones, C. (1998) «Social Work and Society», in R. Adams, M. Payne e L. Dominelli (eds), *Social Work: Themes, Issues and Critical Debates*, Basingstoke: Macmillan.
- (2001) «Voices from the front line: state social workers and New Labour», *British Journal of Social Work*, 31: 547–62.
- (2002) «Poverty and social exclusion», in M. Davies (ed), *Blackwell Companion to Social Work*, 2.^a ed, Oxford: Blackwell.
- Langan, M. (1993) «The rise and fall of Social Work», in J. Clarke (ed), *A Crisis in Care?*, Londres: Sage.
- Langan, M. e Day, E. (1992) *Women, Oppression and Social Work*, Londres: Routledge.
- Lindow, V. (2000) «User perspectives on Social Work», in M. Davies (ed), *Blackwell Encyclopaedia of Social Work*, Oxford: Blackwell.
- Mills, C. W. (1959) *The Sociological Imagination*, Oxford: Oxford University Press.
- Munro, E. (1998) *Understanding Social Work: An Empirical Approach*, Londres: The Athlone Press.
- Pithouse, A. (1987) *Social Work: The Social Organisation of An Invisible Trade*. Aldershot: Avebury.
- Richan, W.C. e Mendelsohn, A.R. (1973) *Social Work: The Unloved Profession*, Nova Iorque: New Viewpoints.
- Roberts, B. (2002) *Biographical Research*, Buckingham: Open University Press.
- Thompson, N. (2000) *Understanding Social Work: Preparing for Practice*, Basingstoke: Macmillan.

Parte I

Vozes da prática do Serviço Social

O número de malabarismo

Gurdip Chima

Gurdip Chima era assistente social especializado na área das dependências na altura em que escreveu o seu contributo para este livro. Atualmente, assume um novo cargo como líder de uma equipa de intervenção na área das dependências no *Addiction Services* do *Wolverhampton Health Care NHS Trust*. É responsável por gerir o trabalho de enfermeiros especializados em Psiquiatria Comunitária e é assistente social nesta equipa.

«Parem, por favor parem!», gritava eu, enquanto as lágrimas me escorriam pelo rosto e a dor se espalhava pelo meu corpo. Não fez a menor diferença, continuaram a bater-me, gritando palavras racistas. Tinha 15 anos e estava agachado no meio de um campo aberto. O sangue descia pelo lado direito da minha cabeça e do meu rosto, escorrendo para o meu olho. Tentei proteger a cabeça com os braços e as mãos, porque me estavam a pontapear pela frente e por trás. Senti que me iam matar. Já tinha ouvido os meus pais contarem as suas terríveis experiências com ataques racistas. No entanto, nunca havia vivenciado nada parecido até esse dia. Senti-me zangado e confuso, pois não entendia o porquê de isso me ter acontecido. Estava a atravessar, inocentemente, os campos no meu caminho da escola para casa. Não tinha feito nem dito nada aos quatro jovens brancos que me perseguiram e depois me espancaram. Foi, então, que percebi que havia sido vítima de assédio racial, de ódio racial e de opressão racial.

Após este e muitos outros episódios de assédio racial, comecei a construir os alicerces que serviram de base para as minhas crenças no respeito, na justiça, na dignidade e no reconhecimento. Proativamente, iniciei a minha jornada na luta pela igualdade de todos (Hukam 2000). Acredito que Malcolm X descreve bem o que sinto quando refere:

Não se espeta vinte centímetros de uma faca nas costas de um homem e depois puxam-se cinco centímetros e se diz que se está a fazer progressos. Por muito respeito, por muito reconhecimento que os brancos me possam demonstrar, no que me diz respeito, enquanto não fizerem o mesmo para todos os membros do nosso povo neste país, para mim isso não existe.

(Malcolm X (1964), citado em West 1993: 35)

Ter estudado Sociologia no fim dos anos oitenta ajudou-me a compreender a opressão racial. A Sociologia deu-me, tal como deu a muitos outros estudantes, o esclarecimento acerca de como os sistemas económicos e as ideologias políticas e sociais funcionam. Acima de tudo, tornei-me capaz de examinar a forma como os indivíduos e os grupos são discriminados no seio das estruturas políticas e sociais, devido à falta de poder. Explorei teoricamente os fatores pessoais, culturais e estruturais que contribuem para a opressão e para a sua manutenção (Thompson 1997). Foi nessa altura que consegui chegar pela primeira vez até outras pessoas que sofreram diferentes tipos de opressão como o racismo, o sexismo, a heteronormatividade, o idadismo e contra pessoas portadoras de deficiência e de diferentes classes sociais. Comecei, também, a aperceber-me do impacto que a opressão e a desigualdade tiveram em mim, em termos de marginalização, de subjugação, de exclusão, de impotência e de autodepreciação¹.

Alguns anos mais tarde, por volta dos meus vinte e um anos, estava sentado num bar em Londres com alguns amigos asiáticos e começámos a conversar sobre os diferentes tipos de profissões que considerávamos apelativos. Achei elucidativo que três dos meus amigos falassem abertamente sobre quererem ter trabalhos ambiciosos na cidade, quererem viver em casas que valessem entre os 440.000,00€ e os 550.000,00€ e, também, quererem ser membros de clubes exclusivos. Quando lhes perguntei sobre a realização pessoal que esperariam alcançar, a reação que recebi foi sarcástica. Durante o resto da conversa, falámos um pouco mais sobre discriminação e desigualdade e disseram-me para «fazer algo sobre isso ou calar-me». Este momento foi o ponto de viragem para mim na escolha da minha carreira profissional. Apercebi-me de que o Serviço Social era mais do que uma profissão, era uma vocação; que queria uma profissão que envolvesse a luta contra a opressão e a discriminação, mas que proporcionasse, também, de forma ativa, escolhas às pessoas nos seus quotidianos. Sabia que nem a remuneração nem o estilo de vida desta profissão seriam tão atrativos quanto os das profissões de sonho dos meus amigos. Contudo, seria recompensado de outras formas a que os meus amigos não teriam acesso. Poderia construir relações com pessoas e ter a oportunidade de partilhar experiências felizes e dolorosas com elas. Esperava poder compreender o comportamento humano e poder envolver-me na capacitação de indivíduos e de grupos, de forma a permitir-lhes fazerem escolhas e a tomarem decisões mais eficazes acerca das suas vidas. Poderia atuar como um agente de mudança, envolvendo as pessoas no processo de ganharem controlo sobre as suas circunstâncias pessoais. Acima de tudo, através da formação em Serviço Social poderia desenvolver as minhas competências e habilidades

para trabalhar em conjunto com as pessoas na definição das suas próprias necessidades, mantendo a dignidade e o respeito.

A minha experiência de formação em Serviço Social foi positiva. Em termos académicos, a formação foi desafiante, intensa e motivante, bem como física, emocional, intelectual e mentalmente desgastante. Apesar disso, foi uma experiência muito gratificante. Guardo memórias felizes dos tempos que passei na *University of Edinburgh*. Contudo, ter sido um de apenas dois estudantes negros no curso foi, por vezes, difícil. Tornou-se necessário criar fortes redes de suporte social e procurar apoio pessoal, físico e emocional nestas mesmas redes quando as situações eram duras! A formação deu-me um conhecimento de base sólido, o que me proporcionou confiança na minha prática profissional, quando comecei a trabalhar com uma variedade de necessidades complexas. Percebi também que a minha formação era apenas o começo de uma longa jornada. Obtive o meu *Master* em Serviço Social/*Diploma* em Serviço Social em 1997.

O meu atual contexto de trabalho: o caso de Lawrence

«Tenho espíritos dentro de mim e quero morrer», gritava o Lawrence quando nos conhecemos pela primeira vez. O Lawrence era um homem caucasiano de 32 anos que havia chegado ao meu gabinete. Tremia e transpirava, enquanto ouvia vozes persecutórias, via espíritos e água a sair das paredes. O Lawrence tinha um historial de automutilação, de *overdoses* e de convulsões por privação do consumo de álcool. Sofria, também, de depressão e de ansiedade. Recentemente, tinha tentado cometer suicídio, ao tentar saltar do sétimo andar de um apartamento e, seis meses antes, tinha sido admitido numa Unidade de Cuidados Intensivos por uma *overdose*.

Trabalho numa equipa multidisciplinar (Ovretveit 1993), com sede numa unidade de serviços de saúde secundários em Wolverhampton, e que intervém com indivíduos e com famílias com consumos abusivos de substâncias psicoativas. Trabalho em conjunto com a equipa médica e a minha função é realizar avaliações holísticas aos utentes, tendo em consideração alguns aspetos como o género, a «raça», a deficiência, a sexualidade, a idade, a classe social e a cultura (Mandelstom 1999).

Quando o Lawrence chegou ao meu gabinete, fiz-lhe uma avaliação de risco imediato, o que envolveu observar o seu funcionamento físico, emocional, intelectual, mental e social. Era óbvio que ele estava a sofrer de síndrome de privação do álcool e que se tinha estado a automutilar por se sentir deprimido. Contactei com o psiquiatra de serviço na minha Unidade, especialista em utentes com dependências. Ele indicou que o

Lawrence fosse visto por outro psiquiatra, por achar que o problema era ao nível da sua saúde mental e não tanto da dependência do álcool. Acompanhei-o, então, até ao hospital e esperámos juntos durante quatro horas no *Accident and Emergency Department*. Durante este tempo, o Lawrence tornou-se mais distante e apático e eu senti a necessidade de perceber o porquê, tentando olhar para além do que se estava a passar no momento. Foi aí que o encorajei a contar-me a sua «própria história» (Egan 1998) e que ele me revelou, pela primeira vez, ser homossexual.

Conversámos mais em profundidade sobre as suas experiências como homem homossexual e sobre como ele se sentia desigual em comparação com os homens heterossexuais. Ele admitiu ter sido alvo de discriminação e sabia bem o que era viver no meio da heteronormatividade. Como resultado disso, ele disse-me que tinha tentado: «Fingir que sou heterossexual e levar uma vida heteronormativa, mas onde é que isso me levou? Viciado na bebida e deprimido». Contou-me que o seu consumo de álcool se agravou quando se começou a sentir deprimido após o namorado o ter deixado. O Lawrence não havia contado a mais ninguém acerca da sua perda e separação, pois não se tinha assumido para os seus amigos e família.

Reconheci que era um grande passo para o Lawrence partilhar isso comigo. Valorizei, também, o facto de ele ter confiado o suficiente em mim para partilhar informações pessoais e sensíveis. Procurei ver a situação através do seu ponto de vista. Ele tinha ficado isolado e procurou camuflar toda a sua dor e sofrimento com o álcool. Tinha tentado negar a sua sexualidade e, por isso, ficou deprimido e dependente do álcool para lidar com toda essa negação. Os meus sentimentos variavam de tristeza a raiva, o que trouxe ao de cima algumas memórias pessoais e dolorosas da minha vida, memórias de autodepreciação e de negação da minha verdadeira identidade. Consegui entender como o Lawrence e muitos outros homossexuais podem achar mais fácil tentar viver uma vida heteronormativa, por sofrerem discriminação com base nas suas orientações sexuais (Brown 1988). Ele afirmou que queria ajuda para resolver os seus problemas, para que pudesse aprender a estar mais confortável com a sua própria identidade.

Esta situação serve de bom exemplo do impacto positivo do Serviço Social. A longa espera permitiu ao Lawrence desabafar e o resultado foi positivo para ambos. No entanto, a realidade é mais complexa. Enquanto esperávamos no hospital, de vez em quando ele saía para ir às casas de banho públicas para consumir álcool que tinha trazido consigo. O psiquiatra que estava de serviço naquele dia no hospital conseguiu dar pelo cheiro a álcool e recusou-se a finalizar a sua avaliação. Argumentou que o Lawrence tinha

um problema com o álcool e afirmou: «Não há tratamento possível, você é um viciado», ao que ele respondeu: «O álcool é a minha única forma de lidar com esta depressão».

Senti-me completamente preso. O psiquiatra especialista em dependências tinha dito ao Lawrence que o seu maior problema estaria relacionado com a sua saúde mental. O psiquiatra de serviço no hospital estava agora a rotulá-lo como intratável, devido à sua dependência do álcool. Tal como já tinha acontecido antes, dei por mim numa situação muito difícil. Aparentemente, não existia uma assistência coordenada entre os serviços de saúde mental e os serviços de dependências. Senti-me extremamente frustrado por sentir relutância por parte dos dois serviços, no que diz respeito a responsabilizarem-se pelo caso do Lawrence e transmiti isso, assertivamente, ao psiquiatra que nos atendeu no hospital. Disse-lhe que precisava de falar pelo Lawrence, uma vez que ele não estava em condições de o fazer por si. Sugeriu-lhe que ele estaria a consumir álcool como forma de se automedicar e enfatizei que ele desejava, acima de tudo, apoio para tratar a sua depressão e não a sua dependência ao álcool.

Após muita deliberação, o psiquiatra acabou por concordar em avaliar o Lawrence e apercebeu-se que ele estava em risco de automutilação e de cometer suicídio. Após uma avaliação geral de saúde mental, o Lawrence foi admitido numa ala de Psiquiatria, em regime voluntário. Tratou-se da sua síndrome aguda de privação do álcool, bem como das suas ideias suicidas. Passadas quatro semanas de tratamento, estava pronto a ter alta. Durante o seu tratamento, decidi que queria integrar um programa estruturado em Comunidade Terapêutica para dar continuidade ao tratamento da sua dependência do álcool. Sentia-se determinado a desenvolver diferentes estratégias e competências de *coping*. Assim que as suas necessidades foram identificadas e que o financiamento foi aprovado pelos serviços sociais e pela autoridade de saúde, encorajei-o, então, a estar ativamente envolvido no processo de procura de um programa do seu agrado. O Lawrence completou um programa estruturado de doze meses e voltou a ganhar o controlo da sua própria vida.

O que me tornei – um parceiro, negociador, apoiante, comunicador, reformulador, confrontador, pensador e flexível?

Irei traçar abaixo algumas das competências que usei durante o meu trabalho com o Lawrence e com o psiquiatra, competências estas que penso serem essenciais para o papel do Serviço Social.

Trabalhar em equipa

Trabalhei em equipa com psiquiatras em ambos os contextos e precisei de pôr em prática uma série de competências para lhes chamar à atenção, bem como à equipa médica, da necessidade de serem prestados cuidados ao Lawrence. Como assistente social, contribuí com uma dimensão de uma equipa multidisciplinar e os psiquiatras contribuíram com outra (Brown 1988). Consegui contribuir para a avaliação da saúde mental de uma forma positiva e consegui fazer com que o psiquiatra tivesse acesso a informação documentada acerca do abuso de álcool e do historial de saúde mental do Lawrence.

Negociar com os outros

Tinha estado ativamente envolvido na negociação com o psiquiatra e estava certo dos resultados que se poderiam esperar para o Lawrence. A negociação poderá significar desafiar outro profissional, como mostra este exemplo. Referi que o Lawrence tinha necessidades ao nível da sua saúde mental e que tinha sido diagnosticado com síndrome de dependência alcoólica. Como parte do processo de negociação, tive de chegar a um acordo, o que significou aceitar estar presente durante o processo de avaliação.

Apoiar os utentes

O meu papel nesta situação foi o de proporcionar apoio prático e emocional ao Lawrence, antes e durante a avaliação. Eu estava a desafiar, de forma proativa, a perspetiva médica e defendi os interesses do Lawrence. Continuei, também, a prestar-lhe apoio, enquanto trabalhávamos juntos para identificar uma Comunidade Terapêutica que fosse ao encontro das suas necessidades, aquando da sua alta do hospital.

Comunicar com os outros

Foi necessário, claro, comunicar de forma clara e eficaz durante o processo de avaliação (Coulshed e Orne 1998). Senti que foi bom ter falado com o Lawrence sem jargões, visto que muitas vezes ele não entendia os termos que o psiquiatra utilizava. A comunicação não-verbal adequada à situação também foi importante, uma vez que o Lawrence via e ouvi coisas que eram reais apenas para ele. Ele estava também extremamente ansioso durante o processo de avaliação. Conhecia o historial de saúde mental e de consumo do Lawrence, que também deveria ser transmitido.

Reformular

Estava dedicado a reformular: apresentei uma perspetiva diferente, uma abordagem diferente, uma forma diferente de interpretar a situação. Escolhi uma

abordagem existencialista (Thompson 1992), olhando para o exterior do contexto social do Lawrence e para o interior do seu comportamento aditivo. Impedi que o Lawrence fosse rotulado como doente num contexto médico e coloquei o problema num contexto de referência mais abrangente. Vários homens caucasianos, jovens e solteiros bebem álcool acima dos limites recomendados, independentemente da classe e estatuto social, pelo que a situação do Lawrence não era única.

Confrontar

Ao longo do processo de avaliação, estava ciente de estar a confrontar ativamente a perspetiva médica dominante. O psiquiatra tinha formado a sua opinião em trinta minutos, após conhecer o Lawrence. Argumentei que a recaída dele não significava que não conseguisse ficar abstinente no futuro. Indiquei as inúmeras dificuldades que ele tinha tido na vida e que bebia quando ficava perturbado ou frustrado, como mecanismo de *coping* (Barber 1995). Se eu não tivesse estado presente naquele dia no hospital, certamente o Lawrence teria tido alta com pensamentos suicidas.

Ser flexível

Para se ser assistente social é importante ser flexível, respeitar e aprender a partir das competências de outros membros de uma equipa. Tive de me adaptar e tomar decisões no momento. Tive, também, de aplicar a teoria à prática. Por exemplo, o modelo transteórico dos cinco estádios de mudança de Prochaska e DiClemente (1994) ajudou-me a compreender o comportamento do Lawrence, enquadrado no ciclo de dependência.

Refletir e avaliar a prática

A reflexão é necessária para medir o resultado das intervenções e para avaliar o processo. Apercebi-me que deveria ter encorajado o psiquiatra especialista em dependências a adotar um papel mais proativo na articulação com o outro psiquiatra. Poderiam ter partilhado informação necessária e prevenido uma situação delicada e de confronto. Acredito que na área da saúde mental, em geral, existe a necessidade de uma maior consciencialização acerca do abuso de substâncias psicoativas e vice-versa, porque se torna pouco proveitoso quando os profissionais de primeira linha se categorizam quer como especialistas em saúde mental quer como especialistas em dependências. Uma forma possível de colmatar esta necessidade será através da formação destes profissionais em ambas as áreas, de modo a que consigam providenciar um serviço mais integrado a pessoas com problemas de saúde mental e de dependências.

No que me tornei – num malabarista?

Sinto que o meu trabalho é um pouco como o de um malabarista, por vezes, porque muitas das minhas interações com os utentes ocorrem em contextos de crise (O'Hagan 1996). Deparo-me com compromissos diários agendados que já não consigo cumprir, porque me encontro a lidar com a crise seguinte (ver Quadro 1.1.).

<i>Horas</i>	<i>segunda-feira (dia de serviço)</i>	<i>terça-feira</i>	<i>quarta-feira</i>	<i>quinta-feira</i>	<i>sexta-feira</i>
09:00	Avaliação Inicial – Sr. G.	Abordagem do Programa de Assistência para o Sr. A.	Terapia Cognitivo-Comportamental – Sr. T.	Terapia Comportamental e da Rede Social – Sr. D.	Trabalho Administrativo
10:00	Avaliação Inicial – Sr. C.	Avaliação Inicial – Sr. ^a E.	Reunião de Serviço	Avaliação de Comunidades Terapêuticas (Fora da área)	Trabalho Administrativo
11:00	Avaliação Inicial – Sr. ^a A.	Visita Domiciliária – Sr. H.	Avaliação Clínica	Continuação	Trabalho Administrativo
12:00	Avaliação Inicial – Sr. S.	Visita Domiciliária – Sr. K.	Avaliação Clínica	Continuação	
13:00	Almoço	Visita Domiciliária – Sr. ^a L.	Avaliação Clínica	Almoço	Almoço
13:30		Almoço	Almoço		
14:00	Avaliação Inicial – Sr. ^a P.	Visita Domiciliária – Sr. S.	Ronda de Ala	Terapia Comportamental e da Rede Social – Sr. J.	Supervisão de Grupo
15:00	Avaliação Inicial – Sr. I.	Visita Domiciliária – Sr. N.	Ronda de Ala	Terapia Cognitivo-Comportamental – Sr. ^a W.	Supervisão de Grupo
16:00	Avaliação Inicial – Sr. B.	Terapia Comportamental e da Rede Social – Sr. ^a H.	Ronda de Ala	Avaliação Residencial – Sr. W.	Supervisão de Grupo
17:00	Terapia Comportamental e da Rede Social – Sr. C.		Ronda de Ala	Terapia Cognitivo-Comportamental – Sr. ^a J.	Terapia Comportamental e da Rede Social – Sr. Y.

Quadro 1.1 - A minha semana habitual

Trabalho com situações desafiantes, difíceis e complexas no meu quotidiano e tenho de planear, estabelecer prioridades, organizar e de me motivar. É claro que não trabalho de forma totalmente autónoma e autorregulada, pois tenho de prestar contas à minha entidade patronal e de aderir às suas políticas e procedimentos. No entanto, dou por mim a necessitar de apoio físico e emocional com frequência, especialmente quando sinto que não tenho feito o meu melhor malabarismo. Geralmente, recorro ao apoio daqueles que me são próximos, de consultas externas e independentes do meu serviço e das redes de suporte profissional, como por exemplo, do *Black Workers' Development Group*, que existe para prestar apoio a assistentes sociais negros e a outros profissionais dos serviços sociais de Wolverhampton. Apercebi-me que uma longa corrida após um dia de trabalho difícil e desafiante é algo bastante terapêutico – transpiro a pressão e o *stress*! Quando as coisas no trabalho andam mais difíceis, dou por mim a precisar de algum tempo de qualidade só para mim e gosto de ouvir diferentes tipos de música. Isso ajuda-me a relaxar e a espairecer. Ler um bom livro também me ajuda a desligar dos acontecimentos do dia e a conectar-me com a minha vida privada.

A arte de fazer malabarismos não é apenas sobre a gestão diária, é também sobre os constrangimentos com os quais trabalho. Tal como muitos colegas meus que trabalham nas áreas das dependências e da saúde mental, tento não me justificar com base nas limitações de orçamento e na falta de financiamento que existem. Acredito que o bem-estar de adultos vulneráveis, de indivíduos e de grupos em desvantagem não será promovido adequadamente até que os serviços de dependências para pessoas com doença mental sejam levados a sério e que lhes seja disponibilizado financiamento apropriado. Preocupo-me, também, que, a um nível social e político, os duplos diagnósticos não estejam a tomar o seu devido lugar de destaque na agenda política (Rorstad *et al.* 1996). Por exemplo, a *National Health Service Framework* e as instituições de tratamento de toxicodependência não estão a abordar o campo do duplo diagnóstico, apesar de isso já estar previsto há muitos anos².

Aguardando o futuro com expectativa

Formei-me como assistente social há quatro anos e continuo a achar o meu trabalho gratificante, continuo a ser estimulado pelos utentes com quem trabalho. Todavia, parece-me que há momentos em que uma prática de racismo e de discriminação se tornou rotina na relação entre os técnicos e os utentes dos serviços (Hukam 2000). Por

consequente, tento encontrar formas de promover uma intervenção antidiscriminatória, envolvendo os meus colegas.

Tal como afirmei, uma das principais razões para me ter interessado pelo Serviço Social, enquanto carreira, foi por acreditar que, enquanto profissão, consegue, entre outras coisas, enfrentar a discriminação e a opressão. Contudo, sinto que atualmente este é um período difícil e desestabilizador para os assistentes sociais empregados por autoridades locais, devido ao que vejo como uma falta de direção – a profissão desconhece a direção em que deve seguir. Muitos dos meus colegas têm visto os seus ambientes profissionais fundirem-se com os dos serviços de saúde. Parece que é o *Department of Health* que está à frente da intervenção comunitária do Serviço Social e receio que muito do trabalho de capacitação tradicionalmente desenvolvido por assistentes sociais se perca nos novos contextos multidisciplinares. A minha experiência como um de dois assistentes sociais num novo serviço de especialidade mostra que o meu trabalho não é supervisionado por assistentes sociais com mais experiência, nem a minha intervenção beneficia de contributos diários destes mesmos assistentes sociais. Por vezes parece que sou «apenas mais um trabalhador». Se não fosse pelo meu forte sentido de identidade de Serviço Social, poderia ter sido engolido no contexto da saúde. Há também momentos bastante solitários e isoladores que me levam a sentir como se estivesse a bater com a cabeça contra uma parede, especialmente quando tenho de desafiar a perspetiva médica dominante. Acredito que quando assistentes sociais especialistas em determinadas áreas são colocados em equipas multidisciplinares dirigidas pelos serviços de saúde, dever-se-ia prestar mais atenção à questão da identidade profissional e providenciar recursos mais apropriados para este fim, tais como uma supervisão frequente em Serviço Social, acesso a um consultor externo e a formação apropriada.

Tem sido interessante, para mim, vivenciar a partir do seu interior, o impacto inicial da criação de um setor interno partilhado pelos serviços de saúde e sociais. Este desenvolvimento tem, sem dúvidas, levado a sentimentos de incerteza entre os profissionais de primeira linha de ambos estes serviços acerca do seu futuro. Contudo, há também uma energia positiva que estes profissionais sentem ao se aperceberem de que existem benefícios culturais e financeiros da junção de orçamentos e de trabalho (Phillips 2000). Vejo agora que tenho mais em comum com os meus colegas do serviço de saúde do que poderia ter imaginado no passado. Todavia, para que uma parceria e um trabalho em equipa venham a florescer, acredito que deve existir uma avaliação completa e honesta das estruturas de poder que existem nos serviços de saúde e sociais. Para os utentes

colherem os benefícios deste trabalho conjunto, acredito, então, que os profissionais do sistema de saúde e os assistentes sociais devem trabalhar juntos e partilhar poder de forma equitativa, tal como tenho procurado alcançar na minha própria realidade.

Acredito que o Serviço Social, enquanto profissão, não tem outra opção a não ser aceitar as mudanças que estão a ser conduzidas e a decorrer num contexto social mais amplo e ao nível político. Há agora uma verdadeira oportunidade para melhorar os serviços para o futuro. Apesar das dificuldades no mundo complexo e em constante mudança dos serviços sociais, acredito que sou capaz de dar um contributo valioso e importante através da capacitação e do apoio a indivíduos e grupos. Tenho conseguido levar os assuntos do Serviço Social a discussão no meu local de trabalho nas reuniões semanais de avaliação clínica e nas rondas diárias à ala hospitalar, nas quais estes mesmos assuntos são falados e explorados a fundo. Isso por si só tem sido uma mudança, uma vez que antes de eu começar a trabalhar para a minha entidade patronal isso não acontecia. Também acredito que sou capaz de dar um contributo significativo enquanto supervisor de estágios de Serviço Social. Comecei recentemente um curso de supervisão de estágios, o que se tem revelado uma experiência de aprendizagem positiva para mim e que me tem possibilitado desenvolver as minhas competências como supervisor. Penso que os estudantes de Serviço Social poderão aprender muito através da interação com a área da saúde, mas antes da junção de ambas as áreas, este tipo de estágio não teria existido para os estudantes. Desta forma, posso contribuir de forma positiva para a educação e formação da próxima geração de assistentes sociais.

Posfácio

Ainda mantenho contacto com os meus amigos que me influenciaram a tomar a decisão de me tornar assistente social. Eles concretizaram os seus sonhos e vivem agora em casas que valem entre os 350.000,00€ e os 470.000,00€ e são membros de estabelecimentos de lazer exclusivos, mas eu tenho tido o privilégio de ter a perceção de como funciona o comportamento humano. Através do meu trabalho na área das dependências, consigo agora entender o motivo que leva pessoas como o Lawrence a beber acima dos limites de segurança recomendados para o consumo de álcool. O comportamento e as ações que antes eram um mistério para mim, tais como o consumo abusivo de substâncias psicoativas, fazem agora sentindo, porque a minha formação me apetrechou com o conhecimento de base para as compreender e com as capacidades apropriadas para lidar com as pessoas que passam por isso.

Então, consegui concretizar os meus sonhos de luta contra o racismo e outras formas de opressão? Espero que sim, pelo menos à minha maneira. Quando contei a um amigo sobre a minha missão, ele respondeu-me «Porque é que os assistentes sociais se levam tão a sério?». Sinto que, por vezes, mais ninguém nos leva a sério e, por esse motivo, é importante para mim agarrar-me às mudanças diárias para as quais eu possa ter contribuído. Quando sou capaz de capacitar e de apoiar os utentes, sinto, então, que estou a realizar o meu sonho.

Agradecimentos

Dedico este capítulo ao Tim Westwood - obrigado pelo teu apoio incondicional – e à Deborah Fogg (1961 – 2002) – a tua energia ficará comigo.

Notas

¹ Apesar de descrever estes sentimentos como pessoais, não serei o único a senti-los, pois muitas pessoas negras e asiáticas também os descrevem, tal como Hukam (2000).

² No dia 1 de maio de 2002, o Ministro da Saúde, Jacqui Smith, lançou um novo guia em saúde mental como complemento ao *Mental Health Policy Implementation Guide*, publicado em março de 2001, cobrindo o internamento hospitalar agudo de adultos e os duplos diagnósticos. Os guias podem ser transferidos a partir do *site* do *Department of Health*: <http://www.doh.gov.uk/mentalhealth/inpatientcp.pdf> e <http://www.doh.gov.uk/mentalhealth/piculse.pdf>.

Referências bibliográficas

- Barber, J. G. (1995) *Social Work with Addictions*, Basingstoke: Macmillan.
- Brown, H. C. (1998) *Social Work and Sexuality: Working with Lesbians and Gay Men*, Basingstoke: Macmillan.
- Coulshed, V. e Orme, J. (1998) *Social Work Practice: An Introduction*, 3.^a ed, Basingstoke: Macmillan.
- Egan, G. (1998) *The Skilled Helper: A Systematic Approach to Effective Helping*, 6.^a ed, Pacific Grove, CA: Brooks Cole.
- Hukam, M. (2000) «Critical career review», artigo não publicado para Master of Social Work/Advanced Award in Social Work Portfolio, Londres: University of Westminster.

- Mandelstom, M. (1999) *Community Care Practice and the Law*, Londres: Jessica Kingsley.
- O'Hagan, K. (1996) *Competence in Social Work Practice*, Londres: Jessica Kingsley.
- Ovretveit, J. (1993) *Co-ordinating Community Care: Multidisciplinary Teams and Care Management*, Buckingham: Open University Press.
- Phillips, A. (2000) «Joint working», *Community Care*, 21: 26-27.
- Prochaska, J. O. e DiClemente, C. C. (1994) *The Transtheoretical Approach: Crossing Traditional Boundaries of Therapy*, Malabar, FL: Krieger.
- Rorstad, P., Cheinski, K., McGeachy, O. e Ward, M. (eds) (1996) *Dual Diagnosis: Facing the Challenge*, Kenley: Wynne Howard Publishing.
- Thompson, N. (1992) *Existentialism and Social Work*, Aldershot: Avebury.
- (1997) *Anti-discriminatory Practice*, Basingstoke: Macmillan.
- West, C. (1993) *Race Matters*, Massachusetts: Beacon Press.

Websites

www.doh.gov.uk/mentalhealth/inpatientcp.pdf

www.doh.gov.uk/mentalhealth/piculse.pdf

O Serviço Social na comunidade

Bob Holman

Bob Holman é voluntário num projeto local em Glasgow e Professor Convidado de Política Social na *University of Swansea*. O seu estudo mais recente intitula-se *The Unknown Fostering: A Study of Private Fostering*, Russell House Publishing, 2002.

Com o surgimento da Guerra de 1939, fui uma das milhares de crianças evacuadas das suas cidades para áreas mais seguras. Fui um evacuado, do tipo ioiô, que regressava a casa quando o bombardeamento abrandava e era novamente enviado de volta quando se intensificava. A vivência da guerra afetou-me profundamente. Durante o *London Blitz*ⁱ, a morte estava sempre por perto e, mesmo em criança, sempre quis saber mais sobre o significado da vida e da morte. Esta espiritualidade manteve-se comigo. Também me identificava com os estrangeiros. Tive de abandonar um lar de acolhimento por roubar. Noutra lar, tive de enfrentar a hostilidade contra os «*vacees*»ⁱⁱ, porque sobrelotávamos as escolas. Não tenho a certeza se estas vivências moldaram a minha motivação para seguir esta carreira, mas, após a universidade, tornei-me um técnico de apoio à infância no departamento para a infância de uma autoridade local.

Em direção ao Serviço Social Comunitário

Passei da intervenção na infância, para a formação na área dos cuidados infantis. Em poucos anos, tornei-me Professor de Administração Social na *Univeristy of Bath*. A minha rápida subida deveu-se pouco às minhas habilidades e mais ao enorme aumento do número de vagas académicas em Serviço Social e em Política Social. No entanto, a torre de marfim nunca me satisfez. Sentia-me como um hipócrita quando dizia aos meus alunos de Serviço Social o que fazer, atrás de uma secretária. Enquanto cristão, estava consciente de que o meu estilo de vida próspero estava em discordância com o Cristo que tinha vivido modestamente e ao lado dos socialmente excluídos. Decidi voltar à prática.

O meu foco académico tinha sido na prevenção, ou seja, nos meios de prevenir que os jovens fossem desnecessariamente colocados sob a intervenção ou sob a custódia

ⁱ **N.T.:** Designação atribuída, na língua de partida, à campanha de bombardeamentos da aviação alemã, Luftwaffe, ao Reino Unido, que ocorreu entre 7 de setembro de 1940 e 10 de maio de 1941.

ⁱⁱ **N.T.:** Designação utilizada, na língua de partida, para se referir às crianças que, durante este período histórico, eram evacuadas para outras províncias do Reino Unido.

dos serviços sociais. Apercebi-me de algumas das limitações do Serviço Social no setor público no âmbito dos departamentos de serviços sociais e de ação social. A maioria dos assistentes sociais não viviam próximo dos seus utentes, mas faziam viagens de ida e de volta aos seus bairros. Não só estavam fisicamente distantes das pessoas que queriam ajudar, mas também tinham menos hipóteses de utilizar os recursos locais para fins preventivos. Para além disso, muitos assistentes sociais pareciam mudar de trabalho com frequência e, por isso, não conseguiam desenvolver relações de longa duração com as famílias e as crianças.

As minhas insatisfações e análises levaram-me, em 1976, a começar um projeto local. Com o apoio da *Church of England Children's Society* – e com a cooperação da minha família – mudámo-nos para o que tinha sido em tempos o consultório médico no bloco de habitações sociais do concelho de Southdown, Bath. O bairro era pequeno o suficiente para que as pessoas se reconhecessem umas às outras e isso é o que eu chamo de bairro. Os objetivos do *Southdown Project* eram melhorar a qualidade de vida dos jovens do bairro e reduzir o número daqueles que eram retirados às suas famílias. O método era simplesmente estar lá.

O Southdown Project

Tornei-me amigo próximo do Dave Wiles, um jovem de vinte anos. Nascido e criado naquele estado, o Dave tinha um histórico de violência, de consumo abusivo de drogas e estava em liberdade condicional. Tinha passado por uma conversão cristã – nada a ver comigo – e queria devolver algo positivo ao bairro.

Visto que ele estava desempregado, o Dave juntou-se a mim e fomos batendo de porta em porta, perguntando aos moradores o que queriam que o projeto fizesse. Aos fins de tarde, eu passava tempo na rua com os adolescentes. Os adultos diziam «Tire os miúdos das ruas» e os jovens queixavam-se, dizendo «Isso aqui é aborrecido, não há nada para fazer». Em resposta, iniciámos um clube de adolescentes mais velhos, com o Dave como o seu primeiro presidente. O Dave era crucial. Anos depois, um dos jovens que ia ao clube disse que «o Dave era alguém que admirava. Ele compreendia, porque já lá tinha estado também. Ele veio do mesmo contexto que eu» (Holman 2000: 83). Passado um ano, foi possível contratar o Dave a tempo inteiro como um membro da equipa. A minha primeira lição foi que os residentes possuem as capacidades para assegurar o trabalho.

Os adolescentes pediram umas férias e nós fomos para um campo de férias. Foi terrível. Não conseguia separar os rapazes e as raparigas à noite. O supervisor tinha

ameaçado expulsar-nos devido às brigas. No rápido regresso a casa no nosso autocarro recentemente adquirido, uma rapariga pôs a cabeça do lado de fora da janela por se estar a sentir enjoada. Nunca façam isso. O vômito foi projetado para trás, borrifado nas janelas e quase causou um acidente. Ainda assim, os jovens acharam as férias excelentes e estas passaram a ser uma atividade regular. Segunda lição, os projetos não necessitam introduzir terapias sofisticadas, modernas e ideias novas, ao contrário do que pensam, por vezes, os financiadores. Os moradores queriam férias normais, equipas de desporto, saídas, grupos de pais e crianças, diálogo.

Muitas das atividades decorriam na nossa casa. A minha esposa, Annette, e os nossos filhos, David e Ruth, estavam preparados para partilharem a sua casa com os outros. Adultos e miúdos visitavam-nos sem aviso. Um velho alpendre à frente da casa tornou-se um refúgio noturno para os adolescentes. A terceira lição foi que na intervenção comunitária é difícil fazer a distinção entre trabalho e lazer. É o que se costumava chamar de «vocaçãõ».

As atividades do projeto multiplicaram-se e mais dois membros foram recrutados para a equipa. Os moradores locais contribuíram com angariações de fundos para que, passados cinco anos, o projeto tivesse o seu próprio edifício. O Dave e eu trocámos de cargos. Passados mais cinco anos, a equipa e os voluntários eram todos moradores locais. Em 1986, a Annette e eu mudámo-nos para Glasgow, a sua cidade natal.

Vinte anos mais tarde, recebi uma bolsa para visitar Southdown e averiguar o que tinha acontecido aos jovens que frequentavam regularmente o projeto. Cinquenta e um deles, na altura por volta dos seus trinta anos, foram entrevistados. Quando contactaram pela primeira vez com o projeto, enquanto jovens adolescentes, a maioria vinha de famílias de baixos rendimentos; 57 por cento tinha dificuldades na escola, tais como absentismo escolar e suspensão; 39 por cento tinha problemas com a polícia; 22 por cento estava em famílias acompanhadas por assistentes sociais. Em suma, muitos tinham os elevados fatores de risco associados ao insucesso escolar, ao desemprego, ao crime e às relações instáveis no futuro. Mas, então, como é que eles se saíram? Uns 47 por cento não conseguiram obter quaisquer habilitações literárias, mas em adultos, quase todos os que estavam disponíveis para trabalhar encontravam-se empregados. Só um tinha sido encaminhado para acompanhamento dos serviços sociais e apenas por um curto período; 14 por cento tinha estado envolvido em problemas sérios com a polícia no início da idade adulta, mas, por volta dos trinta anos, nenhum estava na cadeia e a maioria estava em relações estáveis.

Os resultados são melhores do que se esperava. Porquê? Obviamente, muitos fatores contribuíram para tal, incluindo a existência de postos de trabalhos disponíveis e o sucesso ao encontrarem os parceiros certos. Além disso, todos os cinquenta e um homenagearam o projeto e referiram que os tinha ajudado de duas formas. Em primeiro lugar, os clubes e as férias preencheram uma lacuna num bairro com poucas infraestruturas para tal e providenciaram uma alternativa ao vandalismo, às drogas e ao crime. Um homem, cujo pai tinha passado longos períodos na cadeia, afirmou:

Aos 15 anos de idade, se dissesse às pessoas que por volta dos 34 anos ainda não teria cumprido um único dia na prisão, não teriam acreditado em mim. [Os clubes] Mantiveram-nos livres de sarilhos.

(Holman 2000: 72)

Em segundo lugar, a relação com a equipa fez a diferença nas vidas das pessoas. Elas lembravam-se como, em jovens, se identificavam intimamente com a equipa que os tinha ajudado com os problemas de absentismo escolar, de delinquência, de drogas, com trabalho e nos conflitos com os pais. Estas «amizades proveitosas», como eram chamadas, desenvolveram-se porque a equipa vivia no bairro e, por isso, era da confiança dos jovens e dos seus pais. Eles também ficaram por alguns anos e puderam conhecer professores, padres, polícias locais e outros que os poderiam ajudar. Em suma, a abordagem comunitária parecia resultar.

Family Action em Rogerfield e Easterhouse

Pela altura em que nos mudámos para Glasgow, em 1986, os nossos filhos estavam na universidade. A Annette e eu mudámo-nos para Easterhouse. Este lugar é um enorme bairro social na periferia de Glasgow, onde vimos alguns apartamentos antigos em Rogerfield, um dos quinze distritos de Easterhouse. Fizemos um depósito de 60€ para assegurar a compra de uma habitação social, que estava prestes a ser remodelada após estar vazia há anos. A Annette conseguiu um trabalho com crianças menores de cinco anos, enquanto eu recebi a bolsa do *National Children's Home* para financiar o meu trabalho a tempo parcial.

Perto do nosso apartamento existiam algumas lojas abandonadas onde alguns adultos, coordenados por Betty McPherson, que tinha vasta experiência com associações de moradores, tinham aberto um pequeno café e onde os jovens jogavam ténis de mesa e bilhar em mesas danificadas. Fui acolhido com alguma suspeita devido ao meu sotaque inglês, mas recebi uma aceitação relutante quando venci os adolescentes no ténis de mesa.

Algum tempo depois, convidaram-me para me juntar aos poucos adultos que planeavam as atividades e começámos um jornal local. Logo depois, senti alguma hostilidade, por estar a ser pago pelo *National Children's Home*. Os membros da comissão suspeitavam dos meus motivos: estaria eu a preparar um projeto para uma instituição externa gerir? Aos poucos, apercebi-me que estavam certos. Os residentes não conseguiriam exercer o controlo total se alguém vindo de fora segurasse os cordões à bolsa. O *National Children's Home* tinha-me apoiado, mas achei melhor cortar a minha ligação com eles e pedi-lhes a demissão.

Quando as lojas foram remodeladas, as atividades que lá decorriam tiveram de ser interrompidas. Foi convocada uma audiência pública e, em 1989, cerca de trinta residentes concordaram em fundar um projeto comunitário designado *Family Action in Rogerfield and Easterhouse* (FARE). O projeto obteve alguns pequenos subsídios e contratou-me a tempo parcial, para trabalhar a partir do nosso apartamento. Mais tarde, foi possível contratar outro residente, Graham Hammond, a tempo inteiro. O FARE não tinha instalações até que consegui o uso de um pequeno quarto alugado à associação de moradores. Os clubes de jovens realizavam-se em átrios de igrejas e de escolas. Progressivamente, o FARE cresceu. O ponto de viragem chegou em 1996, quando seis apartamentos se tornaram difíceis de arrendar, devido a um número de mortes por *overdose* de drogas que lá aconteceram. A autoridade local aceitou que o FARE os utilizasse. Ter uma sede facilitou que o projeto recebesse apoios de IPSS e, hoje, o FARE tem seis funcionários e gere uma variedade de atividades, tais como um clube de pequenos-almoços, clubes de jovens, férias, um café, um projeto de alfabetização, convívios para jovens desfavorecidos e apoio para famílias carenciadas. O projeto continua sob o controlo exclusivo de uma comissão de moradores, eleita em assembleia geral anual. A corajosa Betty McPherson continuou como presidente até à sua morte no ano 2000.

Os clubes e as famílias

Tenho vindo a desenvolver a minha intervenção comunitária no FARE, e, portanto, o que faço? O meu tempo tem sido dividido principalmente entre os clubes de jovens e as famílias. O meu diário de um ano mostra o número de clubes nos quais o Graham Hammond e eu, juntamente com voluntários, estivemos envolvidos numa semana particularmente preenchida, nos dias antes do FARE ter o seu próprio espaço (ver Quadro 2.1).

Segunda-feira

Clubes de hora de almoço nas escolas
Clube extracurricular no átrio da *Church of Scotland*
Clube júnior ao final da tarde no átrio do *Salvation Army*
Clube de adolescentes no átrio do *Salvation Army*

Terça-feira

Clubes de hora de almoço nas escolas
Clube extracurricular no átrio da *Church of Scotland*
Futebol de salão
Badminton no *Sports Centre*
Ida à piscina

Quarta-feira

Clubes de hora de almoço nas escolas
Clube de adolescentes no átrio do *Salvation Army*

Quinta-feira

Clubes de hora de almoço nas escolas
Grupo dos mais novos na sala do FARE
Clube de adolescentes no átrio do *Salvation Army*

Sexta-feira

Clubes de hora de almoço nas escolas
Clube de trabalhos manuais na sala do FARE
Clube júnior ao final da tarde no átrio do *Salvation Army*
Clube de adolescentes no átrio do *Salvation Army*

Sábado

Ida à pista de *bowling*

Quadro 2.1 – A minha semana no FARE

Poder-se-ia perguntar, por que foram organizados tantos clubes? A resposta é que foi a vontade dos pais e dos jovens. Eram clubes muito simples com equipamento inadequado, mas as crianças vinham, por um lado, porque não havia mais nada para fazerem e, por outro, porque gostavam. Os pais estavam satisfeitos porque os seus filhos tinham um lugar seguro para jogarem. As várias atividades para os jovens definiram a credibilidade do FARE aos olhos dos residentes.

Para além disso, o Graham e eu víamos os jovens e os pais em pequenos grupos ou individualmente. As campanhas dos nossos apartamentos eram muitas vezes tocadas, à medida que os jovens iam pedindo informações sobre as atividades, conselhos, ou apenas porque estavam aborrecidos. O Graham fazia a parte mais pesada do trabalho com eles e eu lidei mais com adultos. No mês em que ocorreu a semana que consta no Quadro 2.1, prestei aconselhamento a oito pais com várias dificuldades materiais e pessoais, acompanhei uma família à audiência de um dos seus filhos menores¹, visitei um morador que estava no hospital para amputar uma perna e, às onze da noite, fui buscar um amigo que estava a deambular de bêbado sem meios de chegar a casa. Infelizmente, também fui a dois funerais. As pessoas dirigiram-se a nós, porque vivíamos lá, tínhamos ganho a sua confiança e porque estávamos disponíveis e perto deles.

O trabalho comunitário inclui, também, participar com os outros (não apenas com aqueles que se dirigiam ao FARE) para criar serviços. Juntámo-nos aos membros de uma igreja para estabelecer uma pequena cooperativa alimentar que vendesse alimentos baratos. Durante o mês acima, o Graham ou eu conduzíamos diariamente a carrinha do FARE até aos armazéns de *cash-and-carry* para obter os alimentos. Também estive envolvido com outras dezassete pessoas em formação para dirigir uma cooperativa de crédito² para empréstimo de dinheiro aos membros, com taxas de juros baixas. Passados dois anos, a cooperativa alimentar acabou após uma série de assaltos, mas a cooperativa de crédito ainda prospera.

Os McManns

O envolvimento com as famílias residentes requer, por vezes, alguns minutos para decifrar um formulário da Segurança Social ou para interpretar uma carta do *Housing Department*. Outras vezes, envolve uma enorme quantidade de tempo. O que se segue é um caso excecional, mas é baseado nos meus registos. A Sr.^a McMann sofria de culpa, de depressão e de pobreza após o seu marido se ter suicidado. Dos seus sete filhos, os dois mais velhos, Colin e Sarah, ambos no final da adolescência, foram acolhidos em lares até serem integrados nos seus próprios apartamentos. O Peter, também na adolescência, ficou em casa, mas foi arrastado para o crime e para as drogas. A Sr.^a McMann esforçou-se para manter as restantes crianças juntas, Brian, Anita, Maurice e Cornelia. Aterrorizada com a possibilidade de os assistentes sociais lhe retirarem os seus filhos mais novos, não cooperou com as autoridades. O Brian e a Anita iam a algumas das atividades do FARE

e ela aceitou-me como o «treinador da equipa de futebol» do Brian, como então ela me chamava sempre.

Cerca de nove anos após a morte do seu marido, quando a Sr.^a McMann estava à beira de um colapso, organizei-lhe as suas primeiras férias num centro de férias. A Sarah, na altura com vinte e poucos anos e com um bebé, mudou-se para o apartamento dos McMann para cuidar dos seus irmãos mais novos. O seguinte relato dos dias seguintes é adaptado de um artigo:

Como tinha prometido à Sr.^a McMann, ligava para o apartamento dela todos os dias. Correu tudo bem, até que descobri que o Peter estava lá. Ele tinha tirado o dinheiro para a comida, tinha-o gasto em drogas, e tinha convidado alguns amigos para o apartamento. A Sarah, trémula, contou-me que as crianças o tinham visto «a dar para a veia» (a injetar droga). O Peter recusava-se a sair. Concordava com a Sarah que as crianças não podiam ficar no apartamento. Pensei em chamar a polícia ou os serviços sociais de emergência, mas mesmo que conseguisse encontrar um telefone que não tivesse sido vandalizado, sabia por experiência que as respostas de emergência podem levar horas. Tinha de agir.

A Sarah tinha-me dito que podíamos ir todos para o seu apartamento do outro lado de Glasgow. O Peter, então, insistiu que o seu irmão Maurice ficasse e pôs-se na sua frente. Dei por mim num confronto físico com o Peter. Acho que a luta entre um homem de 60 anos em decadência e um jovem de 25 anos debilitado por anos de dependência da heroína teria terminado em empate. Entretanto, a ajuda veio de uma direção inesperada. Um dos outros toxicod dependentes apareceu, disse-nos para nos acalmarmos e aconselhou o Peter a ceder. Na sua hesitação, aproveitei a oportunidade para conseguir libertar o Maurice. O Brian disse, calmamente, que ficaria. Dei-lhe cerca de 2€ para as suas passagens, porque ia a uma entrevista de emprego do YTS (*Youth Training Scheme*).

Com a Sarah, o seu bebé, a Anita, o Maurice e a Cornelia, conduzi por Glasgow. A Sarah tinha deixado as suas chaves com o seu irmão Colin, para o caso de o Peter as roubar. O Colin vivia do lado oposto ao apartamento da Sarah, mas não estava em casa. Acabámos no meu apartamento onde os cinco McMann foram espremidos para o quarto de hóspedes.

O dia seguinte deveria ter sido o meu primeiro na *Glasgow University*. Com o nosso projeto em crise financeira, tinha abdicado de um emprego

remunerado e estava a contar com um rendimento por lecionar duas aulas por semana para me sustentar, mas tive de lidar com os McMann primeiro.

Levei a Anita e o Maurice à escola. Na volta para casa, telefonaram da escola para dizer que o Maurice tinha fugido. Saí com a Sarah, o bebé e a Cornelia. O Colin ainda não tinha regressado. Fizemos 16 km de carro até à escola do Colin, para sermos informados que ele não tinha aparecido a semana toda. No caminho de volta, a Cornelia ficou enjoada e vomitou por todo o carro. Deixei-os a todos no meu apartamento com dinheiro para comida e fui a correr para a universidade. Tinha esperança de que os meus novos alunos não pensassem que cheirava sempre a vomitado.

Quando voltei às cinco da tarde, estava tudo tranquilo. A Anita e o Maurice tinham regressado da escola (o Maurice tinha voltado à escola por sua própria vontade); a Sarah e o bebé estavam a dormir uma sesta; a Cornelia tinha tomado banho.

A Sr.^a McMann regressava na manhã seguinte. Decidimos ir buscá-la ao final daquela tarde, para que a família pudesse voltar para o seu próprio apartamento. No centro de férias, fomos recebidos não por um McMann, mas por dois, porque o Colin estava lá. Sentindo-se só, a Sr.^a McMann tinha-o convidado a ficar. O obediente Colin tinha-se esquecido das chaves da Sarah. A alegria da família por estar reunida diminuiu quando lhes expliquei que oito deles não caberiam no carro pequeno e que alguns teriam de ficar atrás. Seguiram-se as discussões, eu cedi e empurrei-os a todos para dentro do carro. Chuva torrencial, corpos suados, um carro malcheiroso, o bebé aos gritos, o Maurice desesperado para fazer xixi - os 100 e tal km pareciam ser 1.000 e tal.

Por fim, deixei o Colin, a Sarah e a sua criança nos respetivos apartamentos e, ao final da noite, cheguei ao dos McMann. O Brian deixou-nos entrar. Ele tinha gasto os 2€, mas não tinha ido à entrevista. O Peter estava lá em cima, sozinho.

Na manhã seguinte, descobri uma grande mancha castanha no banco do carro. O interior da fralda do bebé tinha escorrido. A Anita tinha chegado para me informar que o Peter se tinha posto a andar. Acrescentou, «A mãe diz que não tem comida, podia emprestar-lhe alguma coisa até segunda-feira?». Sabendo que ela me pagava sempre, entreguei-lhe uma nota de dez.

(Holmam 1995)

Felizmente, esta experiência foi invulgar, mas serve para demonstrar algumas das características da intervenção comunitária com famílias:

- O contacto com os pais vem, muitas vezes, através dos seus filhos que frequentam os clubes de jovens. Quando as crianças vinham regularmente, o Graham ou eu telefonávamos para nos apresentarmos e falar sobre o FARE.
- A relação não é ameaçadora. Projetos como o FARE têm um cariz voluntário e as suas equipas não têm poderes legais para retirar as crianças. Os pais podiam falar sobre as dificuldades com os seus filhos, confiantes de que a informação não seria usada contra eles.
- A ajuda fornecida é muitas vezes prática. Uma férias para um adulto, jogos de futebol para um adolescente, o empréstimo de alguns trocos. Uma ajuda que é prática e simples, mas que as famílias acham muito útil.
- Viver nas proximidades tornou o envolvimento possível. Podia ligar para os McMann todos os dias, pois estava a alguns minutos de distância. Podia rapidamente acolhê-los no nosso apartamento, que já era conhecido por alguns dos membros da família. Estar no local é a essência da intervenção comunitária.

Os projetos comunitários não são alternativas aos projetos do Estado. A proteção de menores requer serviços sociais com poderes legais para investigar as famílias, nas quais estas poderão estar «em risco». No entanto, tais projetos oferecem abordagens alternativas, algumas das quais as famílias de moradores locais aceitam mais facilmente.

A contribuição dos projetos comunitários

O artigo sobre os McMann provocou um ataque de Robert Whelan da organização de direita, *Institute of Economic Affairs*. Ele chamou-me de «Professor Vacilante», devido à minha «relutância em confrontar as falhas morais dos pobres que o rodeiam» (Whelan 1996: 79). O seu argumento era que os projetos como o FARE tratavam as pessoas pobres de forma demasiado leviana, prestando-lhes serviços sem melhorar os seus comportamentos. De facto, acredito que os projetos *devem* oferecer aos jovens clubes, férias, passeios e amizade, simplesmente porque as pessoas querem e precisam deles, sem qualquer condição para melhorarem os seus comportamentos ou a sua moral. Todavia, também acho que o Whelan não entende e subestima o impacto dos projetos. Em relação ao caso dos McMann, o envolvimento do FARE garantiu, a curto prazo, que a Sr.^a McMann tivesse o descanso de que muito precisava e, a longo prazo, provavelmente ajudou-a a manter a sua família unida. Além disso, um dos meus objetivos - acordado

com a Sr.^a McMann – era manter o Brian longe das drogas e do crime até ele sair da escola e foi conseguido.

Em termos mais gerais, os projetos comunitários, e existem muitos, são importantes pelas seguintes razões. Em primeiro lugar, estes projetos encorajam a participação local. O FARE está enraizado no seu bairro com membros da comissão eleitos pelos moradores locais. Jim Hughes, um homem desempregado que, durante anos, tinha dado muito do seu tempo como voluntário, sucedeu Betty McPherson como presidente. É a comissão, e não os de fora, que controlam as normas, estabelecem o orçamento e nomeiam a equipa. Além disso, a maioria da equipa, voluntários e colaboradores eventuais, são moradores do bairro. Esta participação significa que os serviços do projeto são uma resposta ao que os residentes querem e são dirigidos por eles. Ao fazer isso, eles mostram que muitos residentes de áreas carentes são pessoas que querem melhorar as suas circunstâncias e que o conseguem fazer se estiverem equipadas com os recursos necessários.

Em segundo lugar, os projetos comunitários permitem frequentemente que os indivíduos mudem os seus comportamentos e que desenvolvam os seus talentos. Conheci a Carol numa venda de caridade. Ela tinha passado por uma infância traumática e tornou-se uma mãe solteira e instável. Enquanto esteve num hospital psiquiátrico, as autoridades retiraram-lhe a filha e, mais tarde, disseram que a queriam encaminhar para adoção. A Carol, por esta altura já estava fora do hospital e estava devastada pela perda da filha. Recorreu ao FARE e tornou-se uma voluntária. Ajudou, em particular, na cooperativa alimentar, e a sua personalidade extrovertida tornou-a popular ao balcão. Mais tarde, quando foi eleita presidente da cooperativa, disse, «Esta é a primeira vez que me sinto respeitada». A sua autoconfiança foi reforçada ao perceber que poderia ajudar os outros e que eles a tinham em consideração. Entretanto, eu ia com ela a reuniões com assistentes sociais e às audiências. Por fim, ela conseguiu ter a sua filha de volta. Depois disso, safou-se com a sua filha, teve um casamento estável e continuou como ativista local.

Em terceiro lugar, os projetos comunitários são preventivos. Não conseguem erradicar a pobreza, as carências sociais e as pressões que, por vezes, levam as famílias a entrar em rotura ou os jovens a enveredarem por maus caminhos, mas conseguem assegurar serviços práticos através de cooperativas de crédito, cooperativas alimentares, lojas de móveis, entre outros, que podem aliviar as carências materiais e, assim, reduzir o *stress* das famílias. Por exemplo, uma mãe solteira, que tinha grandes atrasos de renda foi colocada em acomodações do projeto que não eram de fácil arrendamento. Ela estava

à beira de um ataque nervoso quando o incêndio causado por uma fritadeira destruiu o seu fogão e já não podia esticar mais a sua corda. A comissão do FARE arranhou-lhe um subsídio para substituir o fogão. Os voluntários limpam os estragos causados pelo incêndio. Os filhos dela passaram a ir aos clubes do FARE. Um dos membros da equipa ajudou-a a reduzir os atrasos no pagamento da renda. Ela disse, «Finalmente, há luz ao fim do túnel».

Da mesma forma, clubes de jovens, equipas desportivas e férias podem distanciar alguns jovens de comportamentos desadequados. Dois jovens de vinte anos no nosso distrito foram questionados sobre o motivo para não terem enveredado pelo crime e pelas drogas. Eles responderam que, por volta dos doze anos de idade, tinham tido a possibilidade de escolher pelo lado dos clubes ou pelo lado dos gangues. Eles escolheram o primeiro e mantiveram-se afastados de problemas.

Certamente, os projetos comunitários têm os seus fracassos e limitações. O FARE não consegue lidar com alguns adolescentes. Os descatos podem acontecer entre os membros das comissões ou entre voluntários. A nomeação de um residente como membro da equipa leva, muitas vezes, a críticas por parte daqueles que não obtiveram o cargo. Além disso, o FARE vive com os tostões contados, com a maioria dos fundos angariados a partir de fundos de caridade. Os colaboradores têm apenas contratos de curto prazo. Isso é típico noutros projetos e, de facto, alguns fecharam pela falta de fundos. Não obstante, é um tributo ao apoio e compromisso dos participantes locais o facto do FARE sobreviver há mais de doze anos. Este apoio vem porque os residentes acreditam que o projeto melhora a vida das suas famílias.

Pressões e prazeres

A intervenção comunitária, onde as equipas e os residentes vivem na mesma área por muito tempo, pode causar grande pressão sobre os trabalhadores. As equipas ajudam as pessoas necessitadas porque estão no local e estão facilmente disponíveis. Em contrapartida, os assistentes sociais no setor público vivem, frequentemente, fora destes contextos e estão nos bairros apenas das nove às cinco, nos dias de semana. Estar disponível nem sempre é conveniente. Num domingo à tarde, preparava-me para ver um jogo de futebol dos *Rangers* contra o *Celtic*, na televisão. Passados alguns minutos, a nossa campainha tocou para me dizerem que uma vizinha estava prestes a dar à luz e para me perguntarem se a poderia levar para a maternidade. Ainda que um pouco contrariado, coloquei a mulher na parte de trás da carrinha e fomos para o hospital. O que me aborreceu

foi o seu companheiro se ter recusado a levá-la, porque queria ver o jogo. Noutra situação, fui acordado durante uma noite por um toxicodependente que queria dinheiro. Quando recusei, ele tentou persuadir-me com uma faca. Sou fracote, mas ainda assim recusei e tentei-lhe explicar o porquê. Por fim, ele desistiu e, enquanto cambaleava pelas escadas abaixo, o seu último comentário foi, «Pensei que vocês cristãos deviam ajudar as pessoas». Na rua, ele tentou um assalto e foi preso.

Estar constantemente disponível é cansativo e, às vezes, assustador, mas acho essencial que, por exemplo, um jovem deprimido, rejeitado por empregadores e pela sua namorada, e perto do suicídio ou uma rapariga de catorze anos com um problema de dependência do álcool ou uma mãe soluçando, «Não consigo aguentar, não consigo continuar», possam recorrer a alguém em quem confiam no momento em que mais precisam de ajuda.

Às vezes perguntam-me, «Como é que eu lido com isso?». A resposta é, em parte, porque eu tive o apoio da Annette. Além disso, à medida que o FARE tem crescido, mais residentes assumem o papel de ajudar os outros e lidam com muitas das chamadas. Um casal, Matt e Diane Hall, fazem um trabalho partilhado com o FARE e vivem na nossa rua. Modernos, desportivos, enérgicos, musicais, jovens – tudo o que não sou – eles tornaram-se os «amigos por conveniência» dos adolescentes e o apartamento deles tornou-se um ponto de abrigo. À medida que vou envelhecendo, reparo que os outros me protegem da pressão. Nós não somos apenas colegas de trabalho, somos amigos e eu enriqueço pelas minhas relações com eles.

O século XXI

Dentro de alguns meses, poderei vir a viver bem com a reforma. Então, o que faz um assistente social que interveio em contexto comunitário a envelhecer? Dois dias por semana, cuido do nosso neto Lucas. Acho que esta é a minha maior alegria. Outros dois dias, sou voluntário no FARE. Um dia por semana, ganho algum dinheiro escrevendo e dando aulas. Então, o que faço agora no bairro? Hoje é a tarde de segunda-feira, dia 3 de setembro. O que fiz hoje?

- Fui à *Barlinnie Prison* visitar um miúdo de vinte anos. Conheço-o desde os seus dez anos. Nunca conheceu o seu verdadeiro pai e sofreu de maus-tratos nas mãos do seu padrasto. Desempregado, sentindo-se muitas vezes rejeitado, foi admitido numa Unidade Psiquiátrica. Ouviu dizer que a sua filha de 2 anos, que via apenas ocasionalmente, tinha morrido e sido enterrada sem que ninguém o informasse.

Saiu da Unidade e conduziu um carro, sem sequer ter carta. Numa cela, tentou cortar os pulsos. Quando o vi, ele aguardava julgamento e não esperava muito do futuro. De certo modo, sinto que falhei com ele. Tudo o que posso fazer é manter a nossa relação, porque, para além dos familiares, sou o único que mantém contacto com ele.

- Ouvi dizer que uma mulher do nosso bairro se tinha suicidado, atirando-se de uma janela num andar alto. Ela estava na casa dos trinta e deixou dois filhos. A nossa área tem uma das taxas de mortalidade mais altas na Grã-Bretanha e as mortes muitas vezes interrompem a vida das pessoas uns vinte a quarenta anos.
- Visitei a Sr.^a McMann no seu novo apartamento. Grande parte de Glasgow está a passar por renovações habitacionais e, após anos a viver em apartamentos húmidos e apertados, a Sr.^a McMann tinha acabado de se mudar para um apartamento renovado, de dois quartos, com o que eles chamam em Glasgow a sua própria «porta da frente e de trás». Ela fez-me uma visita guiada ao apartamento. A Sarah também tinha ido vê-la e nós riamo-nos enquanto falávamos daquela semana de pesadelo. O que aconteceu ao Peter? Um parente que morava no sul ofereceu-lhe um teto e propôs-lhe um trabalho de limpeza, caso ele pudesse lá chegar. Consegui angariar o dinheiro para o bilhete de autocarro. Ele foi, encontrou uma relação estável e agora está livre das drogas.
- Visitei um homem no seu quadragésimo-sexto aniversário. Conseguia cheirar a bebida, o que me fez lamentar, porque ele enfrentava há muito tempo este problema com o álcool. Estava no apartamento também o seu filho, agora com 25 anos. Ele tinha sido um utente frequente nos grupos do FARE e nós tínhamos tido uma relação próxima. Aos 18 anos, entrou para o exército e tem uma carreira de sucesso. Ele tem uma vida distante do seu passado, mas, quando está de licença, volta sempre para os seus pais. É o orgulho da vida deles.
- Fui até ao FARE para falar sobre angariação de fundos. O café tinha clientes, jovens mães e adolescentes desempregados, e floresceu sob a liderança, em tempo parcial, de uma mãe solteira e residente no bairro, que acha que as horas de trabalho se encaixam com as suas responsabilidades parentais. O FARE cobre o seu ordenado por um ano e estamos desesperados para encontrar o mesmo para o próximo ano. Comprei alguma fruta. O FARE faz parte de um programa que tenta

promover uma vida saudável através da venda de fruta barata. Fico satisfeito por ver os miúdos a comprarem uvas ao invés de batatas fritas.

- Liguei para saber de um miúdo de 16 anos. Ele tinha tido um comportamento difícil por vezes, mas agora já se acalmou e está a ir bem na escola. A sua mãe solteira teve uma vida difícil, com pouco dinheiro e mais dois filhos, depois do seu companheiro a ter deixado, mas, ainda assim, encoraja-o a continuar com a sua educação. Ele vai acompanhar-me amanhã a uma conferência para discussão acerca do estabelecimento de prioridades para o fundo da *BBC Children in Need*.

Conversei na rua com vizinhos e amigos. Depois, fui para casa fazer o jantar. Esta noite não participo nos clubes, pois a nossa equipa assegura-se que o Bob, o Construtor – como os miúdos me chamam – não «exagera». Acho que esta preocupação comigo é uma das recompensas por estar aqui há muito tempo. Relacionamento que surgem por viver na área há muito tempo e a reciprocidade com que nos ajudamos uns aos outros. Isso é intervenção comunitária.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao editor do *New Statesman* pela permissão para utilizar excertos deste artigo.

Notas

¹ O *Children's Hearing System* na Escócia foi criado ao abrigo do *Social Work Act* (Escócia) de 1968. As crianças têm direito a serem ouvidas em audiência própria e adequada ao seu estatuto, quer por razões de cuidado, de proteção ou por terem cometido algum crime. Ver Lockyer e Stone (1998).

² Uma cooperativa de crédito é uma cooperativa sem fins lucrativos que funciona para emprestar dinheiro aos seus membros, advindos de depósitos conjuntos, com baixas taxas de juros.

Referências bibliográficas

Holman, B. (1995) «Family man», *New Statesman and Society*, 8 de dezembro, 16-17.

—— (2000) *Kids at the Door Revisited*, Lyme Regis: Russel House Publishing.

Lockyer, A. e Stone, F. (1998) *Juvenile Justice in Scotland: 25 years of the Welfare Approach*, Edimburgo: P. e P. Clark.

Whelan, R. (1996) *The Corrosion of Charity*, Londres: Institute of Economic Affairs.

Ver también Holman, B. (2001) *Champions for Children: The Lives of Modern Child Care pioneers*, Bristol: The Policy Press.

Uma vivência de minoria

Ann Marie Howell

Ann Marie Howell é uma mulher negra, nascida no Reino Unido e de descendência jamaicana, de trinta e poucos anos e a mais nova de oito filhos. Trabalha num projeto de inclusão numa escola secundária de uma freguesia do interior de Londres.

Tive uma infância repleta de diversão e com muitas atividades extracurriculares. Fui escuteira, toquei piano, fiz sapateado, fui membro da *St. John's Ambulance Brigade*, fiz parte do grupo de teatro local e atuei em cinco pantomimas, fiz parte de dois grupos de teatro profissional e atuei no teatro aberto em *Covent Garden*. A minha família deu-me a confiança para acreditar em mim e eu tinha bons exemplos para seguir. Tenho cinco irmãos mais velhos e duas irmãs mais velhas que estavam todos a trabalhar, incluindo a minha mãe.

Cresci numa área predominantemente branca na Grande Londres. A minha melhor amiga na escola secundária era uma rapariga sul-africana branca. Fomos as melhores amigas durante quatro anos, mas ela não me convidou para ir à sua casa uma única vez. Eu nem sequer me apercebi que ela era sul-africana até terminar os estudos. Recordo-me que o pai dela era sempre brusco comigo quando telefonava para sua casa. No quinto ano (agora «11.º ano»), ela contou-me, mais ou menos, que o pai não gostava de pessoas negras em casa. Na altura, pensei que ele era estúpido, mas, olhando para trás, vejo que foi doloroso. Já não estamos em contacto.

A minha educação foi muito eurocêntrica. Sentia que os professores rebaixavam a minha inteligência e não acreditavam em mim. Naqueles tempos, as escolas encorajavam os alunos negros a limitarem-se à dança e ao desporto. Havia apenas algumas raparigas caribenhas na escola inteira e todas nós estávamos na equipa de *netball*! A minha mãe teve de ir à escola algumas vezes para pedir, em meu nome, aos professores que aumentassem a minha carga de trabalho. Por fim, fui colocada no grupo de topo na disciplina de Inglês e consegui completar o meu primeiro nível de língua e literatura inglesa com distinção.

Aos 15 anos de idade, comecei a trabalhar aos sábados num salão de cabeleireiro. Gostava muito disso, sobretudo de trabalhar com o público em geral. Quando saí da

escola, frequentei a universidade e completei um curso de dois anos de *City and Guild Hair and Beauty*. Após a conclusão, trabalhei como cabeleireira num salão em Londres. Três anos mais tarde, mudei de direção e comecei a trabalhar como consultora de beleza. Isso significava maquilhar-me cinco dias por semana, viajar por Londres e trabalhar em várias lojas grandes. Era, basicamente, um trabalho de vendas e, quanto mais mentiras se dissesse, mais se vendia. Se os clientes nos elogiassem, agradecíamos e dizíamos-lhes que tínhamos usado todos os produtos de cuidado para a pele e que eles poderiam ficar bem se também os utilizassem. Fiz este trabalho durante muito tempo e comecei a sentir-me um pouco culpada por levar o dinheiro das pessoas e por lhes mentir.

Lembro-me de refletir sobre isso numa tarde, após ter maquilhado uma rapariga de 17 anos. Ela tinha uma pele linda e realmente não precisava de maquilhagem nem de outros cuidados. Disse-lhe que tinha uma pele limpa e bonita, mas ela olhou para mim com um ar de dúvida. Percebi que tinha baixa autoestima e que me admirava, porque eu parecia uma *Barbie* negra. Tentei aumentar a confiança desta jovem e encorajei-a a acreditar em si própria. Comecei, também, a refletir sobre o meu trabalho de uma forma mais geral e, ao fazê-lo, apercebi-me de que pelo menos metade das minhas clientes não se sentiam confiantes com a sua aparência. Vinham ter comigo infelizes e eu maquilhava-as, dando-lhes mais cor e fazendo-as sentirem-se mais confiantes. Isso correspondia diretamente à minha experiência como cabeleireira. As pessoas vinham à procura de algum tipo de transformação, de si próprias e das suas vidas.

Tomei consciência de que estava mais interessada no lado psicológico e emocional do comportamento das pessoas do que simplesmente em mudar as suas aparências físicas. Dizia sempre aos clientes, «Se você parecer bem, sente-se bem.» (Ainda acredito nisso e digo-o hoje aos jovens com quem trabalho. Encorajo-os sempre a arranjam tempo para si próprios, dizendo-lhes que merecem ser mimados e cuidados.) O meu principal desafio como terapeuta de beleza era fazer as pessoas parecerem e sentirem-se melhores. Tinha de ser positiva e alegre, mesmo quando tinha dias menos bons, e adorava fazer a diferença na vida das pessoas.

Por esta altura, a minha mãe começou a acolher crianças. Eu fazia amizade e apoiava as crianças acolhidas que vinham viver connosco e ficava surpreendida com o que me parecia ser a frieza e a falta de interação entre os assistentes sociais e as crianças. Assisti a várias reuniões dos serviços sociais com a minha mãe e detestava a forma como os profissionais pareciam estar preparados para tomar decisões sobre os jovens sem os consultarem.

Eu namorava um rapaz nova-iorquino nesta altura. Visitava-o regularmente e, em 1991, passei seis meses com ele. A irmã dele estava a formar-se para ser assistente social. Acompanhei-a numa viagem a Coney Island com os jovens com quem ela trabalhava. Diverti-me imenso, falando com os jovens e aprendendo tanto sobre as suas experiências. Só no dia seguinte descobri que todos eles tinham tido problemas com a justiça. Fiquei surpreendida ao ouvir isso; a sociedade tinha-os rotulado desde muito cedo. Achei isso injusto: eles tinham ambições e objetivos e mereciam melhor. A minha relação terminou e voltei para Inglaterra, para refletir sobre o que deveria fazer com o resto da minha vida. Sabia que era sensível aos sentimentos e à experiência dos outros. Era paciente e persistente. Tinha boa capacidade de comunicação, conseguia estabelecer uma relação com as pessoas e achava o trabalho com estas gratificante e desafiante. Uma carreira em Serviço Social pareceu-me a escolha óbvia. Regressei a Inglaterra e completei um *Access Course to Social Work*, antes de fazer um *BA (Hons)* de três anos e um *Diploma* em Serviço Social na universidade.

Formação em Serviço Social

O *Access Course to Social Work* foi interessante. Era frequentado por pessoas de várias proveniências, classes e géneros. A mistura étnica era muito pobre. Eu era uma das mais novas da turma. Sentia-me muito inexperiente em comparação com outros membros da turma que eram 10 a 20 anos mais velhos e que tinham muito mais experiência de vida do que eu. Questionei-me, nesta altura, sobre o que esperava alcançar ao estudar Serviço Social. Sentia que tinha a determinação para ajudar pessoas desfavorecidas com os seus problemas pessoais, que queria que acreditassem em si próprias e que continuassem com as suas vidas. A minha mãe encorajava-me a acreditar em mim própria e a ter o céu como limite. Ela dizia-me sempre que o mundo estava aos meus pés e que eu podia fazer tudo com esforço e determinação. Acredito que ela estava certa.

Tornei-me amiga de uma mulher branca de classe média no *Access Course* e tornámo-nos colegas de universidade. Viajávamos juntas todos os dias e íamos trocando a vez na condução até à universidade, que se localizava numa área predominantemente branca. Olhavam-nos de forma estranha quando conduzíamos pela A1 acima. Um dia, percebemos que as pessoas nos olhavam fixamente, porque viam uma pessoa negra e uma branca a divertirem-se juntas. Lembro-me de pedir uma cópia do *The Voice* (uma revista afro-caribenha) numa loja na cidade. O funcionário do quiosque olhou para mim como se eu fosse uma extraterrestre a falar uma língua diferente. Quando estava pela cidade, por

vezes as pessoas agarravam as suas malas. Ignorava este comportamento tonto; era óbvio que tinham andado a ler demasiados estereótipos dos média sobre as pessoas negras.

Gostei da minha formação; é verdade o que dizem sobre a vida académica. É o melhor tempo das nossas vidas, mas não nos apercebemos disso na altura. Tinha muito tempo para refletir. Lembro-me de me terem ensinado sobre a prática antidiscriminatória e a autodeterminação. A prática antidiscriminatória significa, basicamente, que a cor, a etnia, a cultura, a deficiência, a sexualidade, etc., devem ser tidas em conta e respeitadas quando se intervém com pessoas (Thompson 1997). O conceito de autodeterminação era utilizado quando se pensava em capacitar as pessoas para ultrapassarem os seus problemas (Clark 1998). Quando me formei, procurei recorrer a estas ideias para a minha prática diária. Passado algum tempo, tornou-se um pensamento automático e ainda é.

Durante a minha formação, trabalhei a tempo parcial para uma agência de forma a pagar os meus estudos. Trabalhei em infantários e em lares residenciais para crianças e idosos. Concluí também dois estágios bem-sucedidos. No meu primeiro estágio, trabalhei como assistente social estagiária numa unidade residencial terapêutica para adolescentes do sexo feminino. Foi um bom estágio e uma excelente introdução ao «verdadeiro» Serviço Social. Fiquei surpreendida ao ver a falta de comunicação entre os profissionais que estão no terreno e os que estão nos contextos residenciais. Os profissionais que estão no terreno desvalorizavam, por vezes, os comentários dos profissionais em contexto residencial. Prometi a mim mesma que trabalharia sempre coletivamente e que apoiaria os meus colegas do setor residencial. Receava os turnos longos, as noites dormidas no trabalho e até mesmo as «noites em claro». Não sinto falta deste trabalho e aprecio plenamente a relação positiva que os profissionais do setor residencial conseguem construir com os jovens. Acredito que os assistentes sociais que intervêm nestes contextos devem realizar formações qualificadas para se tornarem profissionais bem-sucedidos nas suas áreas. Teriam uma melhor compreensão do desenvolvimento da criança e do adolescente a partir de uma experiência em primeira mão. Penso que todos os estudantes de Serviço Social interessados na intervenção com crianças e famílias deveriam fazer um estágio numa unidade residencial. Os assistentes sociais recém-formados, ao iniciarem a sua atividade em autoridades locais, deveriam também fazer um turno em apoio residencial como parte da sua iniciação.

O meu segundo estágio foi numa equipa de «menores de 8 anos» no exterior de Londres. A área tinha uma incrível mistura étnica. Era constituída por famílias de refugiados somalianos e eritreus, famílias brancas da classe operária, famílias judaicas

ricas, bem como comunidades indianas, caribenhas e africanas. A minha supervisora de estágio era brilhante; era uma mulher branca da classe média que tinha uma profunda compreensão do mundo, do racismo, da discriminação e da sociedade em geral. No começo da minha primeira sessão de supervisão, falámos sobre o preconceito e a discriminação que eu poderia sofrer durante o estágio. Isso encorajou-me a falar abertamente dos meus sentimentos desde o início. Ela deu-me muito apoio.

Desde que me formei, trabalhei em várias equipas de Serviço Social, na proteção de menores, com refugiados à procura de asilo político, com «menores de 8 anos» e com crianças e famílias de diferentes freguesias. Numa das freguesias, distribuíram-me algum trabalho de proteção de menores, de responsabilidade, mas sem apoio, o qual me levava a tribunal para representar a freguesia. Creio que os profissionais recém-formados devem ser devidamente apoiados; a aprendizagem teórica e a prática são duas coisas muito diferentes. Eu estava envolvida, nesta altura, em voluntariado. Era diretora do conselho de uma IPSS para a saúde sexual de pessoas negras, que apoiava jovens negros e homossexuais. Fi-lo durante quatro anos e gostei bastante. Aprendi muito sobre o preconceito e o desconhecimento das pessoas acerca da homossexualidade e do VIH.

O Serviço Social na Escola

Atualmente, trabalho numa equipa multidisciplinar de uma escola secundária no interior de Londres. A equipa é constituída por uma assistente social, dois técnicos de apoio a jovens, dois mentores de aprendizagem, um técnico social de apoio à educação, um Coordenador do *Connexions*¹ e uma unidade de apoio à aprendizagem. A *Quality Protects*² financia o meu posto de trabalho, que começou com um prazo fixo de dois anos, mas agora é permanente. Embora esteja localizada na escola, faço parte da *Children Resource Team*, no âmbito dos serviços sociais. O meu superior hierárquico e a minha equipa estão localizados a meio quilómetro de distância. Tenho uma supervisão quinzenal, na qual discutimos a minha carga de trabalho, formação e questões laborais. O meu superior hierárquico incentiva-me a ser criativa, dá-me espaço para experimentar novas estratégias e eu recebo um grande apoio dos colegas de departamento.

A minha função é prestar apoio emocional e na resolução de problemas, para evitar a rutura familiar e escolar, falando tanto com os pais como com as crianças para tentar encontrar uma forma de o fazer. Há que ser paciente e tolerante para se fazer bem este trabalho. Há que ser autossuficiente e ter bom senso. O trabalho é muito variado. Todos os dias são diferentes e interessantes. Gosto do equilíbrio entre trabalhar de perto

com as famílias na escola e no contexto dos serviços sociais. O trabalho pode, por vezes, ser cansativo e desgastante. Há muito trabalho administrativo, porque qualquer caso pode evoluir para tribunal, de modo que é essencial que os registos sejam minuciosos. O trabalho é também um grande desafio. Quando comecei a trabalhar na escola, tive dificuldade em compreender o porquê dos meus colegas, por vezes, excluírem os jovens problemáticos. Esperava que tivessem pena deles e que permitissem o seu regresso à escola. Tenho agora uma melhor compreensão acerca da dinâmica e política de trabalho na educação. Compreendo, sobretudo, que os professores estejam na escola para ensinar. Têm um trabalho muito difícil. Lecionam seis aulas por dia, cinco dias por semana. Ensinam adolescentes em turmas de trinta. Se algum jovem se comporta mal nas aulas e desrespeita as regras da escola, é expulso da sala de aula. Esse mesmo jovem pode continuar a comportar-se mal e a distrair a turma do lado de fora da sala de aula. O professor vê-se obrigado a gerir esta crise. É tão simples quanto isso e é quase um acontecimento diário.

O meu papel dentro da escola é complexo. Sendo a única assistente social da escola, lido com a proteção de menores, com trabalho direto com os alunos, com advocacia social, com intervenção na crise, com intervenção de grupo, com intervenção familiar, com mediação, em articulação com uma série de instituições, incluindo os serviços sociais, a Polícia Metropolitana de Londres, a saúde, a educação, as freguesias vizinhas, as IPSS... a lista continua. Tenho a minha própria carga de processos e intervenho em conjunto com assistentes sociais que trabalham no terreno. Os encaminhamentos são feitos através dos *head of year*ⁱⁱⁱ, dos professores e dos *form tutors*^{iv}, dos pais, dos assistentes sociais no terreno, de instituições e dos próprios jovens. As minhas responsabilidades incluem:

- aconselhar e entrevistar os jovens na escola;
- fazer visitas domiciliárias;
- fazer avaliações dos agregados familiares;
- fazer candidaturas a instituições para aquisição de mobiliário e de outros bens, a pedido dos agregados familiares;

ⁱⁱⁱ N.T.: A designação *head of year* não existe na língua de chegada, mas refere-se à pessoa responsável por prestar um serviço de pastoral aos alunos de um *year group*, através da promoção do bem-estar físico e emocional destes.

^{iv} N.T.: A designação *form tutor* não existe na língua de chegada, mas refere-se ao papel de tutoria desempenhado, geralmente por um professor, com um grupo de alunos, com atenção às suas necessidades de pastoral e académicas. É habitual que os *tutors* se mantenham com o grupo ao longo do seu percurso escolar, surgindo, assim, a designação de *form tutor*.

- fazer encaminhamentos para equipas locais;
- organizar e presidir a reuniões de família informais para ajudar a resolver os problemas que envolvem os jovens;
- gerir grupos e Centros de Acolhimento Temporário (CAT) para jovens (por exemplo, um grupo de raparigas que foi gerido em conjunto com uma organização voluntária no ano passado).

Lido com questões reais quando trabalho com jovens. A geração mais jovem enfrenta hoje questões difíceis que podem envolver violência doméstica, gravidez na adolescência, problemas de saúde sexual, identidade sexual, prostituição, crise de identidade, abuso sexual, físico e emocional, separação parental, pressão dos grupos de pares, consumo abusivo de substâncias psicoativas, infidelidade, múltiplos parceiros sexuais, perda e luto. Digo sempre aos jovens com quem intervenho que têm escolhas a fazer e encorajo-os a acreditarem em si próprios como indivíduos. A maioria destes jovens tem opiniões menos positivas de si próprios. As suas famílias, professores e até os seus grupos de pares veem apenas os seus comportamentos negativos. Tento não os julgar pelos seus comportamentos e digo-lhes que gosto deles como indivíduos, mas não das suas ações (Egan 1998).

Há alguns meses, estava a trabalhar com um rapaz branco do décimo ano. Ele foi-me encaminhado, porque os professores não conseguiam entender o seu modo de pensar; basicamente, pensavam que era «louco». Passei duas horas com ele no início e depois passámos a sessões semanais. Tornou-se evidente que a sua família era rica e que ele se envergonhava do dinheiro, porque as pessoas estavam a morrer à fome em todo o mundo e os sem-abrigo estava a aumentar. Ele andava a automutilar-se e culpava a sua família por muita da sua confusão. Ele vinha ver-me com o capuz para cima e com a cabeça baixa. Era carinhoso, especial e amoroso, etc. e dizia-me que gostava de falar comigo, porque eu não o julgava pelo seu comportamento e fazia-o sentir-se bem consigo próprio.

Há vantagens em trabalhar em contexto escolar. Os jovens sabem que não há pais por perto, não há irmãos, não há parentes a interferirem. Ficam mais relaxados e podem fazer uso do «tempo de conversa» atribuído. Apreciam a confidencialidade, mas, ao mesmo tempo, respeitam as minhas obrigações como assistente social³. Por vezes, sinto-me como uma irmã mais velha ou uma tia. Os pais ficam muitas vezes gratos pelo apoio adicional. No entanto, há também desvantagens de trabalhar num contexto secundário. Por vezes sinto-me isolada de outros assistentes sociais, apesar de manter contacto regular

com os colegas do departamento de serviços sociais. Dou graças a Deus pela tecnologia; pelos *e-mails* e pelas linhas telefônicas. Os colegas antigos mantêm-se em contacto comigo e eu continuo a receber regularmente a revista *Community Care*, o que aprecio muito, pois permite que me atualize sobre questões da área. Estive também envolvida em três projetos na freguesia: na seleção e recrutamento de assistentes sociais, num grupo-fórum sobre a saúde das pessoas negras e das minorias étnicas e num grupo estratégico central sobre a prostituição infantil.

Senti-me particularmente isolada quando comecei este trabalho. O pessoal docente tinha os seus próprios estereótipos acerca dos assistentes sociais e sentia que tinha de justificar o meu papel e a minha importância dentro da escola. Os professores quase que esperavam que eu usasse roupa de linho ou calças de ganga da Levi, botas Dr. Martins e blusões de lã. Alguns disseram que achavam que eu «vivía no mundo da lua», por falar de sentimentos e de raiva. Eles viam «mau comportamento» nos alunos que não era aceitável ou não podia ser justificado; eu tentava fazer com que considerassem as circunstâncias que poderiam conduzir a tais comportamentos. Entretanto, as coisas melhoraram muito. Na maior parte das vezes, trabalhamos juntos e em colaboração para melhorar o comportamento dos alunos, através da introdução de planos de apoio pastoral e do envolvimento das famílias, partilhando os mesmos fins e objetivos para os jovens.

Confrontando o racismo institucional

Ser uma profissional negra pode, por vezes, ser desafiante. Eu enfrento discriminação no terreno por parte de colegas, de utentes, de instituições e da sociedade em geral. Logo após me formar, participei numa reunião de profissionais num hospital. À chegada, apresentei-me na receção e fui direcionada para a sala de reuniões. Sentei-me, os colegas juntaram-se a mim e a reunião começou. A presidente da reunião (uma mulher branca, da classe média) apresentou-me como a intérprete, antes de eu ter tido a oportunidade de me apresentar. Eu era a única pessoa negra que lá estava, para além do utente. A presidente ficou envergonhada com o seu erro e pediu desculpa. Isso não teria acontecido se eu fosse uma profissional branca.

O racismo assume diversas formas. Os colegas já me perguntaram se eu era parente de alguns utentes negros. Tem sido sugerido em várias ocasiões que fumo canábis, que sou mãe solteira e que pertenço a uma igreja Pentecostal ou Evangélica. Fiquei chocada com alguns dos comentários feitos por colegas assistentes sociais brancos, pessoas que supostamente trabalham de forma antidiscriminatória (Dominelli 1997).

Numa outra ocasião, estava numa esquadra da polícia a acompanhar uma utente africana a uma entrevista numa esquadra da polícia, na qual eu estava presente como uma figura adulta apropriada⁴. A sua solicitadora era também uma mulher negra e nós sentámo-nos na sala de detenção a consolar a utente. O agente da polícia atrás da secretária olhou para nós e comentou que parecíamos as «*The Three Degrees*» (um trio pop dos anos 60). Não achei este comentário nem lisonjeador nem engraçado e é muito improvável que ele tivesse chamado três mulheres brancas de «*Atomic Kitten*». Tenho passado muito tempo nas esquadras da polícia a ajudar os jovens e tenho sido sempre surpreendida pela forma como os agentes da polícia os provocam e espicaçam até serem detidos. Um agente da polícia perguntou a um jovem caribenho qual era a sua altura. Ele respondeu que tinha 1,80 metros. O agente da polícia retorquiu, «Isso é com ou sem o cabelo afro?». Acho este comportamento completamente inaceitável, particularmente, tendo em conta que muito do meu tempo tem sido passado nas esquadras da polícia a acalmar os jovens, para que cooperem com os agentes.

A minha típica semana

Cada dia é diferente. Dei exemplos de três dias de uma semana de trabalho (ver Quadro 3.1.).

Olhando em frente

Creio que o trabalho preventivo é sempre melhor do que tentar intervir numa crise, como têm demonstrado as investigações (*Department of Health* 1995). A ajuda, o aconselhamento e a orientação deveriam ser oferecidos às famílias muito mais cedo. É apenas quando os problemas têm condições para crescer que produzem crises. A comunicação, a honestidade e o respeito pelos outros devem ser encorajadas na intervenção com as famílias.

Sempre achei que o melhor caminho para o Serviço Social era colocar assistentes sociais em esquadras da polícia, em infantários, em escolas, em centros comerciais e, de um modo geral, em locais mais acessíveis e mais aceitáveis. Acredito também que deveriam existir mais exemplos de figuras positivas de minorias étnicas no Serviço Social, no ensino e na intervenção com crianças. Precisamos de mais profissionais com experiência e de gestores de comunidades de minorias étnicas. Precisamos de trabalhar em parceria com colegas de diferentes profissões no Reino Unido e em todo o mundo e precisamos de promover imagens positivas de indivíduos e famílias destas minorias.

Creio que a formação prática em Serviço Social deve ser modernizada e que os seus temas devem ser atualizados, de modo a que os assuntos «reais» e problemáticas atuais, incluindo a «raça», a cultura, a sexualidade, a religião e as questões políticas atuais sejam abrangidos. A formação teórica em Serviço Social deve envolver, ativamente, na sala de aula profissionais qualificados no terreno, profissionais que estão em contextos residenciais e colegas de outras profissões. Pessoas de diferentes descendências e estilos de vida devem ser incentivadas a se candidatarem à formação em Serviço Social, como por exemplo, a classe operária e as pessoas negras, indianas e africanas.

Em conclusão, gosto do meu trabalho e da minha profissão e vou encorajar sempre as pessoas a seguirem-na. Estou ciente de que parte do que escrevi poderá parecer crítico para o Serviço Social e para os assistentes sociais. Acredito que exista bom e mau em todas as profissões e estou certa de que teria tido experiências semelhantes noutras profissões, sendo uma mulher negra. Tenho muita satisfação profissional no meu trabalho e é bom ver como a vida das famílias e dos jovens pode melhorar através de uma interação positiva. É, também, importante que os assistentes sociais tenham tempo para refletirem sobre si próprios e sobre as suas cargas de trabalho.

Segunda-feira

- 08:00 Chego à escola. Na entrada, ao passar pelos portões, as crianças obstruem deliberadamente a passagem ao meu carro, quase como se quisessem ser espalmados ou testar os meus travões. Riem-se quando fazem contacto visual.
- 08:20 Sento-me na cantina da escola e bebo o meu chá. Os alunos chegam e sentam-se comigo. Empanturram-se com comida de plástico e queixam-se por estarem a engordar. Falo-lhes, frequentemente, nos benefícios da nutrição. Eles queixam-se da noite anterior em casa com as suas famílias.
- 08:35 Vou para a sala dos funcionários. Retiro a correspondência do cacifo. Vou à reunião de *briefing* na sala dos funcionários. Estão 100 professores apertados na sala. O Presidente e o Vice-Presidente da escola falam de problemas da escola.
- 08:45 Assembleia escolar na entrada principal. Os membros mais experientes da equipa falam da importância de atingirmos objetivos e de acreditarmos em nós próprios. A minha função é estar atenta aos alunos e evitar interrupções.
- 09:00 A campanha toca. Os alunos vão para a sua primeira aula e eu vou para o meu gabinete. Ligo o computador, leio os *e-mails*, abro a agenda para ver o planeamento do dia. Respondo aos *e-mails* e às chamadas. Os alunos entram e saem do meu gabinete. «Olá, senhora», «Bom dia, senhora». Relembro-os de que se devem apressarem para as suas aulas e para voltarem nos intervalos.
- 09:50 Reunião com o *head of year*. Reunimo-nos para falar dos jovens conhecidos pelo *Inclusion Project*, pelos serviços sociais, em risco de expulsão permanente, pela

	<p>polícia e por outras partes envolvidas. Atualizo-os acerca da informação e de eventuais mudanças.</p>
10:40	<p>A campanha toca. Intervalo. Sento-me na cantina. Os alunos rodeiam-me e falamos sobre os seus progressos. Os colegas despacham-se na cantina e vão descansar para a sala de funcionários. Eu até gosto de estar sentada com os jovens. Aprendo muito sobre eles quando interagem socialmente com os seus grupos de pares. Se vierem a ser encaminhados para o projeto no futuro, já os conhecerei e eles poderão abordar-me caso precisem de ajuda.</p>
11:00	<p>Intervenção direta com uma rapariga negra do 8.º ano. Sentamo-nos numa sala de aula vazia com o nosso papel e pontas de feltro. Ela foi-me encaminhada após ser suspensa por mau comportamento. Pediu o meu apoio, porque eu já tinha trabalhado com o seu irmão mais velho e com a família no passado. Ela tem de me reportar informações, por isso, mostrou-me com orgulho o seu relatório no final da sessão, com apenas uma «advertência por desobediência». Elogiei-a pela sua determinação e esforço e disse-lhe que iria contactar a sua mãe para dar as boas notícias.</p>
11:50	<p>De volta à minha secretária. Completo diagnósticos de necessidades educativas especiais nos processos. Atualizo os ficheiros no computador. Uma aluna entra no gabinete em lágrimas. Ela fez sexo desprotegido no dia anterior e acha que está grávida. Explico-lhe os perigos da inutilização de contraceção (DST e gravidez). Ela esclarece-me que o sexo tinha sido consentido. Aconselho-a a ir a uma consulta logo após as aulas para tomar a «Pílula do Dia Seguinte». Mando-a de volta para as aulas. Escrevo uma nota para a professora, explicando que ela teve uma reunião comigo. Recebo o telefonema de um tutor preocupado com um aluno da sua turma. A criança apresenta-se como introvertida, deprimida e descuidada. Os pais não responderam às cartas enviadas para casa. Aconselho-o a estar atento ao aluno e a esforçar-se em criar laços com ele, a fim de obter informações relevantes sobre a família. Prometo fazer uma visita domiciliária à família. Procuro no sistema <i>Lotus Notes</i> e a família é conhecida. Leio o processo e obtenho informações sobre a família. Transmito informação breve ao tutor e ao <i>head of year</i>. Dou-lhes os contactos do assistente social designado ao processo e incentivo-os a estabelecer o contacto.</p>
12:45	<p>Hora de almoço. A campanha toca. Os alunos correm pelos corredores e deslizam pelos corrimões. Apresso-me para a cantina antes de todos as saladas desaparecerem. Os alunos gritam comigo enquanto eu avanço; digo-lhes que é um dos benefícios do trabalho. Regresso ao meu gabinete e retomo o trabalho administrativo. Os jovens aparecem no meu gabinete durante a hora de almoço. Falamos das suas assiduidades, pontualidades e registos escolares, saúde sexual, entre outros. Eles sentem-se à vontade com a equipa.</p>
13:45	<p>A campanha toca. Chamada de presenças. Relembro os jovens para chegarem a tempo à chamada.</p>
14:00	<p>Reunião do <i>Inclusion Project</i> com a participação de todos os membros da equipa multidisciplinar. Discutem-se os casos.</p>
15:25	<p>A campanha toca. Os alunos correm para fora da escola. Volto para o gabinete para adiantar trabalho administrativo. Devolvo as chamadas telefónicas e os <i>e-mails</i>. Os</p>

jovens aparecem para me atualizarem sobre as suas vidas amorosas, familiares e escolares.

16:00 Finalizo o trabalho. Vou para casa.

Terça-feira

08:15 Chego à escola. Sento-me com os jovens na cantina e depois vou para o gabinete.

08:45 A campainha toca. Os alunos apressam-se para a chamada. Eu retomo o trabalho.

09:00 Reunião de supervisão com o meu superior hierárquico no gabinete do departamento. Falamos sobre a carga de trabalho, as aulas, a equipa e sobre os assuntos sociais.

10:30 Volto à escola. Recebo uma chamada de um encarregado de educação, a queixar-se de que o filho tinha sofrido de *bullying*. Prometi-lhe investigar o caso. Falo com o *head of year* e com o tutor. Chamo a criança para fora da sala de aula e registo todo o incidente. Asseguro-lhes que irei levar o assunto a sério e que o tentarei resolver. Falo com os *bullies* para lhes dizer que o comportamento desagradável deles afetou o bem-estar de outra criança. Dou o *feedback* ao encarregado de educação.

12:40 A campainha toca. Hora de almoço. Um jovem quer almoçar comigo. Digo-lhe para se encontrar comigo na cantina dali a 10 minutos. O jovem conversa sobre os seus problemas pessoais: não se dá bem com os pais, quer sair à noite para ir a festas, não completa as aulas, não faz os trabalhos de casa e mete-se em sarilhos com os professores por lhes responder torto. Falamos de todos estes problemas e eu encorajo-o a ver como o seu comportamento negativo contribui para a sua crise.

13:45 A campainha toca. Chamada de presenças. Volto para o gabinete.

14:00 Visita domiciliária a um rapaz somaliano de 13 anos suspenso da escola, filho de uma família monoparental. A mãe está muito angustiada e o rapaz sentia-se culpado por a ter desiludido. Sugiro o seu encaminhamento para apoio familiar dos serviços sociais e para contacto com a *Somalia Welfare Association*. O rapaz voltará à escola dentro de quatro dias. Concorde dar-lhe apoio no seu regresso.

15:15 Volto ao gabinete e retomo o trabalho administrativo, devolvo as chamadas e respondo aos *e-mails*

16:00 Hora de ir para casa.

Quarta-feira

08:15 Sento-me na cantina com os jovens. Falamos dos episódios de *Eastenders* e *Pop Idols* da noite anterior.

08:45 A campainha toca. Retomo o trabalho administrativo.

09:00 Participo numa conferência de discussão de casos, em representação da escola. A irmã de uma rapariga de 9 anos, com quem tinha desenvolvido intervenção, contou-nos sobre os maus-tratos. A família era conhecida dos serviços sociais no passado. Entreguei os registos de presenças e pontualidade da rapariga e falei da minha intervenção com ela. Partilhei as minhas preocupações iniciais. Concordei em ser parte do grupo nuclear e em continuar a intervir com a rapariga.

11:00 Intervenção de grupo com raparigas de 13 a 16 anos, acerca de problemas de saúde sexual.

12:40	A campainha toca. Hora de almoço. Apresso-me para ir para a cantina.
13:45	Volto ao gabinete. Retomo o trabalho administrativo. Os jovens passam pelo gabinete. Falamos de assuntos relacionados com os motivos de terem sido castigados pelos seus pais. Falo-lhes das regras e limites e de terem contribuído para os seus maus comportamentos.
16:00	Hora de ir para casa.

Quadro 3.1 - A minha semana habitual

Haverá mais equipas especializadas no âmbito do Serviço Social no futuro e parece-me provável que a área se torne cada vez mais desagregada e segregada. Os balcões únicos já começam a aparecer em High Street e os jovens entre os 13 e os 19 anos têm agora «consultores pessoais», através da iniciativa *Connexions*. Estas alterações são suscetíveis de terem efeitos profundos em aspetos do nosso trabalho, uma vez que trabalhamos em parceria com jovens e os seus cuidadores. Bem-vindos ao Serviço Social moderno.

Agradecimentos

Dedico este capítulo à minha linda e especial mãe.

Notas

¹ O *Connexions* é um novo serviço de apoio para todos os jovens entre os 13 e os 19 anos na Inglaterra. O serviço tem como finalidade providenciar aconselhamento integrado, consultoria e acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal de oportunidade para este grupo, bem como ajudá-los na transição para a vida adulta e laboral. O *Connexions* agrega o trabalho de seis departamentos do Governo e das suas agências e organizações no local, em conjunto com os setores privado e de voluntariado e com os serviços vocacionais e de juventude. Está a ser fornecido no período de 2002 a 2003, através de parcerias locais que trabalham para o planeamento de diretrizes nacionais. Todos os jovens terão acesso a um mentor pessoal que trabalhará em diversos contextos, como escolas, universidades, balcões únicos, centros comunitários e em regime de proximidade.

² A iniciativa *Quality Protects* foi lançada pelo Governo Britânico em 1998 como um programa de três anos, destinado a melhorar os níveis de apoio oferecidos às crianças sob a tutela dos serviços sociais e de outras crianças com necessidade de apoio por estes serviços. O *Social Services Modernisation Fund (Department of Health 1998)* disponibilizou recursos financeiros extra ao programa.

³ Os poderes e responsabilidades dos assistentes sociais do Estado em relação ao Serviço Social com crianças e famílias estão estabelecidos no *Children Act* de 1989 e no *Children (Scotland) Act* de 1995.

⁴ Na Inglaterra e no País de Gales, o *Police and Criminal Evidence Act* de 1984 reconhece a vulnerabilidade especial de sujeitos menores de 17 anos, que tenham distúrbios mentais ou que sejam portadores de outras deficiências, detidos nos interrogatórios nas esquadras da polícia. Nesta circunstância, os agentes da polícia deverão convocar uma «figura adulta apropriada» para estar presente e prestar apoio aos sujeitos, sendo os assistentes sociais responsáveis muitas vezes por este papel. Ver Littlechild (1996).

Referências bibliográficas

- Clark, C. (1998) «Self-determination and paternalism in community care: practice and Prospects», *British Journal of Social Work*, 28: 387–402.
- Department of Health (1995) *Child Protection: Messages from Research*, Londres: HMSO.
- (1998) *Modernising Social Services*, Londres: The Stationery Office.
- Dominelli, L. (1997) *Anti-Racist Social Work*, Basingstoke: Macmillan.
- Egan, G. (1998) *The Skilled Helper: A Systematic Approach to Effective Helping*, 6.^a ed., Pacific Grove, CA: Brooks Cole.
- Littlechild, B. (1996) *The Police and Criminal Evidence Act 1984: The Role of the Appropriate Adult*, Birmingham: BASW.
- Rogers, C.R. (1980) *A Way of Being*, Boston: Houghton Mifflin.
- Thompson, N. (1997) *Anti-Discriminatory Practice*, 2.^a ed., Basingstoke: Macmillan.

Serviço Social na transição

Justine Merton

Justine Merton formou-se como assistente social em 1999 e, atualmente, é Coordenadora do Serviço de Transição para jovens portadores de deficiência nos *Cambridgeshire Social Services*.

Na minha entrevista de admissão para o *Diploma* em Serviço Social, perguntaram-me por que motivo queria ser assistente social. Embora estivesse à espera da pergunta, não tinha uma resposta na ponta da língua e, vários anos depois, continuo a não ter. As minhas razões para ter escolhido esta carreira em específico ao invés de outra qualquer são complexas e confusas, mas penso que as raízes estão na minha infância. Cresci no nordeste de Inglaterra durante os anos 70 e 80 e, inevitavelmente, essa experiência marcou a minha visão do mundo e deu-me uma certa perspetiva política e social. A isso juntou-se a ênfase que a minha mãe dava aos valores cristãos e à importância de «ser um bom vizinho» e de cuidar dos outros. Ela própria dava o exemplo, trabalhando como ajudante domiciliária (como eram então chamadas) e com a gestão do grupo de jovens na capela, entre outras coisas. Através dela, tive a oportunidade de conhecer pessoas de todas as idades e com diversas habilidades e, assim, desenvolver as minhas próprias «competências interpessoais». Os valores do respeito e de consideração pelos outros que a minha mãe tentou inculcar a mim e à minha irmã constituem a base das minhas convicções enquanto assistente social. Acredito que o meu desejo de trabalhar com as pessoas advém desta educação e do contexto social mais amplo em que eu cresci. Certamente, a minha mãe terá alguma responsabilidade nisso, pois a minha irmã também trabalha para os serviços sociais.

O meu interesse pelas pessoas continuou na universidade, onde estudei para me licenciar em Ciências Sociais e Políticas e me envolvi em vários projetos dirigidos pela associação *Student Community Action*. Foi durante este período na universidade que a ideia de me tornar assistente social me ocorreu pela primeira vez, embora tenha levado vários anos até eu a ter seguido efetivamente.

Após o meu curso, passei seis meses a trabalhar como *support worker*^v numa pequena residência coletiva para adultos com dificuldades de aprendizagem graves e comportamentos desafiantes. Eles tinham sido reintegrados após terem estado em hospitais para internamentos de longa duração, de acordo com o *NHS and Community Care Act* de 1990¹. Passei, depois, um verão a ajudar a cuidar de uma criança com autismo. Este período foi um dos mais agradáveis e gratificantes, mas também um dos mais desafiantes e cansativos da minha vida. Deu-me uma pequena noção das dificuldades que as famílias com crianças portadoras de deficiência enfrentam diariamente e fez-me ter um grande respeito pela sua dedicação e empenho. Este foi também um período decisivo para mim, pois marcou o surgimento do meu interesse pelo domínio das dificuldades de aprendizagem, em particular o autismo, e deu-me a determinação para trabalhar com crianças e jovens com algum tipo de deficiência. Decidi formar-me como professora e completei uma pós-graduação de um ano em Educação. Não me consegui formar especificamente como professora de alunos com necessidades especiais e, então, fui trabalhar para uma escola primária de ensino regular e passei as férias a trabalhar em programas lúdicos para crianças com deficiência. Apesar de ter gostado de trabalhar com crianças, apercebi-me rapidamente que o ensino não era a carreira certa para mim. A ideia de me formar como assistente social estava na minha cabeça desde a universidade e, por isso, pareceu natural mudar de rumo e candidatar-me ao *Diploma* em Serviço Social.

Comecei o meu *Diploma* em Serviço Social na *University of East Anglia* (UEA) em 1997 e gostei imenso dos dois anos que lá passei. Eu estava razoavelmente bem preparada para o que o curso implicava, porque tinha passado um ano a partilhar casa com dois estudantes de Serviço Social. Talvez isso tivesse sido o suficiente para me desencorajar, mas não o fez. Decidi candidatar-me à UEA por várias razões. Tinha ouvido dizer que era um bom curso e que era bastante respeitado pelos potenciais empregadores; oferecia um *MA* integrado em Serviço Social, bem como a respetiva qualificação profissional; era perto de Cambridge, onde estava a viver há vários anos e tinha uma boa rede de suporte social; e, mais importante ainda, tinha financiamento associado, sem o qual não teria tido a possibilidade financeira para me formar (e, é claro, ainda estou a

^v N.T.: A designação refere-se ao profissional que procura promover o bem-estar e a independência de pessoas em situações de vulnerabilidade, através de apoio prático e emocional. Para exercer esta profissão não é necessária uma formação de nível superior, mas um dos requisitos é experiência comprovada nas áreas da saúde e social.

pagar as dívidas acumuladas durante o curso). A minha escolha acabou por ser excelente. O nível de ensino na UEA era elevado e eu tive a oportunidade de pensar e discutir sobre valores e ética profissional e sobre o que constitui uma boa prática. No primeiro ano, todos seguiam o mesmo programa e tinham uma introdução às áreas-chave da intervenção: apoio à infância e juventude, saúde mental e desenvolvimento comunitário. Durante o segundo ano, havia a oportunidade de nos especializarmos numa destas áreas e eu optei pela infância e juventude, com um módulo adicional em deficiência. A UEA tem o privilégio de ter alguns dos principais especialistas na teoria da vinculação (Howe 1995)² e esta foi, obviamente, uma componente importante na minha formação. No entanto, isso não excluiu outras perspetivas e teorias que foram devidamente ponderadas e consideradas. Ao longo do curso, fomos encorajados a pensar nas coisas por nós mesmos e a refletir sobre os nossos próprios valores e práticas, um estado de espírito que se tem revelado muito mais útil no dia-a-dia do que o conhecimento de qualquer teoria ou modelo de prática específico.

Um dos pontos fortes do curso, na minha opinião, foi a ênfase atribuída ao contexto legal do Serviço Social. O trabalho de qualquer departamento de serviços sociais é, em última instância, regido pelos poderes e deveres estatutários estabelecidos na lei e pelas normas jurídicas, regulamentos e orientações que os acompanham. A UEA coloca, portanto, os conhecimentos, as competências e os valores jurídicos no centro do seu curso, ao invés de serem apenas um complemento adicional, integrando-os nas questões práticas. Não só achei esta uma das partes mais agradáveis do curso, como também uma das mais úteis para o meu trabalho como assistente social no ativo. Outro ponto forte do curso foi a qualidade dos estágios oferecidos aos estudantes. Encontrar bons estágios, particularmente no setor público, é um grande problema para todos os cursos de Serviço Social e a UEA também teve as suas dificuldades. No entanto, a UEA parece sair-se bem, segundo os seus estudantes. A UEA dispõe de períodos de estágio, ao invés de os alunos passarem metade da semana nos locais de estágios e outra metade na universidade. Foi preferível assim para mim, porque permitiu que me concentrasse totalmente no estágio e também me deu uma ideia muito melhor de como era a verdadeira vida profissional como assistente social. Do mesmo modo, quando estava na universidade, podia concentrar-me apenas nos trabalhos e nas aulas, sem me questionar sobre o que se passava no local de estágio e sobre o que iria encontrar no dia seguinte à minha espera na secretária. Tive uma sorte especial tanto com os meus estágios, como com os meus supervisores. O meu primeiro grande estágio decorreu numa equipa de intervenção na saúde mental

comunitária. O meu supervisor tinha experiência na intervenção com adultos sobreviventes de abuso sexual. Senti-me privilegiada por poder presenciar algumas das sessões, pois esta foi uma experiência extraordinária e uma lição de humildade. O meu segundo estágio foi numa equipa do setor público de apoio a crianças e famílias, o que me deu a oportunidade de experimentar todas as vertentes do Serviço Social na intervenção com crianças e de trabalhar com um vasto leque de utentes. Ambos os meus supervisores eram assistentes sociais experientes e com vocação para a área, embora com personalidades muito diferentes, com formas de trabalhar distintas, e aprendi muito com eles e com os seus colegas.

Finalmente, em 1999, quase dez anos depois de me ter ocorrido a ideia de me tornar assistente social, formei-me na área. Embora o meu percurso de formação tenha sido um pouco invulgar em alguns aspetos, o que é maravilhoso é que, em Serviço Social, posso aproveitar todas as minhas diferentes experiências e carreiras anteriores para me ajudar a refletir sobre as situações e as minhas reações. Contudo, o curso em si foi apenas o início e a minha formação e desenvolvimento como assistente social continuam diariamente, à medida que aprendo com os colegas, com os utentes e com os meus próprios erros.

O trabalho atual

O meu primeiro emprego após me formar foi numa equipa comunitária para adultos com dificuldades de aprendizagem. Como a maior parte da minha experiência anterior tinha sido com crianças, foi-me atribuído um grupo de jovens de 18 anos em situação de abandono escolar. Embora eu também tivesse outros casos, estes jovens e a sua transição para os serviços de apoio a adultos constituiu a maior parte do meu trabalho. Foi um primeiro trabalho muito agradável, mas implicou ter-me mudado para uma nova área, na qual não conhecia ninguém. Achei isso difícil, especialmente quando o trabalho era stressante, por isso saí logo após seis meses. O meu próximo emprego foi como assistente social numa equipa especializada em crianças com deficiência. Os meus casos eram bastante variados e incluíam algum trabalho de proteção de menores. Ao longo do meu tempo nesta equipa, desenvolvi boas relações com instituições de cariz voluntário que trabalham no terreno e participei num projeto-piloto para desenvolver um *Saturday Club* para crianças com perturbações do espectro do autismo. Na altura em que escrevi este capítulo, tínhamos assegurado o financiamento para o primeiro ano, identificado as instalações, contratado pessoal e atribuído vagas às primeiras crianças. Levou mais de um

ano a chegar a este ponto e o trabalho ainda não está concluído, mas, com alguma sorte, o clube estará em funcionamento no próximo mês. Embora isso não fizesse estritamente parte do meu trabalho, é provavelmente a coisa de que mais me orgulho na minha carreira em Serviço Social até agora e serve para provar o que se pode conseguir quando as pessoas se reúnem com um objetivo em comum.

Mantive o meu interesse nas questões de transição³ enquanto estava com a equipa de apoio a crianças e me era atribuído um certo número de jovens que enfrentavam a mudança para os serviços de apoio a adultos. Com o tempo, construí boas relações de trabalho com os colegas da equipa de apoio a adultos e comecei a desenvolver o meu conhecimento nesta área de trabalho. Parecia, portanto, uma progressão natural candidatar-me à vaga de técnico especialista em transições na equipa de apoio a adultos, quando esta foi anunciada. Exerço funções de Responsável de Avaliação e Planeamento (Transições) desde o início de julho de 2001. Este é um novo cargo na entidade e eu (e o meu homólogo no norte do distrito) somos um pouco uma irregularidade de certa forma, uma vez que estamos localizados na equipa de apoio a adultos, mas trabalhamos com menores de 19 anos e somos pagos pelos serviços de apoio a crianças. Estes postos são uma espécie de experiência e, como tal, os limites em redor do meu trabalho ainda são fluidos e estão a ser debatidos por vários gestores. Juntamente com os respetivos gestores de projetos para as duas áreas e um gestor do serviço de apoio a adultos com competência em matéria de transição, formamos um grupo nesta área a nível distrital. Reunimo-nos mensalmente para discutir questões relacionadas com transições e novos encaminhamentos e, a seu tempo, esperamos incorporar supervisão de grupo nestas reuniões.

A minha principal responsabilidade é fazer avaliações detalhadas das necessidades presentes e futuras dos jovens portadores de deficiência que se aproximam da transição para os serviços de apoio a adultos (ou seja, jovens entre os 14 e os 19 anos de idade). Estão sob a minha alçada todos os tipos de deficiência, mas, na realidade, a grande maioria dos jovens que são encaminhados para o serviço têm dificuldades de aprendizagem e eu estou localizada na equipa de apoio a adultos com dificuldades de aprendizagem, pela qual sou gerida. Nem todos os jovens encaminhados preencherão necessariamente os critérios de elegibilidade para os serviços (por exemplo, aqueles com deficiência de aprendizagem ligeira/moderada). Parte do meu papel é, portanto, estabelecer a elegibilidade e dar orientação e apoio ao jovem, aos seus pais e/ou assistente

social em questões como habitação protegida, emprego, benefícios e encaminhá-los para serviços mais adequados.

O objetivo da entidade na nomeação de técnicos especializados é que nos possamos envolver com os jovens desde o momento da sua revisão dos catorze anos para permitir um bom planeamento antecipado e uma transição suave, ao invés de termos de reagir a situações de crise. Os gestores dos serviços de apoio a adultos estão interessados em manter, na medida do possível, os jovens no distrito, o que muitas vezes implica a contratação de novos serviços. O nosso papel alimenta-se, pois, do papel dos técnicos que desenvolvem os projetos, uma vez que isso permite identificar potenciais lacunas a tempo de desenvolver novos serviços. Por exemplo, foi recentemente criado um novo projeto de vida apoiada para cinco jovens que tinham estado todos juntos na escola. Uma avaliação e um planeamento precoces deverão permitir o desenvolvimento de um maior número destes projetos. Infelizmente, uma vez que se trata de um novo serviço, vejo-me atualmente confrontada com um grande número de jovens que vão deixar a escola no próximo ano e que, por enquanto, ainda não dispõem de avaliação ou de um plano de transição. Por conseguinte, tenho de dar prioridade a estes jovens de 18 anos e ainda tenho, frequentemente, de reagir a situações de crise, ao invés de poder planear o futuro. No entanto, com tempo espero conseguir recuperar o atraso e alcançar o objetivo de iniciar a transição dos maiores de catorze anos. Embora algumas situações de crise ainda venham a ocorrer, esperemos que se tornem a exceção e não a regra.

Como o meu foco é a avaliação e o planeamento da transição, sou designada como trabalhadora secundária e não como responsável pela gestão de processos (Challis e Davies 1986). Isso serve para evitar que fique imersa em muitos casos, deixando-me livre para passar para o próximo jovem que necessite de uma avaliação de transição. Inevitavelmente, esta fronteira pode tornar-se confusa, sobretudo quando não foi designado um assistente social especializado na área da infância e juventude para o jovem. Portanto, na realidade, tendo a fazer algum trabalho de acompanhamento de casos, como por exemplo, convocando revisões legais das crianças que estão sob a tutela dos serviços sociais⁴ (com toda a burocracia adicional que isso implica), resolvendo questões práticas para a família, organizando o transporte, etc. No entanto, normalmente posso encaminhar qualquer trabalho de acompanhamento de casos em curso para a respetiva equipa de apoio a crianças e, embora por vezes perca a oportunidade que o trabalho me proporciona de construir relações a longo prazo com os utentes, é bom poder passar a burocracia a outra pessoa.

Para além de realizar as avaliações, uma parte importante do meu papel é estabelecer a ligação com outros profissionais relevantes e construir relações de trabalho eficazes com estes. A minha semana habitual é a indicada no Quadro 4.1. Tenho de trabalhar transversalmente e entre os serviços de apoio a crianças e a adultos e isso pode ser mais difícil do que parece. Os dois serviços trabalham com legislação diferente, utilizam quadros de avaliação e critérios de elegibilidade diferentes - de facto, por vezes torna-se difícil lembrarmo-nos que ambos fazem parte do mesmo departamento de serviços sociais! Felizmente, o tempo que passei na equipa de apoio a crianças com deficiência dá-me uma vantagem, uma vez que já sou aceite como membro dessa equipa (embora seja agora um membro afastado) e consigo apreciar a sua posição e ponto de vista. É vital que eu mantenha essa relação e construa laços organizacionais que não dependam de mim pessoalmente. Por conseguinte, continuo a participar mensalmente nas reuniões da equipa de apoio a crianças com deficiência e tenho um «tempo de transição», no qual se podem discutir questões gerais deste assunto e de casos específicos. Também tenho de articular com os serviços gerais de apoio a crianças, unidades residenciais e para descanso do cuidador, gestores de revisão e a equipa do *Leaving Care*. Tenho, também, tentado estabelecer relações com os principais prestadores locais de serviços de apoio a adultos – Centros de Dia, habitação apoiada, unidades residenciais e para descanso do cuidador - tanto no setor privado e sem fins lucrativos como no público, porque qualquer pessoa pode fazer parte do plano de transição de um jovem.

	Manhãs	Tardes
Segunda-feira	Ver o correio e os <i>e-mails</i> Reunião com os serviços de emprego	Trabalho administrativo e chamadas telefónicas no gabinete
Terça-feira	Ver o correio e os <i>e-mails</i> Reunião de equipa e reunião de discussão de assuntos de transição	Trabalho administrativo e chamadas telefónicas no gabinete Visita domiciliária ao novo caso encaminhado
Quarta-feira	Visita à escola de formação contínua fora do distrito	Visita à escola de formação contínua fora do distrito
Quinta-feira	Ver o correio e os <i>e-mails</i> Visita a responsável de Centro de Dia	Trabalho administrativo Visita a um assistente social acerca de um utente
Sexta-feira	Revisão das crianças sob a tutela dos serviços sociais	Trabalho administrativo e chamadas telefónicas no gabinete

Quadro 4.1 - A minha semana habitual

Para além dos serviços sociais, há muito trabalho a fazer com os colegas dos setores da saúde e da educação, das escolas locais e dos estabelecimentos de formação contínua, dos serviços de emprego e do *Learning and Skill Council*. Isso é complicado pelo facto de muitos jovens com deficiência se encontrarem em estágios fora do distrito em colégios internos. Por conseguinte, tenho de fazer uma quantidade razoável de viagens pelo país. Nos três meses seguintes ao começo deste trabalho, viajei para Lincolnshire, Norte do País de Gales, Hertfordshire, Buckinghamshire, Northampton, o norte de Londres, Gloucester e Cornualha. No passado, muitos destes jovens podem ter «escapado por entre os dedos» e permanecido desconhecidos dos serviços de apoio a adultos até regressarem no fim dos seus cursos. Esperemos que, estabelecendo ligações com todos os outros profissionais envolvidos e trabalhando em conjunto, estas situações deixem de ocorrer, ou pelo menos, que aconteçam muito raramente. Na verdade, com um planeamento conjunto e relações de trabalho mais estreitas, poderemos mesmo evitar que os jovens tenham de sair do distrito, a menos que optem por fazê-lo.

Outro desafio do meu trabalho é permanecer «centrada na pessoa» nas minhas avaliações e no meu planeamento, ao invés de ser orientada pelos serviços (Coulshed e Orme 1998). Por vezes, pode ser bastante difícil equilibrar as exigências dos procedimentos departamentais e as restrições orçamentais com os desejos e as necessidades de um jovem e dos seus pais. Também podem surgir conflitos entre as opiniões do jovem e as dos seus pais. Estes conflitos podem ser difíceis de negociar e podem causar muito *stress*. É importante reconhecer que os pais dispõem de informação e de conhecimento precioso sobre as necessidades dos seus filhos ou filhas, mas isso deve ser contrabalançado com o reconhecimento de que o filho ou filha é agora uma pessoa adulta. Há alturas em que tenho de encorajar os pais a «deixarem ir». Este é um processo lento e gradual, outra razão pela qual é vital que o planeamento da transição comece o mais cedo possível. Os pais e os jovens devem ser informados sobre as várias opções disponíveis para que possam começar a pensar em algumas das questões envolvidas. O meu departamento está atualmente a desenvolver um conjunto de informações sobre a transição que será enviado às crianças no momento da sua revisão dos 14+ anos. Estou igualmente envolvida num projeto-piloto elaborado por várias instituições que organizarão um dia informativo sobre questões de transição para os jovens e estou a planear reuniões abertas nas escolas locais de educação especial para dar informações sobre o serviço de transição (e o meu papel no mesmo) aos pais.

Este é, também, um momento importante de mudança para os serviços de apoio a adultos, com a criação de uma parceria entre a saúde, os serviços sociais, as instituições voluntárias e os utentes. Ao mesmo tempo, os serviços sociais e de saúde estão a juntar forças em equipas integradas. Trata-se de uma grande mudança cultural para todos os interessados e existe atualmente uma grande incerteza e ansiedade, bem como um entusiasmo, sobre o que o futuro poderá reservar. Eu própria enfrento um certo grau de incerteza e muitos novos desafios neste momento da minha carreira em Serviço Social. No entanto, é esta variedade que eu mais aprecio na profissão. Há ocasiões em que a considero avassaladora e desejava ter escolhido uma carreira menos stressante, mas tenho a sorte de ter alguns amigos e colegas que me apoiam muito. Considero o apoio que recebo dos meus colegas vital e é uma das coisas que me faz seguir em frente quando as coisas estão difíceis. Mesmo quando há uma crise, posso ansiar por rir e brincar com os meus colegas sobre como tudo isso é horrível.

A outra coisa que me mantém no trabalho são os jovens e os próprios pais. A sua determinação em ultrapassar os obstáculos que a sociedade coloca no seu caminho e o seu gosto em geral pela vida, inspiram-me a continuar a trabalhar diligentemente. Do mesmo modo, encontrar-me e falar com outras pessoas que estão envolvidas em questões relacionadas com as dificuldades de aprendizagem renova o meu entusiasmo. Mesmo antes de começar o meu novo emprego, fui a uma conferência organizada por uma organização chamada CREDO, intitulada «*Young, Disabled and Cool*», e tive o privilégio de ouvir e conhecer algumas pessoas maravilhosas que estão determinadas a lutar pelo seu direito de serem incluídas na sociedade. Recordou-me das razões que me levaram inicialmente a entrar para o Serviço Social e o quanto ainda há a alcançar. Quando me sinto desencantada e pronta a desistir, é a essa visão que me tento agarrar.

O futuro – as minhas esperanças e medos

O futuro imediato contém muitos desafios e eu encaro-o ansiosamente expectante. De uma perspetiva mais alargada, sinto-me muito esperançosa em relação aos atuais desenvolvimentos no domínio das dificuldades de aprendizagem. O Livro Branco do Governo, *Valuing People (Department of Health 2001)*, inclui pela primeira vez as próprias pessoas com dificuldades de aprendizagem na consulta sobre os serviços e reflete a ascensão do movimento de autodeterminação (Simons 1992). Esta ênfase na autodeterminação e no planeamento centrado na pessoa é esperada há muito tempo e deverá ter um impacto na forma como os departamentos de serviços sociais funcionam e

na qualidade dos serviços oferecidos. A transição entre os serviços de apoio a crianças para os de apoio a adultos tornou-se também mais visível ao nível político e é especificamente mencionada no Livro Branco. Repentinamente, parece haver muita atividade e investigação nesta área e é extremamente entusiasmante e estimulante estar envolvida neste processo, ainda que de uma forma reduzida. Seria bom desenvolver mais relações com as pessoas que realizam investigação e criar novos desenvolvimentos, a fim de tirar partido das suas experiências e modelos de boas práticas.

Infelizmente, no quotidiano profissional dos assistentes sociais é demasiado fácil ficar-se atolado e sobrecarregado com as tarefas imediatas e perder de vista esta perspetiva mais ampla. Ler livros e artigos, participar em conferências e eventos de formação pode ajudar a renovar o entusiasmo e a concentração, mas, muitas vezes, há simplesmente demasiado a fazer para o permitir (ou o orçamento não o permitirá). Lidar com utentes desorientados e desiludidos e trabalhar constantemente sob restrições orçamentais, para não falar dos departamentos com poucos recursos humanos, pode muitas vezes fazer com que o trabalho pareça uma tarefa ingrata. O retrato mediático do Serviço Social vem juntar-se a isso e considero exasperante que, embora os meios de comunicação social defendam as causas dos enfermeiros, dos agentes da polícia e dos professores (com as quais concordo), nunca parecem relatar a terrível escassez de assistentes sociais ou a necessidade de aumentar os seus salários. Durante os meus dois anos em Serviço Social, vi vários colegas abandonarem a profissão e outros entrarem de baixa psiquiátrica devido ao *stress* por períodos significativos. Mantive contacto com apenas um grupo de pessoas do meu curso de Serviço Social, mas, curiosamente, duas saíram da profissão para viajar e uma terceira esteve afastada do trabalho devido a um esgotamento. Para uma chamada profissão de apoio, o Serviço Social parece fazer muito pouco para cuidar dos seus profissionais.

Um dos meus receios é que também eu acabe por entrar em esgotamento e sobrecarga pelas exigências do trabalho. Penso que sou boa a lidar com o *stress* nesta profissão: só trabalho até tarde se for necessário, faço exercício físico regularmente, tenho bons amigos e interesses fora do trabalho. Comecei também um curso pós-laboral de aromaterapia e massagem para relaxamento, aos finais de tarde. No entanto, ainda me pergunto por vezes se conseguirei continuar a enfrentar o *stress* do trabalho ou se tudo isso será demasiado um dia. Há certamente alturas em que desligar do trabalho é extremamente difícil e dou por mim a pensar se tudo isso vale a pena. Parte da minha preocupação tem a ver com o dinheiro. O Serviço Social não é um trabalho bem

remunerado e, em geral, ganho menos de metade do salário dos meus contemporâneos na universidade que seguiram formações superiores mais convencionais. É claro que o dinheiro não é tudo, mas é algo que tenho em consideração e acho frustrante que, apesar das minhas qualificações, experiência e trabalho árduo, ainda tenha dificuldades financeiras. Mesmo quando chegar ao topo da minha escala salarial, não poderei comprar um T1 na zona onde vivo. Por isso, preocupo-me com o meu futuro financeiro.

No entanto, durante a maior parte do tempo, gosto de intervir com o grupo de utentes com quem estou envolvida. Olhando para a minha vida até agora (como escrever este capítulo me obrigou a fazê-lo) e para as experiências que tive, parece quase inevitável que acabasse por trabalhar nesta área. Penso que seria um desperdício desistir de tudo isso agora, simplesmente por razões financeiras. No entanto, não tenciono necessariamente permanecer nos serviços sociais do setor público para o resto da minha vida profissional. Perco a oportunidade de trabalhar diretamente com os utentes e, por vezes, fico ressentida com a papelada e a burocracia intermináveis (por mais necessárias que sejam) que são requeridas no trabalho para a entidade. Visto de fora, o setor privado parece ser mais criativo e progressista na sua forma de trabalhar (embora esta possa ser apenas uma ilusão também). Também sinto falta de estar envolvida no estudo académico e gostaria de voltar a envolver-me nele de alguma forma, talvez através de um projeto de investigação ou de mais formação em Serviço Social.

O meu contrato atual é temporário e expira em julho de 2003, altura em que terei trabalhado neste setor durante quase quatro anos. Nesta fase, estou indecisa se continuarei a trabalhar para uma autoridade local, se passarei para o setor privado ou se mudarei completamente de direção; a ideia de andar de mochila às costas à volta do mundo parece muito apelativa neste momento! Como já referi, este é um momento de grande mudança na área das dificuldades de aprendizagem e as coisas podem ter mudado significativamente até ao final do meu contrato. Seja qual for a decisão que tome e onde quer que acabe, continuo a pensar em trabalhar com pessoas com dificuldades de aprendizagem em algum nível e, por conseguinte, a fazer Serviço Social de alguma forma.

Notas

¹ A população dos hospitais diminuiu de 51.500 habitantes em 1980 para menos de 10.000 nas infraestruturas do *NHS* em 2000, devido a um programa de encerramento e transferência hospitalar iniciado na década de 1980 e intensificado na década de 1990

(Booth 2002). Isso reflete um compromisso com os cuidados domiciliários e comunitários como alternativa aos cuidados institucionais para uma série de adultos vulneráveis.

² A teoria da vinculação aborda o comportamento e o desenvolvimento da personalidade em relações estreitas (Howe 1995). Fornece uma forma de compreender como as pessoas (incluindo pais e filhos) se relacionam umas com as outras.

³ «Transições» é um termo utilizado para se referir ao movimento de passagem da infância para a idade adulta e de passagem dos serviços de apoio a crianças para os de apoio a adultos. Read (2002) defende que as crianças com dificuldades de aprendizagem devem ser ativamente envolvidas no processo de transição para que as vantagens e desvantagens, as implicações e as emoções possam ser identificadas e exploradas de uma forma aberta e solidária.

⁴ «Crianças que estão sob a tutela dos serviços sociais» é uma expressão introduzida na sequência da implementação do *Children Act* de 1989, para designar todas as crianças e jovens sob os cuidados das autoridades locais na Inglaterra e no País de Gales.

Referências bibliográficas

Booth, T. (2002) «Learning difficulties», in M. Davies (ed.) *The Blackwell Companion to Social Work*, Oxford: Blackwell.

Challis, D. e Davies, B. (1986) *Case Management in Community Care*, Aldershot: Gower.

Coulshed, V. e Orme, J. (1998) *Social Work Practice: An Introduction*, 3.^a ed., Basingstoke: Macmillan.

Department of Health (2001) *Valuing People: A New Strategy for Learning Disability for the 21st Century*, London: The Stationery Office.

Howe, D. (1995) *Attachment Theory for Social Work Practice*, Basingstoke: Macmillan.

Read, S. (2002) «Transitions», in M. Davies (ed.) *The Blackwell Encyclopaedia of Social Work*, Oxford: Blackwell.

Simons, K. (1992) «*Sticking Up for Yourself*»: *Self-advocacy and People with Learning Difficulties*, York: Joseph Rowntree Foundation em colaboração com Community Care.

De Castlemilk a Chisinau

Gary Westwater

Gary Westwater é cofundador da INCLUDEM, uma recém-criada organização não-governamental que intervém em matéria de justiça de menores na Escócia, à qual dedica a maior parte do seu tempo. Encontra-se ainda envolvido em trabalho internacional e presta apoio no desenvolvimento de capacidades nos sistemas de proteção de menores na Sérvia e em Montenegro e, também, na reintegração social de crianças das colónias penais na Federação Russa.

Depois de deixar a classe média escocesa aos 17 anos de idade para ir trabalhar em campos de desflorestação e em minas de ouro no Canadá, onde não era fácil arranjar trabalho, tive de me desenrascar pela primeira vez na minha vida. Antes de começar a ser pago, dormi em mesas de bilhar em Edmonton, porque eram o único lugar onde os hóspedes que não pagavam podiam escapar às temperaturas negativas. No regresso à Escócia para estudar na *Aberdeen University*, a ética estava ligada, de alguma forma, aos dias em Yukon e eu arranjei um estágio em Serviço Social no *Lanarkshire County Social Work Department*, no oeste da Escócia. Passei dias em formação nas habitações sociais de Lanarkshire como assistente social estagiário e depois como assistente social já formado e com alguma experiência. Fui transferido para Glasgow como Gestor de Área (líder de equipa) em dois dos empregos mais desafiantes em Serviço Social na altura: os gabinetes da área de Castlemilk e Easterhouse. Foram dias entusiasmantes em que me parecia, na altura, que estavam a ser feitas verdadeiras tentativas para combater a «privação múltipla». O *Urban Programme*, através do qual foram utilizados fundos especialmente atribuídos pelo Governo Central para financiar projetos criativos que fizessem face àquilo a que agora se chama de «exclusão social», criou autênticas oportunidades para o Serviço Social como nunca tinha visto antes a funcionarem: projetos-piloto como gabinetes de avaliação com crianças consideradas desafiantes para as escolas; o tipo de *Intermediate Treatment*¹ que reuniu os gangues de Easterhouse sem se matarem uns aos outros; assistentes sociais que trabalhavam em parte na intervenção

comunitária; um espaço de tempo para a *claimant's union*^{vi} nas nossas reuniões de equipa². A utilização criativa, Secção 12 do *Social Work* (Escócia) *Act* de 1968, permitiu que o dinheiro fosse direcionado para ajudar as famílias com dificuldades e permitiu-nos recuar as fronteiras da pobreza, ou assim pensávamos na altura.

O progresso para o lugar central na sede do *Strathclyde Regional Council*, a maior autoridade local da Europa Ocidental na qualidade de Responsável Principal (Apoio à Infância), não foi provavelmente a melhor jogada de carreira alguma vez feita.

Seguindo em frente

A «Revolução» na Roménia em 1989, quando o povo romeno derrubou Nicolae Ceauşescu, o ditador militar que havia desligado a eletricidade em Bucareste para mostrar quem mandava, mostrou ao mundo que nem todas as pessoas se comovem ingenuamente com a infância. Tive a oportunidade de testemunhar o impacto que as organizações não governamentais (ONG) conseguiam ter e decidi que, provavelmente, poderia fazer mais na Roménia do que em casa, deixando, assim, o Serviço Social escocês³. Após três anos e meio na Roménia com a maior ONG britânica que intervém com crianças, o *Romanian Orphanage Trust*, compreendi gradualmente que a livre circulação de ideias e de saber-fazer para além das fronteiras pode realmente funcionar, dadas as condições necessárias.

Numa nação com um número de crianças institucionalizadas entre os 100.000 e os 200.000, com um nível de assistência que muitos pensavam não ser possível num país europeu, foi difícil saber por onde começar na Roménia. Incorporado no *Ministry of Labour and Social Protection* no início de 1992, planeei introduzir o acolhimento de crianças ao estilo ocidental. Um erro. Numa nação com legiões de crianças em instituições, recrutar, preparar e pagar membros do público para cuidarem dos filhos das pessoas carenciadas comprometeu as tentativas de facilitar sistemas de apoio familiar para manter as famílias carenciadas unidas. A Roménia introduziu o «acolhimento profissional de crianças» (*assistance maternelle*), segundo o modelo francês, recrutando mulheres como mães de acolhimento e pagando-lhes pelo trabalho, após oitenta horas de formação. No entanto, esta ideia, transferível da prática ocidental, impediu as tentativas dos «*Directions for Child Protection*» dos distritos, departamentos rudimentares de

^{vi} **N.T.:** O termo não tem correspondência direta na língua de chegada, mas, na língua e cultura de partida, refere-se a uma associação, pertencente a um movimento popular designado *grassroots*, que se baseia na autoajuda e apoio mútuo para todos os que têm direito aos benefícios do Estado de Bem-Estar, seja ao nível da saúde, da educação, do emprego, da assistência e da segurança social, entre outros. São associações que prevalecem no Reino Unido desde o estabelecimento do Estado de Bem-Estar britânico.

Serviço Social, de darem prioridade no apoio às famílias. Pior ainda, o crescente tráfico da adoção internacional, o «resgate» de crianças institucionalizadas, prejudicou ainda mais as tentativas que eu e outros estávamos a fazer para construir serviços de apoio às famílias. Por diversas vezes, as agências de adoção americanas recrutaram assistentes sociais romenos que falavam inglês destes departamentos rudimentares de serviços sociais, atraídos pelos salários e sistemas de bônus dos EUA - o que tem sido descrito como um sistema que recompensa os trabalhadores por cada criança que é «angariada» para adoção. Em muitos aspetos, os danos causados às tentativas locais de criar serviços de proteção de menores e de apoio à família são a objeção fundamental à adoção internacional não regulamentada. Outros problemas com a tentativa de criação de famílias de acolhimento têm a ver com a confusão entre os termos *acolhimento* e *adoção* e a dúvida sobre a capacidade que as crianças têm de transferir o vínculo de um adulto prestador de cuidados para outro. Num país em que era mais fácil para um estrangeiro adotar do que para um romeno, muitos residentes avançaram com a adoção de crianças institucionalizadas e de crianças em famílias carenciadas, fingindo serem famílias de acolhimento. É fácil cometer o erro básico de «modelação institucional», de instalar serviços na expectativa de estes se tornarem instituições homólogas às das democracias ocidentais. Todavia, e apesar deste perigo, uma das enormes satisfações da prática do Serviço Social na Europa de Leste e na Rússia é a transferibilidade de ideias.

Atualmente, todas as pessoas são «europeias» no antigo bloco soviético. O «desenvolvimento de capacidades», a «sociedade civil» e o «pluralismo» são *slogans* comuns. Uma sociedade que passou por gerações de totalitarismo, perdeu muito da capacidade de gerir os seus assuntos sociais, uma vez que isso era a responsabilidade do Estado. Despertar as estruturas que conduzirão à sociedade civil é uma parte quotidiana do Serviço Social nesta parte do mundo. Existe uma clara falta de «capital social» (como dizem as agências de desenvolvimento) nas comunidades. Uma clara ausência de ação comunitária, de redes informais e de atores sociais. Em russo, não há uma palavra exata para «comunidade». Há uma batalha constante entre os ministérios centralizados, entre os quais há normalmente pelo menos seis que lidam com crianças e famílias, e as autoridades municipais, e os ministérios resistem ferozmente aos esforços de descentralização. Todos os países em transição de uma «economia centralizada para uma economia de mercado», ou seja, de uma economia controlada pelo Estado para uma economia ditada por um mercado livre, estão a sofrer enormes deslocções sociais e dificuldades. As crianças e os idosos são os principais a perderem no grande impulso para

aderir ao capitalismo e para fazer parte daquilo a que todos chamam «a comunidade internacional». Na Roménia, Moldávia, Rússia, Sérvia e Bulgária, grande parte da população vive em situação de opressão e de pobreza primária e os governos no poder são praticamente impotentes para poderem fazer alguma coisa a este respeito. É difícil separar «fazer Serviço Social» nesta parte do mundo do «desenvolvimento de capacidades», promovendo a «sociedade civil» e impulsionando o «pluralismo».

Uma das organizações para as quais trabalho por vezes, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), tem o compromisso formal e o princípio de desinstitucionalização das crianças e de educação integrada para crianças com dificuldades de aprendizagem. No entanto, a abordagem da UNICEF baseada nos direitos vai longe, mas tem as suas limitações. Dizer às nações que se debatem pela sua sobrevivência financeira que confirmaram a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e que o próximo relatório do Secretariado das Nações Unidas em Genebra sobre a situação das suas crianças as envergonhará, não é o poderoso incentivo que nós no Ocidente pensamos que é. Um fator muito mais poderoso será talvez a adesão à NATO e o acesso à União Europeia estarem dependentes de melhorias duradouras dos planos de proteção das crianças.

Do mesmo modo, as políticas seguidas pelo Banco Mundial e pela União Europeia, ao abrigo das quais os empréstimos são condicionados a compromissos no sentido de não introduzir benefícios universais para as crianças, causam problemas intermináveis aos países em transição. Todavia, os vilões da globalização, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, têm a sua razão. Grande parte da Europa de Leste está a funcionar normalmente, como se Estaline ou Tito ainda existissem. Continua a existir a confiança nos supostos benefícios da indústria pesada, nas imensas burocracias estatais inexplicáveis e num aparelho de segurança enorme e pouco transparente. Um em cada catorze adultos em Montenegro está envolvido em subornos à polícia. A República do Montenegro, frequentemente apresentada como um microestado eficiente, com a mesma população da cidade de Glasgow, tem dezoito ministérios, dezanove agências governamentais, um Presidente, um Primeiro-Ministro e três Vice-Primeiros-Ministros. Está tudo perdoado, Câmara Municipal de Glasgow. A joia da coroa industrial de Montenegro é a sua fundição de alumínio. Apesar de receber enormes subsídios do Estado e de utilizar 40 por cento da eletricidade do país, tem enormes perdas. A população há muito sofredora é agora obrigada a suportar cortes diários de energia. Muitos montenegrinos sonham que o petróleo seja descoberto no Mar Adriático como solução

imediate. Estas relíquias são agravadas por uma grande economia paralela, por ninguém pagar impostos sobre o rendimento e por uma corrupção profundamente enraizada que permeia todos os níveis da vida pública.

O que tem isso a ver com o Serviço Social? Muita coisa. A adoção na Roménia, a forma como os Centros de Serviço Social na Sérvia funcionam e os mecanismos de justiça juvenil são influenciados pela corrupção e as tentativas internacionais que visam os benefícios sociais tornaram-se um pesadelo, devido à dificuldade de distinguir «os que têm» e «os que não têm» na economia cinzenta, como é chamada. Instituições públicas como os serviços sociais têm um estatuto extremamente baixo associado a uma tolerância baixa para com as famílias problemáticas. Parece-me que a maior ameaça à segurança e à construção de um sentimento de paz consigo próprios e com os seus vizinhos nos países em transição é a incapacidade de construir serviços públicos eficazes e aquilo a que habitualmente se chama uma «rede de segurança». O setor privado, um modelo de empreendedorismo em comparação, é frequentemente impulsionado pela máfia. Dez anos de sanções na Jugoslávia conduziram a técnicas de sobrevivência extraordinárias e, mais grave ainda, a uma elite de «empreendedores do conflito». Um bom carro alemão pode ser comprado por praticamente nada na Bulgária, em Montenegro ou no Kosovo, mas não os tentem retirar destes países, porque os proprietários podem vir a descobri-lo.

Os códigos de família nos países balcânicos também tendem a garantir que as crianças fiquem presas às instituições, porque são mais pró-família do que centrados na criança. Na Jugoslávia, por exemplo, as crianças com mais de cinco anos de idade não podem ser plenamente adotadas e os tribunais ficam muito relutantes em retirar os direitos parentais. Declarar as crianças como abandonadas sem o consentimento parental é muito difícil. Consequentemente, as crianças definham em instituições desde o nascimento até aos 18 anos, sem que sejam feitos planos para ou com elas.

Apesar dos enormes problemas e frustrações, o Serviço Social na Europa de Leste é sempre gratificante, uma vez que existe uma verdadeira vontade para a mudança e uma facilidade de transferência de ideias. Em várias ocasiões, os países da Europa de Leste perceberam sem dúvidas que a probabilidade de aderir à União Europeia ou de receber ajuda financeira dos Estados Unidos depende do desenvolvimento do apoio à infância e da aplicação dos padrões da UE. Estes incentivos não estão disponíveis na China e na Rússia, pelo que são necessários novos incentivos à reforma em matéria de proteção de menores. Ser signatário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança oferece alguma influência na promoção da proteção de menores. Todavia, descobri que a

revisão dos orfanatos na China para a *Save the Children* não teve os mesmos benefícios que na Europa de Leste e a mesma facilidade de transferência de ideias e de conceitos. A política de uma só criança e a rejeição total das crianças do sexo feminino exigiam abordagens bastante diferentes. O direito a ser educado numa família é praticamente o único argumento convincente neste caso. Não é de admirar que a China seja o líder no mercado em matéria de adoção internacional.

A Rússia aderiu ao Conselho da Europa em julho de 1996. Parte do preço de se tornar membro deste Conselho foi a suspensão da pena de morte e a abertura dos «*Gulags*», nos quais costumavam ser encarcerados aqueles que criticavam o sistema soviético e que agora aprisionam crianças. Eu estava lá em 1996, quando as colónias penais foram abertas e foi-nos permitido vê-las por dentro. Não é tão mau como eu esperava, mas talvez esteja a ganhar calo. Espero que não. Os programas do Conselho da Europa nos Montes Urais, uma área remota e vasta no centro da Rússia, têm um grande número de colónias penais. No entanto, eles estão a tentar criar possibilidades de prevenção, melhorando os regimes nestas colónias e os serviços de apoio à posteriori. Podem-se relatar bons resultados em abordagens individuais da intervenção com crianças nas colónias penais. A prevenção continua a ser um enorme problema numa área em que 50 por cento dos jovens libertados em amnistias, em 2001, regressaram às colónias. Pelo menos, são alimentados e têm uma cama na penitenciária.

Numa recente visita de estudo à Escócia e à Alemanha, uma delegação russa relatou que uma das características mais marcantes que encontrou foi a tolerância pública em relação à criminalidade juvenil na Europa Ocidental. Não há praticamente tolerância pública para com os crimes que envolvem pessoas e bens na Rússia. A resposta moral às crianças e aos jovens em conflito com a lei determina as modalidades de organização que daí resultam. Isso significa que existe um enorme diferencial no nível de cuidados oferecidos às crianças que são vítimas e às que infringem a lei⁵. As crianças que sofreram nas mãos de adultos são, na sua maioria, responsabilidade dos municípios. Isso significa que os lares de crianças beneficiam do patrocínio e da generosidade dos Presidentes de Câmara eleitos e que muitos destes lares que visitei na Rússia são de alto nível. Em contrapartida, as crianças e os jovens que infringem a lei são da responsabilidade federal da «GUIN», a modestamente designada, *Directorate for Punishments and Executions* principal.

Embora o Conselho da Europa tenha conseguido forçar uma mudança de propriedade da «GUIN», do *Ministry of Internal Affairs* e do *MVD* (a polícia) para o

Ministry of Justice, a mudança de atitude não acompanhou a mudança de gestão. Fundamentalmente, trata-se de um problema de apropriação de questões difíceis. As crianças e os jovens que infringem a lei são vistos como um problema a ser tratado pelo Estado, de preferência o mais longe possível e fora do caminho. Em consequência, Oblast de Sverdlovsk, uma região com o dobro da dimensão do Reino Unido, cuja capital é Ekaterinburg, tem cerca de quarenta e três instituições fechadas. A criminalidade de adultos e jovens na Rússia parece ter sido transferida para os Urais, da mesma forma que as fábricas o haviam sido, peça a peça, perante o massacre alemão durante a Segunda Guerra Mundial. As penas severas contribuem para um enorme problema: estima-se que dois milhões de crianças e jovens se encontram em colónias penais na Federação Russa. Não é exagero afirmar que algumas crianças recebem três anos de pena numa colónia penal por roubarem um saco de batatas e podem, também, ficar em prisão preventiva durante anos a fio. Diz-se que há uma tendência marcada para que os prisioneiros sejam considerados culpados, independentemente de quaisquer provas em contrário, por receio de que sejam declarados inocentes e que isso levante verdadeiras questões legais e morais nos casos em que uma pessoa tenha estado dois anos em prisão preventiva, a aguardar a condenação e a sentença. A GUIN é gerida a partir de Moscovo e os colaboradores decentes e humanos das Penalizações e Execuções queixam-se amargamente de negligência constante por parte de Moscovo, ao permitir-lhes apenas manter um mínimo básico. A energia elétrica é desligada pelas empresas de eletricidade locais, os alimentos não chegam, porque os fornecedores não são pagos e os salários dos colaboradores não chegam de um mês para o outro. Cerca de 70 por cento das crianças nas colónias penais não recebem visitas domiciliárias e o termo «órfão social» tem um significado real nos Urais russos. Há uma necessidade urgente de criar programas de prevenção eficazes na Rússia. Sem uma rede de segurança básica, as crianças e os jovens vulneráveis continuarão a sangrar em instituições fechadas.

Atualmente, estou envolvido em ajudar a construir uma Estratégia de Cuidados Intensivos para os Urais. Talvez a conquista mais duradoura deste trabalho tenha sido um trabalho intensivo realizado com um Grupo de Profissionais da *Penal Colony* para rapazes em Kirovgrad e Krasnoturinsk e o *Remand Center* para Mulheres em Ekaterinburg, com cerca de 1500 crianças e jovens. Foi alcançado um acordo com a GUIN para permitir ao Grupo de Profissionais trabalhar como embaixadores para a reforma do trabalho com jovens delinquentes. Trata-se de uma evolução muito significativa. Pela primeira vez na Federação Russa, a GUIN está a considerar o valor de trabalhar ao lado das crianças sobre

os motivos dos seus crimes, quer sejam sociais ou outros. O Grupo de Profissionais está a ser autorizado a iniciar o processo de apoio extensivo seis meses antes das crianças serem libertadas e, depois, a trabalhar fora dos muros da prisão, formulando planos de apoio e supervisão com as equipas de Serviço Social na comunidade. O Grupo de Profissionais está também a ser autorizado a trabalhar noutras regiões da Rússia, a fim de divulgar a palavra e as boas práticas. Os profissionais escoceses que trabalharam neste programa nos Urais podem afirmar ter tido resultados significativos.

Outra iniciativa está localizada na Ossétia do Norte, no Cáucaso. Foi-me pedido pelo Conselho da Europa para avaliar a necessidade de uma intervenção psicossocial com crianças refugiadas envolvidas nos dois conflitos com a Rússia, na Chechénia. Cerca de 7000 crianças foram mortas ou mutiladas por minas e muitas delas sofrem de traumas graves. Achei o Norte do Cáucaso uma poderosa mistura da cultura soviética e oriental: calorosa e generosa e, ao mesmo tempo, impermeável aos sistemas e à organização. Crianças de famílias carenciadas eram enviadas para Centros de Reabilitação durante doze semanas, para serem «reabilitadas». Não ficou claro que trabalho foi feito com as suas famílias durante este período, mas o imperativo soviético de centralizar tudo e de utilizar os centros para curar todos os males sociais não mudará de um dia para o outro. Acompanhado como sou pelos ministérios de Moscovo em todas as visitas, pouco parece ter mudado na vasta Federação Russa.

A minha semana habitual

Este tipo de trabalho afeta-nos e dificulta que assentemos num único local. O Serviço Social Internacional é um trabalho adequado para quem é viciado em trabalho. Ter dez compromissos por dia é comum. A oportunidade de usar o facto de sermos estrangeiros para conseguir algum proveito, é provavelmente o que causa mais entusiasmo. Os ministros do Governo recebem-nos, porque, provavelmente, somos da Europa Ocidental. Ajuda ser-se escocês nos países em transição, visto que praticamente todos viram e acreditaram no filme *Braveheart* – O Desafio do Guerreiro e muitos veem a Escócia como um país espezinhado e marginalizado pelo nosso poderoso vizinho.

Uma semana habitual de trabalho nos Balcãs começaria o dia em reunião com um Presidente de Câmara às 8 horas da manhã, para lhe pedir que destinasse apartamentos para os jovens que lutam por uma vida independente, após terem passado as suas vidas institucionalizados e, desafiando-o, silenciosamente, a atender as chamadas no seu telemóvel. Uma das minhas memórias mais duradouras dos últimos dez anos é a de

quando negocieei o acesso ao homem que dirigia a Roménia, com a ajuda de um jornalista escocês, Bob Wylie. Sabíamos que o orçamento do próximo ano estava a ser preparado, pelo que pedi ao Secretário-Geral que reservasse fundos para a criação de departamentos de proteção de menores e para o acolhimento de crianças. Tratava-se de um homem que carregava num botão na sua secretária no seu vasto gabinete e os ministros do Governo apareciam como cogumelos após a chuva. Para o meu espanto, ele convocou o Ministro das Finanças e deu-lhe instruções para dedicar fundos do orçamento romeno precisamente para estes fins. O Secretário-Geral inclinou-se sobre a sua secretária e, intensamente, perguntou, «Mais alguma coisa?». Ele era um homem ocupado.

Os dias típicos eram passados a tentar persuadir os cétricos ministérios a aceitarem que existiam verdadeiras janelas de oportunidade para redistribuir os colaboradores das instituições para trabalharem no acolhimento, em creches e no apoio às crianças que se preparam para uma vida independente. A reunião seguinte seria com psicólogos, assistentes sociais e advogados experientes, a liderarem um *workshop* sobre como tratar os utentes por igual, como beneficiários de serviços e não como objetos do Estado de Bem-Estar. Muitas horas nos Balcãs foram tipicamente passadas a trabalhar com assistentes sociais na aplicação prática da «resiliência» (Haggerty *et al.* 1994), no que diz respeito às crianças e às famílias. Existe uma tradição bem instalada no mundo pós-soviético de ver as famílias carenciadas através de um espetro que sublinha a fraqueza, as disfunções e as insuficiências. A «Defectologia» é uma ciência exata nesta parte do mundo, que alimenta os resultados sobre as crianças nas famosas *Comissions for Categorisation of Children*, com classificações como criança que sofre de «oligofrenia» (cérebro pequeno), uma condição desconhecida noutras partes do mundo. Muito trabalho está agora a ser feito para mudar a ênfase no Serviço Social, no sentido de identificar e desenvolver os pontos fortes das crianças, das suas famílias e nas técnicas de prevenção. Por conseguinte, a próxima reunião poderá ser realizada conjuntamente com as pessoas que estão a elaborar a nova *Child Protection Act* na Bulgária, contendo secções específicas sobre a forma de proteger as crianças, definindo o conceito de crianças em risco, especificando com precisão as responsabilidades das novas equipas municipais de proteção de menores e enumerando os critérios de seleção das famílias de acolhimento.

E para o futuro?

Em quase todas as nações nos Balcãs, os serviços sociais não recuperaram de longos anos de controlo central, de guerras e de dependência absoluta nas soluções

institucionais públicas para os problemas sociais privados. Felizmente, a comunidade internacional aceita agora a necessidade de criar competências dos serviços sociais como parte do processo de descentralização, de «municipalização» e de democracia renovada. Os ministérios centralizados estão a ser encorajados a preocuparem-se com as normas, metodologias, inspeção e formação e a deixarem as autoridades locais municipais gerirem a vertente operacional do Serviço Social.

É difícil descrever os meus sentimentos pessoais ao sentir o impacto que uma pessoa de confiança e considerada «séria» pode ter ao contribuir para uma mudança duradoura. Provavelmente, a melhor forma de o descrever é estar no lugar certo, no momento certo.

Demorei muito tempo a compreender por que razão as crianças não são uma prioridade maior nos países em transição. Vindo de uma cultura onde as crianças e a infância são respeitadas, pelo menos de uma forma pública, é difícil visitar dezenas de instituições chocantes, nas quais as crianças com deficiências profundas se encontram presas como sardinhas enlatadas, como no Kosovo; ver crianças ciganas a viverem em buracos no chão, como na Bulgária; e famílias inteiras a viverem à beira da estrada, sem absolutamente nada a que chamem seu, como na Roménia. No entanto, as crianças são fáceis de encontrar e não tão difíceis de devolver. Devido à dificuldade em declarar os bebés como abandonados e livres para adoção, conheço um lugar onde dezenas de bebés bonitos e saudáveis definham durante anos, devido à inércia do sistema e dos seus funcionários. Não me atrevo a dizer onde. Na cidade de Kosovo, em 2000, tive um cargo que equivalia ao de Ministro da Infância na Administração Interina das Nações Unidas e que me tornou enormemente impopular junto dos membros americanos da comunidade internacional em particular, uma vez que tentei manter a porta firmemente fechada para a adoção internacional. Eu sabia que havia famílias no Kosovo que adotariam bebés abandonados.

Penso que há muito discurso ocioso sobre a Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas (que os Estados Unidos ainda não ratificaram) e que uma quantidade ilimitada de dinheiro é desperdiçada em conferências intermináveis sobre os «Direitos da Criança». Todavia, uma das verdadeiras satisfações que tive ao longo dos últimos onze anos ao tentar praticar Serviço Social em contextos internacionais foi a tentativa de converter a retórica em realidade. Os artigos 7.º e 9.º da Convenção falam do direito que assiste às crianças de crescerem em famílias. O principal objetivo do meu trabalho ao longo dos últimos anos tem sido o de tentar manter o maior número possível de crianças

nas suas próprias famílias e de fazer regressar a casa o maior número possível de crianças institucionalizadas. O ponto 2 do artigo 18.º e o ponto 3 do artigo 27.º exigem que os Estados prestem assistência às famílias no desempenho das suas responsabilidades parentais. Este é o mais difícil de todos os imperativos no âmbito da Convenção das Nações Unidas para os países em transição. Nos países onde a pobreza afeta a maior parte da população e onde as crianças são assistidas pelos serviços sociais, geralmente em instituições, devido à pobreza em si, como pode o Serviço Social prevenir isso? Poucos países em transição resolveram este problema. No entanto, medidas bastante simples como a reintrodução de alimentos nas escolas e o redirecionamento de alimentos e de serviços de saúde para famílias carenciadas, feita pelas organizações de ajuda internacional, podem manter algumas delas unidas.

De certa forma, o problema da «mentalidade» (e eu detesto a palavra) é o maior obstáculo a uma mudança real na Europa de Leste. As velhas formas de fazer as coisas persistem, os médicos de família continuam a aconselhar as mães carenciadas a colocarem os seus filhos em instituições, nas quais as crianças entram muito facilmente, mas não saem com a mesma facilidade, porque são grandes empregadoras nas comunidades desfavorecidas. Quanto mais crianças, maior é o orçamento. A alínea b) do artigo 37.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança estabelece que as instituições devem ser utilizadas como último recurso e pelo período mais curto e apropriado. No entanto, o Estado Comunista acreditou que não precisava de apoiar as famílias no que era considerado um sistema «perfeito» e, para as famílias que necessitassem, o Estado assumiria o seu papel, em instituições. As revisões do apoio à infância e os seus planos são agora moeda corrente nas nações da Europa Oriental (artigo 25.º). Vários projetos financiados pela UNICEF estão agora a dar prioridade à redução das instituições, reintegrando as crianças nas suas casas e tentando reconstruir as capacidades dos centros locais de serviços sociais. Não será surpresa saber que os colaboradores das instituições temem pelos seus empregos e que as garantias de serem redistribuídos para trabalhos estimulantes nos serviços de apoio à família, com base na comunidade, não os convencem. A Jugoslávia pós-Milosevic é um exemplo de uma nação disposta a considerar a redistribuição de colaboradores de instituições para trabalhar em iniciativas comunitárias de prevenção e de apoio à família.

Como o Reino Unido está a tornar-se mais internacional e a integração e o alargamento europeus são prioridades comuns, espero que as autoridades locais, o setor privado e o Governo escocês pensem a nível internacional. Creio que nós, na Escócia,

temos muito a oferecer às democracias emergentes e mesmo as visitas e destacamentos de curta duração para os países em transição podem ser de grande valor, especialmente se forem apoiadas por visitas de estudo. A lendária hospitalidade dos escoceses, combinada com uma vontade real de partilhar as lições que aprendemos na formação dos serviços sociais desde a Segunda Guerra Mundial, tornaram as visitas de estudo importantes elementos de reforço da capacidade destes mesmos serviços nos Balcãs. Pude, uma e outra vez, apontar abordagens e métodos aprendidos na Escócia, aplicados por delegados dos Balcãs nos próprios países aquando dos seus regressos. Talvez a mensagem mais dramática que foi aprendida desde as várias revoluções naquilo que era o bloco comunista desde 1990 seja que a transição para uma economia de mercado simplesmente não funcionará até e a menos que as populações se sintam protegidas e que tenham um interesse na nova ordem. Para este processo, o Serviço Social escocês pode dar um contributo duradouro.

Notas

¹ O objetivo do «*Intermediate Treatment*» era permitir que uma maior proporção de jovens delinquentes reincidentes permanecesse na comunidade (Smith 1988).

² A redescoberta da pobreza nos anos 60, no Reino Unido, deu origem a várias comissões sobre o nível de vida e deu origem a novas políticas governamentais, incluindo o *Urban Aid Programme, Educational Priority Areas and Community Development Projects*. Estas iniciativas foram financiadas apenas a curto prazo e muitos dos que apoiaram a sua introdução ficaram desiludidos com os resultados.

³ As equipas britânicas dos serviços sociais foram chamadas a prestar aconselhamento na criação de novos sistemas de serviços sociais e organizações sociais em vários novos países sem instituições sociais após o desmembramento da URSS ou onde o papel do Estado precisasse de ser consolidado nas jovens democracias (Douglas e Philpot 1998: 164).

⁴ «Desenvolvimento de capacidades» refere-se à necessidade do «saber-mostrar» e «saber-fazer» na ajuda ao Governo central e às autoridades locais a mobilizarem os ingredientes para a proteção das crianças; «sociedade civil» descreve aquilo a que chamaríamos o contributo do setor privado, dos grupos comunitários, das igrejas e dos sindicatos, para a definição de políticas sociais; e «pluralismo», neste contexto, significa mais pessoas envolvidas do que apenas o Estado.

⁵ Esta situação contrasta fortemente com o *Children's Hearing System* na Escócia, que procura não fazer qualquer distinção entre crianças com problemas judiciais e crianças que necessitam de apoio dos serviços sociais (Lockyer e Stone 1998).

Referências bibliográficas

Douglas, A. e Philpot, T. (1998) *Caring and Coping: A Guide to Social Services*, London: Routledge.

Haggerty, R., Sharrod, L., Garnezy, N. e Rutter, M. (1994) *Stress, Risk and Resilience in Children and Adults: Processes, Mechanisms and Interventions*, Cambridge: Cambridge University Press.

Lockyer, A. e Stone, F. (1998) *Juvenile Justice in Scotland: 25 Years of the Welfare Approach*, Edinburgh: P. and P. Clark.

Smith, D. (1988) «Social work with offenders», in R. Adams, L. Dominelli and M. Payne (eds) *Social Work: Themes, Issues and Critical Debates*, Basingstoke: Macmillan.

Capítulo III - Comentário à tradução

Pretende-se, nesta etapa, comentar a proposta de tradução da primeira parte da obra de Vivienne E. Cree, *Becoming a Social Worker*, composta pela introdução e os cinco primeiros capítulos, a partir da análise de alguns casos selecionados. O objetivo é comparar os casos selecionados no texto de partida com os seus correspondentes no texto de chegada, de forma a identificar os principais obstáculos à tradução e compreender em que medida a tradução afetou a mensagem e a leitura do texto.

De seguida, apresentar-se-ão três categorias, nas quais foram classificados os casos selecionados consoante a sua natureza: 1. Vocabulário «culturalmente sensível», 2. Vocabulário especializado/técnico e 3. Registo de língua coloquial. Por sua vez, cada categoria foi novamente dividida em subcategorias menores, por se ter considerado que os casos refletem diversas questões mais específicas.

Como já foi referido, a seleção de casos aqui apresentada para análise é o resultado de um trabalho prévio de levantamento de todos os casos que, na primeira leitura do *corpus* selecionado, durante a sua tradução e nas revisões subsequentes, se consideraram suscetíveis de levantar problemas e/ou diferentes possibilidades de tradução e que, por isso, se entenderam como relevantes para comentar.

Por se tratar de um trabalho de natureza académica, procurou-se sustentar todas as interpretações feitas à luz de fundamentos teóricos, para a análise e respetivo comentário.

1. Vocabulário culturalmente sensível

O *corpus* selecionado apresenta um certo número de casos que, do ponto de vista da tradução, se revelaram problemáticos pela sua natureza. Neste ponto, o foco da atenção na análise recairá sobre todos os casos subcategorizados como referentes a etnias e como referentes a questões individuais (caraterísticas físicas, psicológicas e socioculturais) e comportamentais. Para além destas duas subcategorias, a atenção da análise recairá, ainda, sobre alguns casos com diversas referências culturais.

Entendeu-se que as questões em análise nesta categoria são de relevo no texto de partida, para os assistentes sociais que colaboraram em cada um dos capítulos, uma vez que o Serviço Social é uma profissão que recorre a um olhar biopsicossocial sobre aqueles junto de quem intervém, na defesa dos seus direitos, na promoção da sua capacitação e que respeita as diferenças individuais e coletivas, utilizando-as como forças motrizes para

a mudança social e dos paradigmas dos seus utentes. Por este motivo, procurou-se, portanto, espelhar estes aspetos também no texto de chegada.

1.1. Vocabulário referente a etnias

As referências étnicas surgem com grande frequência ao longo do *corpus*, revelando-se, portanto, como uma característica bastante marcada deste texto. A tradução, alicerçada no princípio de que o texto de chegada deveria refletir, sempre que possível, a cultura de partida na língua de chegada, não afetando, por isso, a experiência do leitor-alvo, procurou lidar de diferentes modos com os casos que evidenciam esta característica. Entendeu-se traduzir desta forma, também, porque os vários autores que colaboraram no texto de partida, com a partilha das suas experiências pessoais e profissionais em Serviço Social, referem, de um modo geral, uma divisão existente entre etnias, consideradas minorias, bem como o preconceito e discriminação que estas sofrem.

O quadro que se segue, apresenta os casos mais relevantes neste aspeto, em ambos os textos:

Quadro 2. Vocabulário referente a etnias

Texto de Partida	Cap., Pg.	Texto de Chegada	Cap., Pg.
«reflecting as it does my own white, aspiring middle-class, small-town-Scotland upbringing»	Intro., 6	«refletindo, por isso, a minha educação como pessoa branca, de classe média-alta, de uma pequena cidade escocesa»	Intro., 31
«Asian, black, white»		«asiáticos, negros e brancos»	Intro., 32
«to the four young white men»	I, 11	«aos quatro jovens brancos»	I, 36
«whites show me»		«que os brancos me possam mostrar»	
«being one of only two black social work students on the programme»	I, 12	«ter sido um de apenas dois estudantes negros no curso»	I, 38
«I grew up in a predominantly white area in greater London»		«Cresci numa área predominantemente branca na Grande Londres»	
«a white South African girl»	III, 34	«uma rapariga sul-africana branca»	III, 64
«her father did not like black people in his house»		«que o pai não gostava de pessoas negras em casa»	
«black pupils to stick to dance and sport»		«os alunos negros a limitarem-se à dança e ao desporto»	
«a white middle-class woman»	III, 36	«uma mulher branca de classe média»	III, 66
«because they saw a black and a white person together having fun»		«porque viam uma pessoa negra e uma branca a divertirem-se juntas»	

«It consisted of Somalian and Eritrean refugee families, white working-class families, wealthy Jewish families as well as Indian, West Indian and African communities»	III, 37	«Era constituída por famílias de refugiados somalianos e eritreus, famílias brancas da classe operária, famílias judaicas ricas, bem como comunidades indianas, caribenhas e africanas»	III, 67
--	---------	---	---------

Após uma primeira leitura dos casos, é possível perceber que a grande questão se prendeu com a tradução das palavras «white» e «black» na língua de chegada. É certo que ambas as palavras, tanto na língua e cultura de partida como de chegada, poderão estar associadas a uma utilização considerada pejorativa, em particular a palavra «black». Por este motivo, optou-se por uma tradução não tão literal e direta da palavra, adotando-se como solução em todo o texto de chegada, de forma mais ou menos generalizada, pelo correspondente «negro». Salienta-se que, para além desta solução, existia, também, a possibilidade de tradução de «black» por «preto». Todavia, entendeu-se que, pelo motivo já referido, esta tradução poderia não ser a mais adequada.

Bhabba (1994, 162) fala da diferença cultural na tradução, referindo que «(...) cultural difference faces us with a disposition of knowledges or a distribution of practices that exist beside each other (...) that has to be negotiated rather than sublated». O autor entende que esta diferença cultural não se deve basear apenas nas polaridades e pluralidades a que se refere, sendo necessário ter em atenção conhecimentos e práticas coexistentes, que necessitam ser negociados. Hermans (2006) corrobora esta ideia, pois afirma que a tradução negocia a diferença, que pode surgir sob diversas formas.

A diferença a que se referem os autores, nos casos em análise, verifica-se na forma como ambas as palavras são percecionadas nas suas culturas. Em inglês, língua de partida do *corpus*, a palavra «black», apesar da informação que carrega, acaba por não ter um impacto tão marcado na leitura do texto, revelando-se um pouco mais neutra que a sua correspondente direta na língua de chegada, «preto». Ainda que «negro» e «preto» se refiram à mesma realidade, à mesma «cultural difference» (Bhabba 1994, 162), o impacto da utilização de cada uma em português é diferente. Enquanto «negro» consegue adotar, à semelhança do que acontece em inglês, uma posição mais neutra, ainda que marcada, «preto» faz-se carregar de um conotação pejorativa e discriminatória em relação a esta etnia. Deste modo, considerou-se que a tradução de «black» por «negro» conseguia transmitir o mesmo sentido do texto de partida para o texto de chegada, na mesma intensidade.

Vejam-se, então, os seguintes casos:

- «being one of only two black social work students on the programme» (I, 12) / «ter sido um de apenas dois estudantes negros no curso» (I, 38);
- «her father did not like black people in his house» (III, 34) / «que o pai não gostava de pessoas negras em casa» (III, 64);
- «black pupils to stick to dance and sport» (III, 34) / «os alunos negros a limitarem-se à dança e ao desporto» (III, 64);
- «because they saw a black and a white person together having fun» (III, 36) / «porque viam uma pessoa negra e uma branca a divertirem-se juntas» (III, 66).

Em todos os casos, a opção de tradução passou sempre por fazer corresponder «black» a «negro», como já foi referido. É possível perceber, também, que, tanto no texto de partida como no texto de chegada, as palavras em questão surgem associadas a outras, geralmente a qualificarem-nas. Optou-se, assim, por manter este aspeto na tradução, como se pode verificar pelos exemplos anteriores.

Um pouco à semelhança disso, a palavra «white» foi traduzida pelo seu correspondente direto na língua de chegada: «branco»^a. É evidente que existiriam outras soluções de tradução, como «caucasiano», por exemplo, que, no entanto, não funcionariam da mesma forma no texto de chegada. Um dos motivos para tal é a facilidade com que a palavra «caucasiano» consegue neutralizar algum do impacto que «white» – e, por conseguinte, «branco» – tem no texto, eliminando, de certo modo, uma característica importante do texto de partida para o leitor do texto de chegada, nomeadamente a existência de tensão racial e de preconceito. Não sendo esta palavra tão suscetível de estar associada a questões de preconceito e de discriminação racial como a palavra «black», esta tradução seria adequada.

Vejam-se, portanto, os seguintes exemplos:

- «reflecting as it does my own white, aspiring middle-class, small-town-Scotland upbringing» (Intro., 6) / «refletindo, por isso, a minha educação como pessoa branca, de classe média-alta, de uma pequena cidade escocesa» (Intro., 31);
- «to the four young white men» (I, 11) / «aos quatro jovens brancos» (I, 36);
- «whites show me» (I, 11) / «que os brancos me possam mostrar» (I, 36);
- «I grew up in a predominantly white area in greater London» (III, 34) / «Cresci numa área predominantemente branca na Grande Londres.» (III, 64);

^a As palavras *black* e *white* foram traduzidas na língua de chegada como referido do corpo de texto, mas em concordância em número e género com as restantes palavras.

- «a white South African girl» (III, 34) / «uma rapariga sul-africana branca» (III, 64);
- «a white middle-class woman» (III, 36) / «uma mulher branca de classe média» (III, 66).

Nestes exemplos, é possível verificar que a palavra surge, também, associada a outras palavras, qualificando-as ou descrevendo pessoas, lugares ou contextos, contrariamente à palavra «black», que apenas descreve e qualifica pessoas. Assim sendo, «white» tem, no texto de partida, uma maior amplitude semântica, aspeto este que se manteve no texto de chegada, sem deturpações de sentido. Tal amplitude abrange contextos e vivências culturais, por exemplo.

Ambas as palavras «black» e «white» existem nas culturas de partida e de chegada carregadas de noções pré-concebidas e de estereótipos acerca das realidades a que se referem. Por este motivo, foi necessário refletir tais noções e estereótipos na tradução, na mesma medida em que surgem no texto de partida, de forma que não se alterasse o seu sentido. Segundo Davis (2009), a desconstrução – conceito aplicável na tarefa de tradução destes casos – é uma estratégia de tradução que tem como objetivo transferir o significado entre palavras e repensá-las a nível linguístico, semântico e político. A desconstrução terá estado presente, principalmente, aquando da tradução da palavra «black» por «negro» ao invés de «preto», uma vez que foi necessário desconstruí-la nas suas diferentes possibilidades na língua de chegada, tendo por base o impacto cultural de ambas.

Apesar de existirem os correspondentes «negro» e «preto» na língua de chegada para a palavra «black», a tradução mais direta seria a mais adequada, ou seja, «preto». Desta forma, foi possível manter-se o sentido do texto na língua de chegada, respeitando a questão cultural que lhe está subjacente.

Já nos casos em que se encontra a palavra «white» traduzida por «branco», verifica-se a utilização da equivalência como procedimento. Portanto, existindo um correspondente direto na língua de chegada, optou-se por recorrer a essa solução, tendo em consideração que assim se respeitaria a questão cultural e que o texto de chegada conseguiria, por isso, reproduzir o sentido do texto de partida.

No seguinte caso, é possível verificar que a mesma lógica foi aplicada, mantendo a tradução direta das palavras no texto de chegada: «It consisted of Somalian and Eritrean refugee families, white working-class families, wealthy Jewish families as well as Indian, West Indian and African communities» (III, 37) / «Era constituída por famílias de

refugiados somalianos e eritreus, famílias brancas da classe operária, famílias judaicas ricas, bem como comunidades indianas, caribenhas e africanas» (III, 67).

À luz do que defendem autores como Hermans (2006) e Bhabba (1994), a tradução destes casos representa sempre a diferença entre culturas. Tymoczko (2014) reforça esta ideia, acrescentando que as representações culturais poderão mudar, à medida que são construídas através da tradução feita por outras culturas.

1.2. Vocabulário referente a características individuais e comportamentais

À semelhança das referências étnicas, o vocabulário do *corpus* é também marcado por uma forte presença de questões consideradas sensíveis do ponto de vista cultural, tais como as características individuais (caraterísticas físicas, psicológicas e socioculturais) e comportamentais.

O quadro que se segue apresenta os casos que refletem estas questões e a análise e comentário subsequentes irão procurar tratá-los mediante este aspeto.

Quadro 4. Vocabulário referente a características individuais e comportamentais

Texto de Partida	Cap., Pg.	Texto de Chegada	Cap., Pg.
«(often presented as black and gay people)»	Intro., 2	«como da população negra e da população homossexual»	Intro., 26
«disabled people»	Intro., 3	«pessoas portadoras de deficiência»	Intro., 27
«They were either calculating scroungers or poor souls who were better off without social work interference»	Intro., 5	«Ou eram vistos como parasitas calculistas ou como pobres almas que estariam melhor sem qualquer interferência»	Intro., 31
«bottled up his pain and suffering»		«que se tinha estado a automutilar»	I, 38
«he had been cutting himself»		«procurou camuflar toda a sua dor e sofrimento com o álcool»	
«Hooked on booze and depressed»	I, 13	«Viciado na bebida e deprimido»	I, 39
«as he was not ‘out’ to his friends and family»		«pois não se tinha assumido para os seus amigos e família»	
«‘You’re untreatable – you’re an addict’»	I, 14	««Não há tratamento possível, você é um viciado»»	I, 40
«I had to endure hostility against ‘the vacees’»	II, 22	«tive de enfrentar a hostilidade contra os «vacees»»	II, 49
«the kids had seen him ‘shooting-up’ (injecting drugs)»	II, 27	«que as crianças o tinham visto a «dar para a veia» (a injetar droga)»	II, 56
«he tried to cut his wrists»	II, 31	«tentou cortar os pulsos»	II, 61
«young black gay men»	III, 37	«jovens negros e homossexuais»	III, 68

Nos seguintes casos, estão presentes tanto as características físicas como psicológicas:

- «(often presented as black and gay people)» (Intro., 2) / «como da população negra e da população homossexual» (Intro., 26);
- «young black gay men» (III, 37) / «jovens negros e homossexuais» (III, 68).

Na língua de partida, «black» e «gay» surgem, à semelhança do que foi referido no subponto anterior, como questões culturais e, para fins de tradução, importa perceber o impacto que os seus correspondentes poderão ter na língua de chegada. A palavra «black», já explorada, foi traduzida por um dos seus correspondentes, «negro». A palavra «gay» apresentou também dois correspondentes na língua de chegada, em concreto «gay» e «homossexual». Todavia, e por se considerar que na cultura de chegada a palavra «homossexual» consegue, tal como «negro», funcionar de uma forma um pouco mais neutra, entendeu-se que seria a opção de tradução mais adequada. Optar por «gay» ao invés de «homossexual» não teria comprometido nem deturpado a mensagem do texto de partida no texto de chegada, mas, certamente, o impacto que «gay» tem nas duas culturas é diferente, sendo esta palavra aceite melhor na língua de partida. A sua tradução por «homossexual» prendeu-se com este motivo, revelando, assim, estar menos associada a uma conotação pejorativa e discriminatória.

Ainda em relação ao primeiro caso, salienta-se que «people» foi traduzido por «população», por se ter entendido que a tradução por «pessoas», no contexto da frase na língua de chegada, poderia, de certo modo, reforçar alguma da conotação menos positiva que se pretendeu evitar. Van Dijk (2000, 6) refere o seguinte, sobre estas questões: «(...) if we want to know what ideologies actually look like, how they work, and how they are created, changed and reproduced, we need to look closely at their *discursive manifestations*^b». O autor reforça, portanto, a noção de que as línguas são influenciadas pelas culturas nas quais se inserem e que, por isso, demonstram muito acerca destas. O autor acrescenta ainda que o discurso e o seu significado estão inseridos em situações e estruturas sociais e que estas são, por sua vez, construídas, validadas e normalizadas pelo discurso.

^b Itálico utilizado pelo autor.

Um outro caso mereceu uma atenção especial: «(...) the afro (...)» (III, 40) / «(...) cabelo afro (...)» (III, 72). É evidente que, na tradução, foi acrescentada uma nova informação: o cabelo. Isso aconteceu, porque, no texto de partida, era facilmente identificado a que se referia a palavra «afro» no contexto da frase em que se insere. Já na língua de chegada, apesar de também se perceber, esta informação não estaria tão clara para o leitor-alvo como estava para o leitor do texto de partida. Nesta lógica, é possível identificar, como estratégia de tradução, a clarificação. Segundo Berman (1985), a clarificação preocupa-se com os níveis de clareza da percepção das palavras e dos seus significados e, neste caso em concreto, considerou-se que apenas «afro» não seria suficiente para transmitir ao leitor a ideia de que, no texto escrito em inglês, se estava a referir a um atributo físico das pessoas de descendência africana. Assim, a tradução complementou a informação do texto de partida.

Veja-se agora o seguinte caso: «(...) disabled people (...)» (Intro., 3) / «(...) pessoas portadoras de deficiência (...)» (Intro., 27). O caso de «disabled people» é igualmente controverso em termos de tradução. Uma tradução direta, apontada por Vinay e Darbelnet (1995) como uma das sete estratégias de tradução mais recorrentes, poderia, à semelhança de outros casos já vistos, trazer ao texto de chegada uma mensagem diferente da que é transmitida no texto de partida, pelo menos em termos do seu impacto cultural. Enquanto, em inglês, «disabled» é uma palavra que não aparenta carregar uma conotação negativa e/ou pejorativa, a sua correspondente em português, «deficiente», não usufrui desta mesma característica. Na língua de chegada, traduzir «disabled people» por «pessoas deficientes» (ou, até mesmo, por «deficientes») seria, não só reforçar estereótipos e preconceitos, como também deturparia aquilo que se entende no texto de partida. «Disabled people» funciona sem problema na língua de partida, não só pelo facto de não ter, então, uma conotação pejorativa associada, mas também pelo facto de «people» reforçar e enfatizar a importância da pessoa, redireccionando-lhes a atenção, ao contrário do que aconteceria se se tivesse optado pela tradução como «deficientes» ou, até mesmo, por «pessoas deficientes».

Assim sendo, a melhor correspondência encontrada foi «pessoas portadoras de deficiência», comumente utilizada em Serviço Social e com uma conotação menos negativa e, talvez, um pouco mais neutra. Neste caso, é possível apontar novamente a adaptação como estratégia utilizada (Vinay e Darbelnet 1995). Na lógica de Berman (1985), verifica-se, também, a expansão como tendência de tradução, na medida em que o caso na língua de chegada é maior, em número de palavras, que na língua de partida. O

autor acrescenta que a expansão pode ser, por vezes, vazia e não acrescentar nada de novo à tradução e, ainda que se possa constatar isso neste caso, a verdade é que só assim se conseguiu transmitir a mesma mensagem, sem contribuir para a propagação de juízos de valor.

Vejam-se, agora, os seguintes casos:

- «bottled up his pain and suffering» (I, 13) / «procurou camuflar toda a sua dor e sofrimento com o álcool» (I, 39);
- «he had been cutting himself» (I, 13) / «que se tinha estado a automutilar» (I, 38);
- «Hooked on booze and depressed» (I, 13) / «Viciado na bebida e deprimido» (I, 39);
- «the kids had seen him ‘shooting-up’ (injecting drugs)» (II, 27) / «que as crianças o tinham visto a «dar para a veia» (a injetar droga)» (II, 56);
- «he tried to cut his wrists» (II, 31) / «tentou cortar os pulsos» (II, 61).

Todos estes casos evidenciam questões comportamentais, ou seja, referem-se, de uma forma ou de outra, a atitudes e comportamentos descritos no texto de partida. De um modo geral, estes casos descrevem comportamentos considerados desviantes, como o consumo excessivo e a dependência do álcool e de outras drogas e a automutilação corporal. Em inglês, as palavras utilizadas descrevem tais comportamentos de uma forma direta e sensível. A tradução para o português procurou, por isso, espelhar, sempre que possível, estas características. Retoma-se aqui a ideia explorada no início deste ponto acerca do Serviço Social enquanto profissão que lida com pessoas em situações de fragilidade e de vulnerabilidade social, com realidades diversas e complexas. Estes casos retratam, de certo modo, estas realidades com que os assistentes sociais, autores dos vários capítulos do texto de partida, se deparam nas suas práticas profissionais, motivo pelo qual se encontram em análise neste capítulo.

Procurou-se seguir a lógica de equivalência e de tradução literal que Vinay e Darbelnet apontam (1995), em palavras como «bottled up», «hooked on booze» e «shooting-up», que foram traduzidas como «camuflar», «viciado na bebida» e «dar para a veia». Considerou-se que, apesar da realidade mais delicada a que se referem, estes casos não suscitariam problemas na língua de chegada, tendo em conta as suas representações nesta cultura. Assim, manteve-se a mensagem no texto de chegada.

Salienta-se, também, que, na língua de partida, as três palavras pertencem a um registo de língua coloquial e, na língua de chegada, manteve-se esta característica apenas nas últimas duas. Todavia, apesar de se mudar o nível de língua, «camuflar» transmite, sem deturpações, o mesmo sentido de «bottled up».

Chama-se à atenção para os casos em específico com as palavras «cutting» e «cut». A opção de tradução de um destes casos («cut» traduzido por «cortar») acabou por seguir a mesma lógica utilizada nos casos anteriores. Todavia, no caso de «cutting», optou-se por uma correspondência na língua de chegada que fosse menos direta, não tanto por uma questão cultural, mas por uma questão de construção da frase. É certo que a frase «que ele se tinha estado a cortar» funcionaria em português em termos de sentido, mas o mesmo não aconteceria em termos de fluência.

Uma vez mais, importa referir a questão cultural presente em todos estes casos. Para tal, cita-se Bhabba (1994), que defende que não basta estar-se ciente das diferenças entre culturas, é necessário ir mais além e perceber o que constituem estas mesmas diferenças:

It is not adequate simply to become aware of the semiotic systems that produce signs of culture and their dissemination. Much more significantly, we are faced with the challenge of reading, into the present of a specific cultural performance, the traces of all those diverse disciplinary discourses and institutions of knowledge that constitute the condition and contexts of culture (Bhabba 1994, 163).

Nos seguintes casos, percebe-se que se referem a ambas as questões individuais, em termos de características socioculturais e comportamentais:

- «They were either calculating scroungers or poor souls who were better off without social work interference» (Intro., 5) / «Ou eram vistos como parasitas calculistas ou como pobres almas que estariam melhor sem qualquer interferência» (Intro., 31);

- «‘You’re untreatable – you’re an addict’» / ««Não há tratamento possível, você é um viciado»» (I, 40).

Ambos revelam a forma como, no texto de partida, algumas pessoas são vistas e tratadas pela sociedade. Trata-se de realidades da cultura de partida que o texto de chegada procura, de certo modo, refletir sem deturpações de sentido. Bassnet e Trivedi

(2002, 6) reforçam esta questão, ao afirmarem que as traduções «(...) are always embedded in cultural and political systems, and in history».

No entanto, no segundo caso em concreto, a tradução não espelha tão diretamente esta ideia de culpabilização de alguém pelo seu consumo e dependência, em ambas as orações. Ao invés disso, a segunda oração na língua de chegada representa toda esta mensagem.

Os casos abaixo destacados mereceram, também, uma atenção especial:

- «as he was not ‘out’ to his friends and family» (I, 13) / «pois não se tinha assumido para os seus amigos e família» (I, 39);
- «I had to endure hostility against ‘the vacees’» (II, 22) / «tive de enfrentar a hostilidade contra os «vacees»» (II, 49).

Verifica-se, uma vez mais, em ambos a questão cultural subjacente. Todavia, no primeiro caso a mensagem é facilmente transmitida ao leitor do texto chegada, ainda que não tenha sido traduzida de forma literal, mas equivalente («out» traduzido por «assumido»; outro correspondente poderia ter sido «estar fora do armário»). No segundo caso, há uma informação que se perde, por se manter uma palavra do texto de partida – «the vacees». Optou-se por lidar com este caso através de uma nota de tradução em rodapé^c para explicar ao leitor do texto de chegada o sentido do termo, visto não existir na sua língua.

Retomando a lógica de Van Dijk (2006), é possível perceber e confirmar, através destes casos, que a língua é a manifestação das ideologias de uma cultura, representando a forma como funcionam, como são criadas e como são reproduzidas.

1.3. Referências culturais diversas

Nesta subcategoria, analisar-se-ão os casos selecionados e categorizados com referências culturais diversas, à luz dos vários princípios e estratégias referidos até ao momento, apresentados no quadro que se segue.

Quadro 3. Referências culturais diversas

Texto de Partida	Cap., Pg.	Texto de Chegada	Cap., Pg.
«uniformed organisations»	Intro., 5	«escuteiros»	Intro., 30

^c Ver página 50.

«Addiction Services for Wolverhampton Health Care NH Trust»	Intro., 11	«Addictions Service do Wolverhampton Health Care NHS Trust»	Intro., 36
«the Church of England Children's Society»	II, 22	«da Church of England Children's Society»	II, 50
«the National Children's Home»	II, 24	«do National Children's Home»	II, 52
«YTS (Youth Training Scheme)»	II, 27	«YTS (Youth Training Scheme)»	II, 56
«we were all in the netball team!»	III, 34	«todas nós estávamos na equipa de netball!»	III, 64
«Access Course to Social Work (...) three-year BA (Hons) in Social Work and Diploma in Social Work at university»	III, 35	«Access Course to Social Work (...), um BA (Hons) de três anos e um Diploma em Serviço Social na universidade»	III, 66
«The Voice (a black journal)»	III, 36	«The Voice (uma revista afro-caribenha)»	
«run by the Student Community Action society»	IV, 44	«dirigidos pela associação Student Community Action»	IV, 78
«it offered an MA in social work»	IV, 45	«oferecia um MA integrado em Serviço Social»	IV, 79
«a Saturday Club for children»	IV, 46	«um Saturday Club para as crianças»	IV, 81
«the Leaving Care team»	IV, 48	«a equipa do Leaving Care»	IV, 84
«an organisation called CREDO»	IV, 50	«uma organização chamada CREDO»	IV, 86
«The government's White Paper, Valuing People»		«O Livro Branco do Governo, Valuing People»	
«(...) with Lanarkshire County Social Work Department in the West of Scotland»	V, 53	«(...) no Lanarkshire County Social Work Department, no oeste da Escócia»	V, 90
«Castlemilk and Estearhouse Area Offices»		«os gabinetes da área de Castlemilk e Easterhouse»	
«day assessment with children»		«gabinetes de avaliação com crianças»	
«Strathclyde Regional Council»		«Strathclyde Regional Council»	V, 91
«Braveheart»	V, 58	«Braveheart – O Desafio do Guerreiro»	V, 97

De um modo geral, optou-se por manter na língua de chegada os vários casos, por empréstimo. Dos casos que seguiram esta lógica, destacam-se os seguintes:

- «Addiction Services for Wolverhampton Health Care NH Trust» (Intro., 11) / «Addictions Service do Wolverhampton Health Care NHS Trust» (Intro., 36);
- «the Church of England Children's Society» (II, 22) / «da Church of England Children's Society» (II, 50);
- «the National Children's Home» (II, 24) / «do National Children's Home» (II, 52);

- «*YTS (Youth Training Scheme)*» (II, 27) / «YTS (Youth Training Scheme)» (II, 56);
- «we were all in the netball team!» (III, 34) / «todas nós estávamos na equipa de *netball!*» (III, 64);
- «a Saturday Club for children» (IV, 44) / «um *Saturday Club* para as crianças» (IV, 81);
- «run by the Student Community Action society» (IV, 54) / «dirigidos pela associação *Student Community Action*» (IV, 78);
- «the Leaving Care team» (IV, 48) / «a equipa do *Leaving Care*» (IV, 84);
- «(...) with Lanarkshire County Social Work Department in the West of Scotland» (V, 53) / «(...) no *Lanarkshire County Social Work Department*, no oeste da Escócia» (V, 90);
- «Strathclyde Regional Council» (V, 53) / «*Strathclyde Regional Council*» (V, 91).

Como se pode verificar, todos os casos em destaque remetem para a cultura de partida, através de referências a locais, a instituições e a atividades que existem apenas no contexto da realidade britânica. Uma vez que as realidades que são mencionadas através destes casos não existem na cultura de chegada, entendeu-se que a tradução deveria mantê-las, em itálico, recorrendo, assim, ao princípio de transmitir a cultura de partida no texto de chegada. Desta forma, transpôs-se para o texto de chegada a mesma informação para o público-alvo, evitando deturpações e perdas de sentido.

Salienta-se que no caso de «netball» se optou por manter a palavra, por se referir a uma prática desportiva que existe somente na cultura de partida e que na língua e cultura de chegada não tem um correspondente direto. Todavia, por se tratar de uma atividade desportiva que, à semelhança de outras foi também importada para a cultura portuguesa, entendeu-se que o seu empréstimo no texto de chegada seria de fácil compreensão para o leitor-alvo. Para além disso, o contexto da frase em que se insere este caso permite complementar este mesmo aspeto.

Todavia, e como nem sempre foi possível recorrer à mesma estratégia de tradução para lidar com os vários casos destacados, entendeu-se, em certas instâncias, mais adequado traduzir por equivalência e por adaptação:

- «uniformed organisations» (Intro., 5) / «escuteiros» (Intro., 30);
- «Castlemilk and Easterhouse Area Offices» (V, 53) / «os gabinetes da área de Castlemilk e Easterhouse» (V, 90);

- «day assessment with children» (V, 53); / «gabinetes de avaliação com crianças» (V, 90).

Em alguns dos casos agora em destaque é possível verificar que as realidades para que remetem cada um existem em ambas as culturas, ainda que sob diferentes expressões. O caso de «uniformed organisations» representa isso, pois, na cultura britânica remete para a generalidade de atividades de escutismo, que incluem aquilo que designam como «girl guiding», «army cadets», «sea cadets» e «real air force cadets». Assim sendo, optou-se por fazer corresponder este caso ao seu equivalente mais próximo na língua de chegada, «escuteiros», transpondo, na medida do possível, a mesma informação para o leitor-alvo da tradução. Salienta-se que «uniformed organisations» dispõe de uma maior amplitude semântica na língua de partida, que não foi possível alcançar da mesma forma na língua de chegada.

Optar por manter o termo por empréstimo causaria algum efeito de estranhamento no texto, que se considerou desnecessário, uma vez que a estratégia adotada confere a mesma função ao texto de chegada. No caso de «Castlemilk and Estearhouse Area Offices» optou-se por traduzir, também, por correspondência e, assim, recorreu-se a «gabinetes da área (...)» para designar, de forma próxima, esta realidade.

O último caso em destaque, «day care assessment with children», provou ser um caso, não de correspondência para a língua de chegada, mas sim de adaptação. Uma vez que o conceito por detrás deste termo existe somente na língua e cultura de partida – e, pelo que foi possível aferir pelas pesquisas realizadas sobre o mesmo, existe circunscrito apenas na realidade que é descrita pelo autor deste capítulo –, a solução mais viável encontrada para lidar com este caso foi adaptá-lo à língua e cultura de chegada. A adaptação, «gabinetes de avaliação com crianças», ocorreu somente ao nível semântico e linguístico, procurando-se, assim, transmitir a sua conotação e forma mais próxima.

Vejam-se, agora, os seguintes dois casos:

- «Access Course to Social Work (...) three-year BA (Hons) in Social Work and Diploma in Social Work at university» (III, 35) / «Access Course to Social Work (...), um BA (Hons) de três anos e um Diploma em Serviço Social na universidade» (III, 66);

- «it offered an MA in social work» (IV, 45) / «oferecia um MA integrado em Serviço Social» (IV, 58).

Nestes casos, evidencia-se, novamente, a estratégia de empréstimo, porque se mantiveram no texto de chegada os mesmos termos utilizados no texto de partida, em itálico. O sistema de ensino superior inglês difere do sistema de ensino superior português em vários aspetos, um dos quais é a atribuição de títulos académicos. Inicialmente, havia-se entendido adaptar, dentro do possível, os vários títulos utilizados no sistema de ensino superior inglês aos do sistema português, mas facilmente se verificou que esta estratégia não traria os melhores resultados, porque, nas várias ocorrências dos casos que se repetem, nomeadamente «BA (Hons)» e «Diploma», as traduções teriam de ser diferentes em português o que causaria, de algum modo, a deturpação do seu verdadeiro sentido. Com vista a evitar que isso acontecesse e que a leitura do público-alvo desta tradução não ficasse comprometida, entendeu-se ser mais adequado manter os títulos académicos tal como surgem no texto de partida, em itálico, e ainda que contribuam assim para a criação de um efeito de estranhamento no texto, o sentido destes casos nas várias ocorrências é transposto para a tradução.

Manter estes e outros casos já apresentados em inglês tem a vantagem de permitir ao leitor do texto de chegada recorrer à internet e de conseguir chegar à informação precisa sobre a realidade apresentada pelos termos em inglês.

Por fim, vejam-se os seguintes casos:

- «*The Voice* (a black journal)» (III, 36) / «*The Voice* (uma revista afro-caribenha)» (III, 66);
- «The government's White Paper, *Valuing People*» (IV, 50) / «O Livro Branco do Governo, *Valuing People*» (IV, 96);
- «*Braveheart*» (V, 58) / «*Braveheart* – O Desafio do Guerreiro» (V, 97).

Uma vez mais, à semelhança de outros casos já analisados e comentados, é possível verificar e identificar que se procurou lidar com a tradução destes casos por equivalência e por empréstimo. Optou-se pela equivalência no segundo e terceiro caso, não por não existirem na cultura de chegada, mas por designarem questões concretas, como títulos de documentos e de filmes. Salienta-se, ainda, que se recorreu, no último caso, a uma tradução já existente do título do filme, «*Braveheart* – O Desafio do Guerreiro».

Chama-se à atenção agora para o primeiro caso. Como é possível verificar, a tradução de «*The Voice* (a black journal)» acrescentou uma nova informação ao texto: «afro-caribenha». Isso sucedeu, porque, uma tradução direta de «black journal» por

«revista preta» ou por «revista negra», não só faria com que a expressão se tornasse assemântica na língua de chegada, pelo facto de que «preta» ou «negra» estariam a caracterizar a revista, não em termos da cultura a que se refere e que procura representar, mas em termos dos seus atributos físicos (cor), como estaria, ainda, a promover o uso de uma linguagem pejorativa e discriminatória. A solução que, entretanto, se entendeu como mais viável seria «revista africana». No entanto, através de uma breve pesquisa sobre este caso em concreto, foi possível verificar que esta revista era, na verdade, afro-caribenha, tendo sido, por isso, esta a solução adotada no texto de chegada. Considerou-se que, deste modo, o sentido e a informação presentes no texto de partida chegam de forma similar ao texto de chegada, sem recorrer à utilização de uma linguagem pejorativa, como já foi referido, e sem comprometer o seu sentido.

A desconstrução esteve uma vez mais presente, na medida em que permitiu que o significado entre palavras fosse transferido e que estas fossem repensadas a nível linguístico, semântico e político, em particular neste último caso (Davis 2009). Retoma-se aqui o que Van Dijk (2006) refere sobre a questão cultural, subjacente à tradução de todos os casos analisados e comentados até este ponto, em concreto todos os etnicamente marcados, na medida em que as línguas são a manifestação das ideologias de uma cultura.

2. Vocabulário especializado/técnico

O *corpus* selecionado caracteriza-se, também, por ter uma grande quantidade de termos técnicos que são utilizados pelos vários autores. Por se tratar de um texto que aborda as experiências profissionais de assistentes sociais que atuam em diversos contextos, considerou-se relevante analisar e comentar alguns casos com esta natureza.

Como referido anteriormente, Cavaco-Cruz (2012) afirma que *técnica* se refere a uma ampla variedade de situações, tanto teóricas como práticas, e que o conceito de *tradução técnica* se tem «(...) multiplicado e complicado ao longo dos tempos (...)» (Cavaco Cruz 2012, 16). Segundo este autor, a tradução técnica refere-se à tradução de textos especializados sobre ciências e tecnologias, de áreas específicas do saber que incluem uma linguagem especializada utilizada por uma comunidade de especialistas.

Os casos que se seguem foram subcategorizados pelo seu uso em Serviço Social nas duas culturas. Para além disso, estes casos foram selecionados também pelas várias questões e possibilidades de tradução que levantaram, à semelhança dos anteriores.

A tradução de termos técnicos exigiu recorrer frequentemente à técnica da equivalência, tal como é definida por Nida (1964). Para o autor, não é possível afirmar

que duas línguas sejam idênticas, quer no significado das suas palavras quer na forma como essas palavras se organizam nas orações e nas frases. Por isso, não existe uma correspondência absoluta entre línguas e na tradução deve-se procurar a correspondência mais próxima, como refere Nida (1964, 129): «(...) one must in translating seek to find the closest possible equivalent», princípio que se procurou seguir nos casos que a seguir se comenta.

Nida (1964) refere, também, que a tradução deve ter como base três fatores básicos, nomeadamente, a natureza da mensagem, o propósito do autor e, por conseguinte, do tradutor, e o tipo de leitor. Estes fatores foram tidos em consideração no presente trabalho em análise. O autor acrescenta, ainda, que nem sempre o propósito do tradutor é o mesmo que o do autor, tendo em conta a função do texto.

Uma teoria que poderá ser útil para explicar, em parte, as várias escolhas de tradução apresentadas até ao momento, bem como as que se seguem, e que aprofunda esta questão da função do texto, é a teoria do *skopos* de Vermeer (1989). Ainda que surja associada à abordagem funcionalista, a teoria do *skopos* reconhece que o texto de chegada deve espelhar o texto de partida, mas tem em conta que isso nem sempre é prático ou desejável. Vermeer (1989) refere que o texto de partida e o texto de chegada podem ou não divergir um do outro em termos de formulação e de distribuição do conteúdo, mas também em termos de função. O que se ressalva nesta teoria é, então, a importância atribuída à função do texto de chegada, que deve ter como base o seu contexto social e cultural.

No presente trabalho, procurou-se, então, seguir esta lógica, na medida em que a função do texto de partida é idêntica à do texto de chegada: dar a conhecer aos leitores-alvo, quer sejam ou não profissionais da área, a realidade do Serviço Social, em diversos contextos, através das experiências pessoais e profissionais de vários assistentes sociais no Reino Unido.

Nesta teoria, Vermeer (1989) não define um único princípio de tradução que deve ser utilizado uniformemente em todos os casos. Ao invés disso, a teoria do *skopos* entende que os princípios e estratégias a serem utilizados devem variar consoante os casos em discussão, algo que se poderá verificar na análise dos casos que se seguem. Para além disso, nesta teoria, Vermeer (1989) aponta e defende que a função do texto de partida pode diferir da função do texto de chegada, pela diferença de necessidades dos dois tipos de leitores-alvo, que pertencem a duas realidades sociais e linguísticas diferentes, como refere Byrne (2006), corroborando, assim, a lógica de Nida (1964).

2.1. Termos técnicos utilizados transversalmente em Serviço Social

O vocabulário em análise neste subponto é técnico e caracteriza-se por ser recorrente essencialmente no âmbito da intervenção dos assistentes sociais, ainda que alguns dos casos não sejam de uso exclusivo da profissão.

O quadro que se segue apresenta, então, os casos selecionados que serão analisados e comentados, tendo por base as dificuldades e possibilidades de tradução que levantaram.

Quadro 4. Termos técnicos utilizados transversalmente em Serviço Social

Texto de Partida	Cap., Pg.	Texto de Chegada	Cap., Pg.
«statutory and independent sectors»		«setores governamentais e independentes»	
«primary (day-care and residential) social work agencies»	Intro., 1	«IPSS em contexto primário, como Centros de Dia e Centros de Acolhimento»	Intro., 25
«community social work»	Intro., 2	«através da intervenção e do desenvolvimento comunitário»	
«managerialism»	Intro., 3	«Administração Pública»	Intro., 27
«radical social workers»	Intro., 5	«os assistentes sociais seguidores da corrente radical do Serviço Social»	
«empowering individuals and groups»	I, 12	«na capacitação de indivíduos e grupos»	I, 37
«structured programme in a residential setting»	I, 14	«programa estruturado em Comunidade Terapêutica»	I, 40
«empowerment work»	I, 18	«trabalho de capacitação»	I, 45
«the means of preventing youngsters unnecessarily being taken into care or custody»	II, 22	«os meios de prevenir que os jovens fossem desnecessariamente colocados sob a intervenção ou sob a custódia dos serviços sociais»	II, 49
«I remember being taught about ADP (anti-discriminatory practice) and self-determination»	III, 36	«Lembro-me de me terem ensinado sobre a prática antidiscriminatória e autodeterminação»	III, 67
«empowering people to overcome their issues»		«capacitar as pessoas para ultrapassarem os seus problemas»	
«I deal with child protection (...) advocacy (...) Referrals»		«lido com a proteção de menores (...) advocacia social (...) Os encaminhamentos»	III, 69
«home visits, family assessments»	III, 38	«fazer visitas domiciliárias, fazer avaliações aos agregados familiares»	
«drop-ins»		«Centros de Acolhimento Temporário (CAT)»	III, 70
«to complete comprehensive assessments of present and future need»	IV, 47	«é fazer avaliações detalhadas das necessidades presentes e futuras»	IV, 82

«supported housing»		«habitação protegida»	IV, 83
«supported living»		«vida apoiada»	
«residential and respite units»	IV, 48	«unidades residenciais e para descanso do cuidador»	IV, 84
«voluntary and statutory sector»	IV, 48	«setor privado e sem fins lucrativos como no público»	
«self-advocacy movement»	IV, 50	«Esta ênfase na autodeterminação»	IV, 86
«families who fail»	V, 55	«famílias problemáticas»	V, 94
«into public care»	V, 60	«assistidas pelos serviços sociais»	V, 100

Vejam-se, em concreto, os seguintes casos:

- «empowering individuals and groups» (I, 12) / «na capacitação de indivíduos e grupos» (I, 37);
- «empowerment work» (I, 18) / «trabalho de capacitação» (I, 45);
- «empowering people to overcome their issues» (III, 36) / «capacitar as pessoas para ultrapassarem os seus problemas» (III, 67);
- «I remember being taught about ADP (anti-discriminatory practice) and self-determination» (III, 36) / «Lembro-me de me terem ensinado sobre a prática antidiscriminatória e autodeterminação» (III, 67);
- «self-advocacy movement» (IV, 50) / «Esta ênfase na autodeterminação» (IV, 86).

Nestes casos verifica-se o emprego de palavras como «empowerment», «empowering», «self-determination» e «self-advocacy», que, no âmbito do Serviço Social, são princípios e estratégias de intervenção dos assistentes sociais, sendo, por isso, consideradas termos técnicos. No caso de «empowerment», «empowering» optou-se por uma tradução que obedeceu, de certo modo, à lógica da equivalência que Vinay e Darbelnet (1995) apontam. Existiam outras possibilidades de tradução correspondentes, nomeadamente, «empoderamento», «empoderar», «empowerment» e todas são reconhecidas na língua de chegada e remetem para a mesma realidade. Todavia, considerou-se mais adequada a tradução de «empowerment» e «empowering» por «capacitação» e «capacitar», essencialmente, por um motivo. O texto de chegada, à semelhança do texto de partida, destina-se aos profissionais da área, mas também aos leitores que, não sendo da área, possam ter interesse por esta temática. Assim, o termo «capacitação» e «capacitar», ao contrário de «empoderamento» e «empowerment», consegue transmitir a ambos os tipos de leitores-alvo aquilo a que se refere. Não obstante,

salienta-se que o correspondente «empoderamento», e, por conseguinte, «empoderar», é mais frequente na língua de chegada, no meio profissional, do que «capacitação» e «capacitar». A sua forma de partida é, de igual modo, recorrentemente utilizada e reconhecida no vocabulário técnico do Serviço Social. Todavia, verifica-se que esta escolha de tradução incorreu uma perda de informação, no que diz respeito ao conceito de *empowerment*. Este conceito vai mais da ideia que capacitar e remete para a lógica de poder dos indivíduos alvo da intervenção dos assistentes sociais, que os torna em sujeitos ativos nas suas trajetórias. Ainda assim, ciente desta perda de informação, optou-se por manter na tradução o termo referido pelos motivos já apresentados.

Para além disso, se se tivesse optado por manter no texto de chegada o termo tal como se encontra no texto de partida, sem tradução, teria sido necessário acompanhá-lo de um esclarecimento, tendo em conta as características do público-alvo já referidas, através de uma nota de tradução em rodapé, por exemplo.

Já no caso dos termos técnicos «anti-discriminatory practice», «self-determination» e «self-advocacy» optou-se pela tradução literal e pela equivalência, respetivamente, como apontam Vinay e Darbelnet (1995). No primeiro caso seguiu-se, então, a estratégia de tradução literal, uma vez que existe um correspondente para o termo na língua de chegada, palavra-por-palavra. Seguiu-se esta estratégia, também, porque, na cultura de chegada, em particular no meio profissional dos assistentes sociais, verifica-se que existe e é recorrente a utilização do termo «prática antidiscriminatória».

No que concerne ainda à utilização desta estratégia de tradução, verifica-se que o seguinte caso foi, também, traduzido segundo esta lógica, não tendo surgido, por isso, deturpações de sentido: «to complete comprehensive assessments of present and future need» (IV, 47) / «é fazer avaliações detalhadas das necessidades presentes e futuras» (IV, 82). Cardoso de Camargo (2001, 37, citada por Byrne 2012) corrobora e legitima a utilização desta estratégia, afirmando que a tradução literal é uma das sete estratégias de tradução mais recorrentes para lidar com os textos técnicos.

No segundo e terceiro caso, «self-determination» e «self-advocacy», optou-se por fazer corresponder ambos a «autodeterminação» na língua de chegada. Todavia, este caso mereceu especial atenção, porque os conceitos na língua e cultura de partida referem-se a estratégias de intervenção distintas, mas complementares, nomeadamente a defesa e a promoção da capacidade que os utentes têm de assumir o controlo das suas vidas e a defesa e a promoção da capacidade que têm de defender os seus direitos, reforçando os aspetos mais importantes em cada uma. Já na língua e cultura de chegada não se verifica

o mesmo, sendo que «autodeterminação» designa «self-determination» e «self-advocacy», não existindo uma distinção clara entre ambos os termos.

À semelhança de «empowerment» e «empowering», poder-se-ia encontrar outra solução para o caso de «self-advocacy»: manter-se o termo em inglês no texto de chegada, por também ser recorrente neste meio profissional a sua utilização sob esta forma. Contudo, esta opção criaria um efeito de estranhamento no texto e levaria a que fosse necessário explicar ao leitor *curioso*, através de nota de tradução em rodapé, por exemplo, o conceito subjacente a este termo. Assim sendo, pode-se concluir que a amplitude semântica do termo «autodeterminação» é maior na língua de chegada, por abranger os dois conceitos que surgem na língua de partida. No entanto, o seu uso não compromete o sentido e a mensagem do texto.

Wright e Wright (1993) defendem que a tradução de textos técnicos, ainda que não seja literal, deve procurar transmitir o sentido do texto de partida, tanto quanto possível, justificando, assim, as estratégias utilizadas até ao momento:

A translation of technical prose, though non-literal, should convey the exact meaning of the original text as directly as possible. Purposeful ambiguities, ungrammatical constructions and the sound combinations which call attention to themselves are the province of literary translation (Wright e Wright 1993, 13).

Bowker (2009), ao escrever sobre terminologia, refere que os tradutores necessitam conhecer as teorias sobre terminologia, uma vez que as têm de pôr em prática quando, por exemplo, relacionam conceitos ou quando têm que, por vezes, criar termos na língua de chegada para aqueles com que se deparam na língua de partida e que não têm correspondentes. Para isso, os tradutores podem recorrer a vários métodos, para além da equivalência, como o «(...) borrowing, loan translation, explanatory paraphrase, adaptation and complete new creation» (Bowker 2009, 288), que se verificarão nos próximos casos.

Analisem-se, agora, os casos seguintes:

- «drop-ins» (III, 38) / «Centros de Acolhimento Temporário (CAT)» (III, 70);
- «home visits, family assessments» (III, 38) / «fazer visitas domiciliárias, fazer avaliações aos agregados familiares» (III, 69);
- «supported housing» (IV, 47) / «habitação protegida» (IV, 83);
- «supported living» (IV, 47) / «vida apoiada» (IV, 83);

- «residential and respite units» (IV, 48) / «unidades residenciais e para descanso do cuidador» (IV, 84).

Nestes cinco casos agora em destaque, começa-se por verificar que, ao contrário dos anteriores, não se referem só a termos técnicos utilizados em Serviço Social que remetem para princípios e estratégias de intervenção, mas também a respostas sociais existentes, ao nível do acolhimento institucional.

Os correspondentes encontrados e adotados existem todos na cultura de chegada, ainda que sob diferentes conceções e lógicas de funcionamento. No caso concreto de «drop-ins» e de «residential and respite units», apesar de serem diferentes respostas sociais de acolhimento institucional, existem na cultura de chegada sob uma lógica semelhante, e, por isso, considerou-se que os seus correspondentes «Centros de Acolhimento Temporário (CAT)» e «unidades residenciais e para descanso do cuidador» seriam capazes de refletir o sentido do texto de partida.

Acrescenta-se, ainda, que em ambas as traduções, a tendência de expansão, apontada por Berman (1985), está igualmente presente, em particular, quando se adicionou à tradução de «drop-ins» por «Centros de Acolhimento Temporário» a respetiva sigla, por serem assim comumente designados no meio profissional. Para além disso, na tradução de ambos os casos, por questões lexicais e não tanto semânticas, a língua de chegada recorre às mais palavras para descrever uma realidade semelhante.

Os restantes casos desta subcategoria seguiram, então, a mesma lógica. No entanto, chama-se a atenção para os seguintes dois casos:

- «the means of preventing youngsters unnecessarily being taken into care or custody» (II, 22) / «os meios de prevenir que os jovens fossem desnecessariamente colocados sob a intervenção ou sob a custódia dos serviços sociais» (II, 49);

- «into public care» (V, 60) / «assistidas pelos serviços sociais» (V, 100).

Após alguma pesquisa, percebeu-se que a noção de «care» na cultura de partida, por ser ambígua, não poderia ser traduzida sempre do mesmo modo ao longo do texto de chegada, ainda que se procurasse seguir a mesma lógica de equivalência.

O termo «care» refere-se à ideia de assistência ou de prestação de cuidados a vários níveis, podendo surgir associada a diversos contextos profissionais como o da saúde («health care»), o social («social care»), entre outros. Em português, uma tradução única deste termo poderia comprometer o seu sentido ao longo do texto e, por

consequente, poderia não transmitir adequadamente a mesma mensagem presente no texto de partida. Por este motivo, optou-se por traduzir, em alguns casos como os que se encontram em análise, «care» e «public care» de formas diferentes: «intervenção (...) dos serviços sociais» e «assistidas pelos serviços sociais». Seguindo-se a estratégia de adaptação em algumas das ocorrências deste caso, as mais distantes do seu sentido na língua de partida, considerou-se que, assim, o leitor-alvo do texto de chegada conseguiria compreender a informação transmitida, sem deturpações de sentido.

Importa, também, referir outro caso que mereceu uma atenção especial: «I deal with child protection (...) advocacy (...) Referrals» (III, 38) / «lido com a proteção de menores (...) advocacia social (...) Os encaminhamentos» (III, 69).

Neste caso, destaca-se o termo «advocacy» que foi traduzido por «advocacia social», uma vez que existe em ambas as línguas e refere-se à mesma realidade. Não obstante, e tendo presente o que se acabou de afirmar, o correspondente de «advocacy» na língua de chegada poderia, à semelhança de outros casos, ter seguido uma lógica de empréstimo (Vinay e Darbelnet 1995), mantendo-se, sem modificações, como surge no texto de partida. No entanto, e por não se considerar relevante seguir com a tradução do termo desta forma, evitando assim causar algum efeito de estranhamento no texto de chegada e incongruência nas estratégias de tradução adotadas nos mesmos termos, optou-se pelo seu correspondente nesta língua. O sentido do texto de partida passou, assim, para o texto de chegada, sem deturpações, e o termo é facilmente reconhecido pelo leitor da área e compreendido pelo leitor *curioso*.

Destacam-se, também, os seguintes casos, que mereceram especial atenção por algumas das questões que levantaram:

- «primary (day-care and residential) social work agencies» (Intro., 1) / «IPSS em contexto primário, como Centros de Dia e Centros de Acolhimento» (Intro., 25);
- «managerialism» (Intro., 3) / «Administração Pública» (Intro., 27);
- «structured programme in a residential setting» (I, 14) / «programa estruturado em Comunidade Terapêutica» (I, 40).

No primeiro caso, importa salientar que «day-care and residential» e «social work agencies» existem ambos na cultura de chegada e que são termos que têm conotação cultural subjacente referente à cultura de partida, pois são termos que remetem para estruturas existentes nesta cultura e que têm formas análogas na cultura de chegada. O mesmo se aplica para o caso de «residential setting» traduzido por «Comunidade

Terapêutica», acrescentando-se, apenas, que o contexto no qual se inseria o termo no texto de partida permitia ao leitor compreender do que se tratava, tendo a tradução cumprido com a transmissão desta informação, tornando-a apenas mais óbvia para o leitor. Salienta-se que traduzir «residencial setting» por «contexto residencial», por exemplo, seria mais abrangente, ambíguo e não cumpriria a mesma função que tem no texto de partida.

No caso de «managerialism» traduzido por «Administração Pública», seguiu-se a lógica até aqui mencionada. Através de alguma pesquisa sobre o termo e sobre a sua utilização na língua portuguesa, percebeu-se que existiam, à partida, duas opções nesta língua, por decaque, para além da utilizada: «managerialismo» e «gerencialismo». Apesar de serem ambas mais recorrentes em termos da sua utilização que a opção escolhida no texto de chegada, considerou-se que não funcionariam da mesma forma que «Administração Pública», podendo causar algum estranhamento ao leitor-alvo que apenas se interessa pela área. Optar por uma das duas soluções não escolhidas implicaria, ainda, a necessidade de clarificar o leitor sobre o conceito subjacente aos termos, quer por nota de tradução em rodapé, quer por expansão (Berman, 1985).

Byrne (2006) refere que existem duas abordagens para a tradução técnica: a abordagem orientada pelo texto de partida e a abordagem orientada pelo texto de chegada. Na primeira, o autor refere a ideia de equivalência como chave e na segunda refere a ideia de relevância. Na análise e comentário dos casos procurou-se, sempre que possível, atingir um equilíbrio entre as duas abordagens.

Retomando o que defende Nida (1964) sobre a equivalência na tradução, existem dois tipos de equivalência, ambos tidos em consideração no presente trabalho em análise: a formal e a dinâmica. A equivalência formal foca-se na mensagem, tanto na sua forma como no seu conteúdo, e a equivalência dinâmica preocupa-se com a expressão natural das palavras na língua de chegada e com a forma como o leitor-alvo recebe essa informação.

Koller (1979, citado por Byrne 2006) acrescenta outros cinco tipos de equivalência: denotativa, conotativa, pragmática, textual-estética e formal. Na análise dos casos selecionados e categorizados como vocabulário técnico, importa ter em conta os dois primeiros níveis referidos pelo autor, que seguem a mesma lógica de Nida (1964). A equivalência ao nível denotativo está presente em todos os casos cujo termo técnico se reproduziu de forma igual ou próxima no texto e, ao nível conotativo, encontra-se presente nos casos em que os termos técnicos foram traduzidos na língua de chegada de forma diferente, tendo sempre em conta o seu sentido e contexto.

A ideia de relevância, defendida por Gutt (1991, citado por Byrne 2006), importa na tradução de termos técnicos, na medida em que tem subjacente uma abordagem de comunicação que se concentra nas necessidades e expectativas do leitor do texto de chegada, questões estas que foram, também, pilares para a tradução.

Vejam-se os seguintes casos:

- «statutory and independent sectors» (Intro., 1) / «setores governamentais e independentes» (Intro., 25);
- «voluntary and statutory sector» (IV, 48) / «setor privado e sem fins lucrativos como no público» (V, 84).

O caso concreto de «statutory» revelou-se um grande desafio para a tradução, ao longo de todo o processo, uma vez que existe com diferentes possibilidades de concretização na língua de chegada, dada a sua vasta amplitude semântica na cultura de partida. Como é evidente, esta amplitude semântica também se manifestou na língua de chegada, em particular, porque o termo «statutory» surgiu sempre associado a diferentes contextos. Como se pode ver, em ambas as ocorrências do termo, as suas correspondências na língua de chegada foram diferentes, não só em função do seu sentido, mas também do contexto em que estavam inseridas.

Vejam-se, por fim, os seguintes casos:

- «community social work» (Intro. 2) / «através da intervenção e do desenvolvimento comunitário» (Intro., 27);
- «radical social workers» (Intro., 5) / «os assistentes sociais seguidores da corrente radical do Serviço Social» (Intro., 27);
- «families who fail» (V, 55) / «famílias problemáticas» (V, 94).

Importa identificar, para além dos métodos já referidos, a expansão, apontada por Berman (1985) e a modulação, segundo Vinay e Darbelnet (1995). A modulação verifica-se quando foi necessário alterar a ordem da frase e a classe dos seus componentes para transmitir, de forma eficaz, a mesma mensagem ao leitor-alvo. Os correspondentes no texto de chegada cumprem a sua função, tendo sido necessário, para isso, expandir cada caso, recorrendo a um maior o número de palavras para a sua explicação.

No caso «families who fail» traduzido por «famílias problemáticas», salienta-se que a tradução contribuiu apenas para a introdução de um de termo técnico no texto de chegada, uma vez que este é, também, um termo recorrente no Serviço Social.

Nos casos comentados até este ponto, é possível constatar que, em termos de tradução, se seguiu a lógica de Wright e Wright (1993). Os autores referem três principais objetivos estilísticos que o tradutor deve ter em atenção no processo de tradução de um texto de natureza técnica e que foram, de certo modo, seguidos no presente trabalho em análise: a clareza, a concisão e a precisão.

2.2. Termos técnicos utilizados em Serviço Social, na cultura de partida

À semelhança do subponto anterior, analisar-se-ão, agora, os casos que dizem respeito aos termos técnicos que são utilizados no âmbito profissional dos assistentes sociais, na cultura de partida, destacados no quadro que se segue.

Estes casos consideraram-se pertinentes para a presente análise por, de um modo geral, não terem um correspondente direto ou próximo na língua e cultura de chegada e, também, pela sua conotação cultural.

Quadro 5. Termos técnicos utilizados em Serviço Social, na cultura de partida

Texto de Partida	Cap., Pg.	Texto de Chegada	Cap., Pg.
«child care teaching»	Intro., 3	«formação na área dos cuidados infantis»	Intro., 28
«holistic assessments»	I, 13	«avaliações holísticas»	I, 38
«immediate risk assessment»		«avaliação de risco imediato»	
«the Southdown council estate, Bath»	II, 23	«bloco de habitações sociais do concelho»	II, 50
«no statutory powers»	II, 28	«não têm poderes legais»	II, 58
«statutory ones»	II, 29	«projetos do Estado»	
«statutory social workers»	II, 30	«assistentes sociais no setor público»	II, 60
«The team consists of (...) two youth workers, two learning mentors, an education welfare officer, a Connexions co-ordinator and a learning support unit»	III, 37	«A equipa é constituída por (...) dois técnicos de apoio a jovens, dois mentores de aprendizagem, um técnico social de apoio à educação, um Coordenador do <i>Connexions</i> e uma unidade de apoio à aprendizagem»	III, 68
«Appropriate Adult interview»	III, 39	«acompanhar uma utente africana a uma entrevista numa esquadra da polícia, na qual eu estava presente como uma figura adulta apropriada»	III, 72
«statutory assessment»	III, 41	«diagnósticos de necessidades educativas especiais»	III, 74
«support worker»	IV, 44	« <i>support worker</i> »	IV, 79

«adult services»	IV, 46	«serviços de apoio a adultos»	IV, 81
«children's team»		«equipa de apoio a adultos»	
«children's services»	IV, 47	«equipa de apoio a crianças»	IV, 82
«adult teams»		«serviços de apoio a crianças»	

Vejam-se, em concreto, os seguintes casos:

- «child care teaching» (Intro., 3) / «formação na área dos cuidados infantis» (Intro., 28);
- «immediate risk assessment» (I, 13) / «avaliação de risco imediato» (I, 38);
- «holistic assessments» (I, 13) / «avaliações holísticas» (I, 38);
- «adult services» (IV, 46) / «serviços de apoio a adultos» (IV, 81);
- «children's team» (IV, 47) / «equipa de apoio a crianças» (IV, 82);
- «children's services» (IV, 47) / «serviços de apoio a crianças» (IV, 82);
- «adult teams» (IV, 47) / «equipa de apoio a adultos» (IV, 82).

Em todos estes casos, tal como nos próximos, é possível, num primeiro momento, referir que colocaram alguns desafios à tradução, por se referirem a uma realidade específica e particular do contexto da cultura de partida, neste âmbito profissional, e por não terem, conseqüentemente, correspondências diretas e/ou evidentes na língua e cultura de chegada. Procurou-se encontrar soluções que permitissem ao leitor do texto de chegada ficar a conhecer a existência dos fenómenos típicos da cultura de partida, evitando, sempre que possível, que isso introduzisse obstáculos à compreensão do texto ou elementos de estranhamento.

No segundo e terceiro caso, apesar de não existirem correspondentes diretos ou próximos na língua e cultura de chegada, foi possível traduzi-los literalmente, por serem termos cuja designação permite uma fácil compreensão para o leitor-alvo. Teve-se por base, então, o que defende Cardoso de Camargo (2001), a propósito da utilização da tradução literal nos textos técnicos, tal como foi referido no subponto anterior.

No caso de «child care teaching», traduzido por «formação na área dos cuidados infantis», importa referir que surge, uma vez mais, o termo de grande amplitude semântica na língua de partida, «care», desta vez composto (à semelhança de «public care»), que se traduziu, por adaptação ao seu sentido neste contexto específico, como «área dos cuidados infantis». Já «teaching», entendeu-se que se referia, no contexto mais abrangente da frase em que se insere, à «formação» de profissionais nesta área.

Nos restantes casos, verifica-se, à luz do que aponta Berman (1985), a tendência para a expansão no texto de chegada, uma vez que se acrescentou aos termos a palavra *apoio*, com a intenção de clarificar e esclarecer o sentido presente no texto de partida, evitando, assim, que o leitor-alvo perdesse alguma informação. Salienta-se, uma vez mais, que estes casos também não têm equivalentes diretos na língua e cultura de chegada.

Os seguintes três casos mereceram uma atenção especial, nomeadamente pelas questões culturais subjacentes:

- «the Southdown council estate, Bath» (II, 23) / «bloco de habitações sociais do concelho» (II, 50);
- «Appropriate Adult interview» (III, 39) / «acompanhar uma utente africana a uma entrevista numa esquadra da polícia, na qual eu estava presente como uma figura adulta apropriada» (III, 72);
- «The team consists of (...) two youth workers, two learning mentors, an education welfare officer, a Connexions co-ordinator and a learning support unit» (III, 37) / «A equipa é constituída por (...) dois técnicos de apoio a jovens, dois mentores de aprendizagem, um técnico social de apoio à educação, um Coordenador do *Connexions* e uma unidade de apoio à aprendizagem» (III, 68);
- «support worker» (IV, 44) / «*support worker*» (IV, 79).

De acordo com o que defende Bowker (2009) sobre a terminologia na tradução, procurou-se criar termos que correspondessem semanticamente àqueles que surgem no texto de partida. Assim sendo, «youth workers», «learning mentors», «education welfare officer», «Connexions co-ordinator» e «learning support unit» foram casos concretos que necessitaram desta intervenção na tradução, passando a corresponder, no texto de chegada, a «técnicos de apoio a jovens», «mentores de aprendizagem», «técnico social de apoio à educação», «Coordernador do *Connexions*» e «unidade de apoio à aprendizagem». Destes casos, três permitiram que se criassem termos correspondentes, recorrendo à lógica da tradução literal, nomeadamente «learning mentors», «Connexions co-ordinator» e «learning support unit». Já os outros dois, «youth workers» e «education welfare officer», suscitaram a necessidade de pesquisa sobre os seus significados e emprego na língua de partida, de forma a compreender aquilo a que se referem, uma vez que no contexto do texto de partida esta informação não é clara, a menos que se tenha conhecimento destas realidades profissionais na cultura de partida.

Com base nisso, e tendo em particular atenção a noção de clareza de Wright e Wright (1993), procurou-se que a tradução transmitisse, sempre que possível, o mesmo

sentido que no texto de partida de forma clara e sem necessidade de informações adicionais, evitando causar um efeito de estranheza para o leitor de chegada.

No segundo caso, «Appropriate Adult interview», optou-se por expandir o seu significado no texto, explicando ao leitor. Perdeu-se a informação de que este é um termo técnico específico da cultura de partida, do Serviço Social nesta cultura, mas manteve-se, dentro do alcançável, o seu sentido na tradução.

Já no caso de «support worker» não foi possível, pela sua definição, encontrar um correspondente na língua de chegada, nem criar uma solução de tradução o mais próxima possível. Optar por traduzir literalmente o termo causaria algum efeito de estranhamento no texto, uma vez que se refere a uma realidade que não é reconhecida na cultura de chegada. Optar por utilizar palavras ou, até mesmo, termos já existentes na língua de chegada para designar esta realidade, contribuiria para uma ambiguidade e falta de clareza no texto. Recorrer a uma destas duas estratégias faria com que se perdesse alguma informação e que, por conseguinte, esta não chegasse ao leitor-alvo. Assim, considerou-se pertinente manter este termo na sua forma original. Verifica-se, pois, o empréstimo como estratégia de tradução, segundo Vinay e Darbelnet (1995). Todavia, manter o termo por si só não seria suficiente para lidar com toda a questão envolvente, uma vez que, ainda assim, o leitor de chegada continuaria sem ter acesso à mesma informação que o leitor de partida. Para tal, entendeu-se oportuno definir o conceito, de acordo com a pesquisa efetuada, através de uma nota de tradução em rodapé.

Retoma-se, agora, o primeiro caso identificado acima. A expressão «council estate» refere-se a uma realidade particular dos bairros sociais na cultura de partida. Ainda que não seja exatamente idêntica à realidade destes bairros na cultura de chegada, optou-se pelo seu equivalente mais próximo, «bairros sociais», que consegue transmitir ao leitor-alvo a ideia que está na base do conceito de «council estate».

Munday (2009) refere que a questão cultural está presente na tradução, inclusive nos casos de tradução técnica, pois as palavras carregam sempre uma conotação associada à cultura na qual se inserem: «(...) even seemingly technical words can have ‘cultural baggage’ attached to them according to readership» (Munday 2009, 85). Retoma-se, aqui, a lógica de Nida (1964) sobre a distância cultural na tradução. O autor refere que quanto mais distantes forem as línguas e as suas culturas, mais problemas e dificuldades poderão surgir no processo de tradução. Neste caso, embora Portugal e o Reino Unido não tenham culturas muito distantes, os dois países têm diferenças na forma como a profissão é organizada e exercida, o que se verifica pelos casos em análise.

Por último, vejam-se os seguintes casos, que remetem, uma vez mais, para a questão da tradução do termo «statutory»:

- «no statutory powers» (II, 28) / «não têm poderes legais» (II, 58);
- «statutory ones» (II, 29) / «projetos do Estado» (II, 58);
- «statutory social workers» (II, 30) / «assistentes sociais no setor público» (II, 60);
- «statutory assessment» (III, 41) / «diagnósticos de necessidades educativas especiais» (III, 74).

Como já foi referido anteriormente, a tradução deste termo revelou-se um grande desafio, ao longo de todo o processo, devido à sua grande amplitude semântica na língua de partida. Para lidar com este caso, foi necessário adaptá-lo sempre ao contexto da frase e da cultura de chegada, mas tendo por base o seu significado. Assim sendo, nas quatro ocorrências do termo, as traduções foram totalmente diferentes, em função disso. Optou-se pelo rigor e precisão na tradução do significado do termo, sacrificando-se a coerência nas soluções de tradução ao longo do texto.

A última ocorrência do termo, «statutory assessment» traduzida por «diagnósticos de necessidades educativas especiais», levantou a necessidade de pesquisa sobre o seu significado, o que permitiu concluir que, de facto, não existe um correspondente na língua de chegada, por se referir a uma realidade particular da cultura de partida. Assim sendo, lidou-se com esta ocorrência através da sua adaptação à língua e à cultura de chegada.

Importa referir que, em todos os casos analisados e comentados nesta subcategoria, tal como os que foram comentados na subcategoria anterior, os princípios da teoria do *skopos* de Vermeer (1989) e as abordagens referidas por Byrne (2006), em particular a abordagem orientada pelo texto de partida, foram tidos em consideração aquando da tradução.

3. Registo de língua coloquial

Neste ponto, comentar-se-ão os casos selecionados pela sua natureza coloquial. À semelhança de todas as categorias e subcategorias em análise, o texto de partida é composto por um vocabulário de um registo de língua coloquial, no qual se incluem as expressões idiomáticas. Por se tratar de um registo de língua que está intimamente ligado à cultura na qual se (re)produz e à forma como esta se organiza, entendeu-se que seria

pertinente a sua análise, em termos de tradução, dissecando os vários casos pelas questões levantadas e, também, pelas opções e estratégias de tradução adotadas.

O registo de língua coloquial é frequentemente associado à oralidade. Bandia (2015) defende que a relação existente entre a oralidade e a tradução é uma de proximidade e, para o autor, o próprio ato de falar ou escrever é traduzir o pensamento humano. Por este motivo, importa refletir sobre a sua presença e o seu impacto na presente tradução em análise.

Numa lógica de pensamento próxima, Assis-Rosa (2012) afirma que nenhuma língua é homogénea, por serem todas alvo de variação linguística. Para além da variação de sotaques e de dialetos, as variações de uma língua podem ocorrer em função da região e dos grupos sociais dos seus falantes. Para a autora, a variação linguística apresenta-se como um problema para a tradução – que é motivada ou limitada culturalmente (Assis-Rosa 2012) –, por ser uma correlação entre diferentes sotaques e dialetos e de diferentes espaços, grupos socioculturais, situações e indivíduos. Assim sendo, a coloquialidade coloca um grande desafio à tradução, na medida em que reflete várias questões (caraterísticas individuais, sociais, culturais, linguísticas, entre outras), que poderão ou não ser transpostas na mesma intensidade e medida para a língua e cultura de chegada.

3.1. Expressões coloquiais

O quadro que se segue apresenta os casos de expressões coloquiais que, ao longo da leitura e tradução do *corpus*, se consideraram relevantes para a presente análise e comentário, pelas várias questões subjacentes.

Quadro 6. Expressões coloquiais

Texto de Partida	Cap., Pg.	Texto de Chegada	Cap., Pg.
«‘ups’ and ‘downs’»	Intro., 1	«altos e baixos»	Intro., 25
«hammering» «sandal-wearing, ‘wet’ liberals»	Intro., 2	«têm sido alvo de críticas constantes» «por serem demasiado liberais»	Intro., 26
«‘hard-to-lets’»	II, 24	«apartamentos se tornaram difíceis de arrendar»	II, 53
«I am a wimp»	II, 32	«Sou fracote»	II, 61
«Maurice desperate to wee»	II, 28	«o Maurice desesperado para fazer xixi»	II, 57
«I handed over a tenner»		«entreguei-lhe uma nota de dez»	
«the loan of a few quid»		«o empréstimo de alguns trocos»	II, 58
«offered him digs»	II, 32	«ofereceu-lhe um teto»	II, 62

«piece work in babies»	V, 54	«um sistema que recompensa os trabalhadores por cada criança que é «angariada» para adoção»	V, 92
------------------------	-------	---	-------

Todos os casos apresentados refletem a cultura de partida na qual se enquadram. No entanto, apesar de ambas as culturas não serem extremamente opostas, a verdade é que são diferentes. As expressões coloquiais utilizadas no texto de partida e no texto de chegada são algumas das diferenças que surgem entre ambas as culturas.

Vejam-se, em primeiro lugar, os seguintes três casos:

- «‘ups’ and ‘downs’» (Intro., 1) / «altos e baixos» (Intro., 25);
- «Maurice desperate to wee» (II, 28) / «o Maurice desesperado para fazer xixi» (II, 57);
- «I am a wimp» (II, 32) / «Sou fracote» (II, 61);
- «offered him digs» (II, 32) / «ofereceu-lhe um teto» (II, 62).

Considerou-se que estes casos não causaram um obstáculo e/ou dificuldade na tradução e que, portanto, foi possível alcançar, em ambas as línguas, o mesmo registo de coloquialidade. Isso deveu-se ao facto de que a conotação e a forma destes casos não é complexa e distante dos seus equivalentes na língua e cultura de chegada. No entanto, salienta-se que a conotação subjacente no segundo e terceiro caso se refere a um vocabulário que, em ambas as línguas e culturas, poderá ser considerado mais sensível e associado a um registo de língua menos formal. Foi possível verificar que este fenómeno ocorre com maior frequência na língua de partida.

No caso particular de «digs» traduzido por «um teto», salienta-se que, na língua de partida, «digs» é uma palavra de maior amplitude semântica e pode, por isso, ter vários significados. No entanto, num registo de língua coloquial e no contexto concreto em que é utilizado, funciona como uma expressão que remete para a questão do alojamento. Considerou-se que traduzir este caso por «um teto» foi a solução mais adequada, por preservar o sentido da expressão, não comprometendo a experiência de leitura do público-alvo, mantendo, também, o seu registo de coloquialidade.

Prossegue-se, agora, com a análise dos seguintes casos:

- «hammering» (Intro., 2) / «têm sido alvo de críticas constantes» (Intro., 26);
- «I handed over a tenner» (II, 28) / «entreguei-lhe uma nota de dez» (II, 57);
- «the loan of a few quid» (II, 28) / «o empréstimo de alguns trocos» (II, 58);

Como se pode verificar após uma primeira leitura dos casos destacados, a solução de tradução encontrada e adotada vai ao encontro do sentido presente no texto de partida, mantendo-o no texto de chegada, mas de uma forma menos próxima em termos da sua forma. Nestes casos é possível verificar uma maior marca cultural subjacente em cada um, porque são utilizadas expressões típicas e recorrentes na cultura britânica que, na cultura portuguesa, não dispõem de equivalentes diretos.

No caso de «hammering» traduzido por «têm sido alvo de críticas constantes», optou-se por esclarecer o seu significado na tradução, perdendo-se, assim, a marca do registo de língua coloquial presente neste caso. Já em «tenner» e «few quid», verificou-se, aquando da tradução, que estas são expressões utilizadas especificamente na cultura de partida, também num registo coloquial. Na tradução destes casos procurou-se transmitir o mesmo sentido e a mesma coloquialidade das expressões no texto de chegada e, assim, considerou-se que «uma nota de dez» e «alguns trocos» conseguem remeter, sem comprometer o sentido do texto, para este registo na língua e cultura de chegada.

Os casos que se seguem mereceram uma atenção especial:

- «sandal-wearing, ‘wet’ liberals» (Intro., 2) / «por serem demasiado liberais» (Intro., 26);
- «‘hard-to-lets’» (II, 24) / «apartamentos se tornaram difíceis de arrendar» (II, 53);
- «piece work in babies» (V, 54) / «um sistema que recompensa os trabalhadores por cada criança que é «angariada» para adoção» (V, 92).

Na tradução de cada um dos casos em destaque, verificou-se que, para além do evidente registo de língua coloquial, cada uma das expressões remete para aspetos e questões específicas da cultura de partida. Através de pesquisa e reflexão sobre cada uma das expressões, entendeu-se que a estratégia mais adequada seria torná-las claras para o leitor no texto de chegada. Adotando esta estratégia, conseguiu-se preservar o significado de cada caso, mas não foi possível manter o registo de língua, perdendo-se esta característica na tradução destes casos.

Importa, também, salientar que, das três expressões coloquiais acima destacadas, nem todas foram reconhecidas como fazendo parte da língua e cultura de partida, como é o caso concreto de «piece work in babies». Após várias pesquisas pelo seu significado, verificou-se que esta expressão não faz parte da cultura britânica e, por conseguinte, da língua inglesa, mas sim do vocabulário (coloquial) do autor deste capítulo, do seu idioleto. O autor, que intervém com menores em contexto internacional, recorre a esta expressão

para descrever uma prática de «angariação» de crianças para adoção, que, pela sua conotação no texto, se subentendeu ser negativa. Assim sendo, constatou-se, também, que as expressões coloquiais em análise refletem tanto da cultura na qual se (re)produzem, como já foi referido, como dos seus falantes.

No caso de «‘hard-to-lets’», verificou-se, após alguma pesquisa, que é, de facto, uma expressão coloquial utilizada na língua e na cultura britânicas, associada ao ramo imobiliário, que pode assumir outras formas, como «difficult-to-lets». A sua conotação aponta para alojamentos, de diferentes tipologias, cuja compra ou arrendamento não são conseguidos facilmente, por motivos diversos. No contexto do texto de partida, é possível, então, perceber esta ideia no sentido de toda a frase. Assim sendo, optou-se por apenas fazer prevalecer o seu significado, uma vez que não existe uma expressão próxima na língua e cultura portuguesa para designar esta expressão.

Assis-Rosa (2012) refere que as variações linguísticas podem ser agrupadas consoante o seu valor socio-semântico e prestígio e que podem ocupar diferentes camadas, da periferia para o centro. Segundo a autora, no centro estará o padrão de uma língua e aquilo que se entende pela sua norma e, mais próximas da periferia, estarão as suas variações, que vão ocupando diferentes espaços (mais distantes ou não do centro). Quanto mais distantes do centro, menor é o prestígio que lhes é reconhecido. No caso da oralidade e, portanto, das expressões coloquiais, em algumas línguas estas poderão estar mais próximas do centro, sendo por isso reconhecidas como tendo um valor socio-semântico e prestígio maiores, e noutras poderão estar mais próximas da periferia, representando o oposto. No presente trabalho em análise, verifica-se que o registo de língua coloquial é mais próximo do centro na língua e cultura de partida e mais próximo da periferia na língua e cultura de chegada, tendo-se procurado, sempre que possível, fazer com que, no texto traduzido, este registo de língua se aproximasse o máximo possível do centro. Pretendeu-se traduzir deste modo, privilegiando o princípio já referido de que o texto de chegada deverá aproximar-se do texto de partida, na sua mensagem, no seu conteúdo, na sua função, mas também na sua forma.

Nesta ordem de pensamento, uma das estratégias que se seguiu para lidar com a tradução de tais expressões, sempre que possível, foi a equivalência. Apesar disso, Berman (1985) considera que, na tradução, é importante não se seguir apenas uma lógica de extrema equivalência, em concreto no caso do vocabulário coloquial, pois, como refere, as equivalências não traduzem as expressões:

To play with “equivalence” is to attack the discourse of the foreign work. Of course, a proverb may have its equivalents in other languages, but... these equivalents do not *translate it*. To translate is not to search for equivalences (Berman 1985, 295).

Ainda segundo a lógica de Assis-Rosa (2012), que refere existirem quatro procedimentos na tradução de expressões coloquiais – a omissão, a adição, a manutenção e a mudança –, seguiu-se, nos casos já comentados, a manutenção. Verifica-se esta estratégia, em concreto, nos primeiros três casos, nos quais se mantêm os mesmos «(...) linguistic markers signaling contextual meaning associated with less prestigious or substandard discourse» (Assis-Rosa 2012, 85), ou seja, as marcas textuais que remetem para uma conotação considerada menos prestigiosa na língua e cultura de chegada.

3.2. Expressões idiomáticas

Indicam-se, no quadro abaixo, todos os casos de expressões idiomáticas presentes no *corpus*. Não só pela sua natureza coloquial, mas também pela sua componente semântica, as expressões idiomáticas que se seguem serão analisadas à luz das estratégias e procedimentos de tradução utilizados e com base no seu contexto na língua e na cultura de partida.

Antes de se avançar com a análise e o respetivo comentário dos casos, importa, numa primeira instância, definir e situar o fenómeno desta categoria: as expressões idiomáticas. Segundo Baker (2018), as expressões idiomáticas são padrões de língua fixos que permitem pouca ou nenhuma variação na sua forma e carregam significados que não podem ser deduzidos, isoladamente, a partir dos seus constituintes. A autora afirma que, na tradução, não se deve esperar alcançar a mesma sensibilidade de um falante nativo de uma língua, quando se trata da manipulação de expressões idiomáticas.

As expressões idiomáticas colocam dois grandes problemas na tradução, conforme refere Baker (2018, 71):

(...) the ability to recognize and interpret an idiom correctly and the difficulties involved in rendering the various aspects of meaning that an idiom or a fixed expression conveys into the target language.

Portanto, segundo esta perspetiva, é importante que o tradutor seja capaz de reconhecer e interpretar as expressões idiomáticas corretamente, e de transpor todo o seu sentido para a língua de chegada. Para lidar com estes e outros problemas, a autora define

algumas estratégias – utilizadas para lidar com os vários casos – para a tradução de expressões idiomáticas, nomeadamente:

- Utilizar uma expressão idiomática de forma e significado semelhantes na língua de chegada;
- Utilizar uma expressão idiomática de significado semelhante, mas de forma diferente na língua de chegada;
- Utilizar, por empréstimo, uma expressão idiomática da língua de partida;
- Traduzir a expressão idiomática por paráfrase sintática na língua de chegada;
- Traduzir a expressão idiomática, transmitindo apenas o seu significado na língua de chegada;
- Omitir, por completo, uma expressão idiomática na língua de chegada.

Quadro 7. Expressões idiomáticas

Texto de Partida	Cap., Pg.	Texto de Chegada	Cap., Pg.
«‘on the ground’»	Intro., 1	«no terreno»	Intro., 25
«‘movers and shakers’»		«agentes promotores»	
«‘damned if they do’ and ‘damned if they don’t’»	Intro., 2	«a serem presos por ter cão e presos por não terem cão»	Intro., 26
«if we take at face value»		«a julgar pela»	
«I had to (...) think on my feet»	I, 16	«Tive de (...) tomar decisões no momento»	I, 42
«‘pigeonhole’»		«se categorizam»	
«I am hitting my head against a brick wall»	I, 18	«a bater com a minha cabeça contra uma parede»	I, 45
«But the ivory tower»	II, 22	«No entanto, a torre de marfim»	II, 49
«if an outside body held the purse strings»	II, 24	«se alguém vindo de fora segurasse os cordões à bolsa»	II, 53
«to aim for the sky»	III, 36	«a ter o céu como limite»	III, 66
«the world was my oyster»		«o mundo estava aos meus pés»	
«put my mind to»	III, 39	«com esforço e determinação»	III, 64
«with flying colours»		«com distinção»	
«I was ‘away with the fairies’»	III, 39	«vivía no mundo da lua»	III, 71
«I had heard on the grapevine»	IV, 45	«Tinha ouvido dizer»	IV, 79
«like earthworms in an angler’s can»	V, 59-60	«como sardinhas enlatadas»	V, 99
«white elephant»	V, 55	«supostos benefícios»	V, 93

Analisem-se os seguintes casos:

- «‘movers and shakers’» (Intro., 1) / «agentes promotores» (Intro., 25);
- «white elephant» (V, 55) / «supostos benefícios» (V, 93).

Nestes casos, como se pode verificar, a grande dificuldade que se colocou na tradução foi a inexistência de expressões idiomáticas correspondentes na língua de chegada, tal como existem na língua de partida. Baker (2018) aponta este fenómeno como uma das dificuldades que as expressões idiomáticas podem colocar na tradução. Para lidar com tais casos, optou-se, então, por omitir no texto de chegada a existência destas expressões idiomáticas, tornando apenas o seu conteúdo, ou seja, o seu significado, visível para o leitor-alvo. Apesar de perder, em parte, a informação de que, no texto de partida e na sua cultura, os autores recorreram a este registo de língua para expressar as ideias transmitidas, considerou-se mais importante fazer prevalecer o significado para o público-alvo na língua de chegada.

Retomando o que defende Assis-Rosa (2012) sobre os procedimentos e estratégias de tradução que lidam com um vocabulário coloquial, podemos, também, identificar a omissão nestes casos. Procurou-se, portanto, incorporar o significado de cada uma das expressões idiomáticas no contexto e sentido geral das frases nas quais se inserem.

Vejam-se, agora, os seguintes casos:

- «‘on the ground’» (Intro., 1) / «no terreno» (Intro., 25);
- «‘damned if they do’ and ‘damned if they don’t’» (Intro., 2) / «a serem presos por ter cão e presos por não terem cão» (Intro., 26);
- «if we take at face value» (Intro., 2) / «a julgar pela» (Intro., 26);
- «I am hitting my head against a brick wall» (I, 18) / «a bater com a minha cabeça contra uma parede» (I, 45);
- «But the ivory tower» (II, 22) / «No entanto, a torre de marfim» (II, 49);
- «to aim for the sky» (III, 36) / «a ter o céu como limite» (III, 66);
- «the world was my oyster» (III, 36) / «o mundo estava aos meus pés» (III, 66);
- «I was ‘away with the fairies’» (III, 39) / «vivia no mundo da lua» (III, 71).

Nos casos agora em análise, é possível constatar que, tanto na língua de partida como na língua de chegada, as expressões idiomáticas possuem equivalentes próximos. Deste modo, procurou-se, no processo de tradução, fazer corresponder as expressões idiomáticas em termos do seu significado e da sua forma, como aponta Baker (2018).

Todavia, no caso de «if we take at face value» e «I was ‘away with the fairies’», traduzidas como «a julgar pela» e «vivia no mundo da lua», apesar de terem formas ligeiramente diferentes na língua de chegada, conseguiu-se que não se distanciassem tanto das expressões presentes na língua de partida transmitindo, do mesmo modo e sem

deturpações, os seus significados. É possível afirmar, então, que estas expressões idiomáticas são equivalentes em sentido na língua portuguesa.

Salienta-se, ainda, que no caso de «I was ‘away with the fairies’», a sua amplitude semântica abrange outras conotações, algo que não se verifica na expressão correspondente na língua de chegada. Em inglês, esta expressão idiomática refere-se à ideia de alguém ser/estar distraído, mas também à excentricidade característica de alguns indivíduos. Em português, não existindo uma expressão que comportasse ambos os significados do mesmo modo, optou-se por «vivía no mundo da lua», expressão que transmite parte desta amplitude semântica presente na língua de partida. Entendeu-se que a informação em falta é transmitida ao leitor-alvo no contexto geral da frase na qual está inserida esta expressão, fazendo-se prevalecer o foco da mensagem.

Já no caso de «if we take at face value» traduzido por «a julgar pela» perdeu-se, no texto de chegada, a informação de que esta era uma expressão idiomática utilizada pela autora do texto. Já nos restantes casos, conseguiu-se alcançar tanto a forma como o significado, ainda que com algumas diferenças, como já foi referido.

Por último, vejam-se os casos destacados:

- «I had to (...) think on my feet» (I, 16) / «Tive de (...) tomar decisões no momento» (I, 72);
- «‘pigeonhole’» (I, 16) / «se categorizam» (I, 42);
- «if an outside body held the purse strings» (II, 24) / «se alguém vindo de fora segurasse os cordões à bolsa» (II, 53);
- «put my mind to» (III, 39) / «com esforço e determinação» (III, 66);
- «with flying colours» (III, 39) / «com distinção» (III, 64);
- «I had heard on the grapevine» (IV, 45) / «Tinha ouvido dizer» (IV, 79);
- «like earthworms in an angler’s can» (V, 59-60) / «como sardinhas enlatadas» (V, 99).

Ao contrário dos casos comentados anteriormente, as expressões idiomáticas agora em destaque caracterizam-se por, antes de mais, não terem equivalentes diretos na língua de chegada, em termos da sua forma. Baker (2018) refere que esta é também uma das dificuldades que a tradução pode enfrentar quando lida com este tipo de expressões. Como tal, optou-se por lidar com tais casos de duas formas distintas. Em alguns dos casos destacados, aqueles que não dispunham de equivalente na língua de chegada em termos da sua forma, procurou-se transmitir ao leitor-alvo apenas o seu significado, perdendo-se a informação de que se tratava de expressões idiomáticas. Noutros casos, optou-se por

transmitir o mesmo significado, recorrendo a expressões idiomáticas correspondentes na língua de chegada.

No caso da expressão idiomática «like earthworms in an angler's can» traduzida como «como sardinhas enlatadas», foi possível manter apenas o seu significado no texto de chegada, uma vez que a expressão não tem equivalente direto nesta língua em termos da sua forma. Todavia, a solução adotada funciona na tradução, porque consegue transmitir ao leitor, do mesmo modo, a ideia de aglomeração excessiva de pessoas em espaços limitados.

O mesmo ocorreu no caso de «if an outside body held the purse strings» e de «I had heard on the grapevine», expressões que se traduziram recorrendo a equivalentes próximos na língua de chegada, em termos do seu sentido e forma: «se alguém vindo de fora segurasse os cordões à bolsa» e «Tinha ouvido dizer». As expressões correspondentes na língua de chegada transmitem, assim, a mesma informação ao leitor-alvo, sendo que, no caso da primeira expressão idiomática aqui identificada, a equivalência entre formas consegue ser mais próxima.

Já nas restantes expressões, «I had to (...) think on my feet», «‘pigeonhole’», «put my mind to» e «with flying colours», traduzidas como «Tive de (...) tomar decisões no momento», «se categorizam», «com esforço e determinação» e «com distinção», recorreu-se apenas à dedução do seu sentido para a língua de chegada. Nestas expressões idiomáticas, é possível, ainda de acordo com aquilo que defende Baker (2018), referir que a tradução lidou com tais casos recorrendo à sua omissão, isso porque, na língua de chegada, perde-se, à semelhança do que já se verificou em casos anteriores, a informação de que existiam expressões idiomáticas no texto de partida que não foram transferidas para o texto de chegada.

De acordo com a lógica avançada por Assis-Rosa (2012), podemos verificar, então, que na suma dos casos agora comentados, as técnicas de tradução que permitiram lidar com as dificuldades encontradas foram a omissão e a manutenção. Baker (2018) afirma que, na língua inglesa, o uso de expressões idiomáticas é muito frequente e está presente em vários tipos de textos, algo que se constatou na tradução do *corpus*:

English uses idioms in many types of text, even in serious, international magazines (...) and especially frequently in advertisements, promotional material and the tabloid press (Baker 2018, 76).

Em suma, conclui-se que o texto de partida recorre, de um modo geral, com frequência a um registo de língua coloquial, algo que poderá estar associado a uma questão cultural da utilização da língua e das suas variações. No texto de chegada, procurou-se, sempre que possível e de acordo com a utilização do vocabulário coloquial na língua e cultura de chegada, fazer a correspondência das expressões idiomáticas e de todos os casos de registo de língua coloquial, sem comprometer o seu sentido. Em algumas instâncias, esta tarefa não foi possível, tendo sido necessário adotar várias estratégias para lidar com as dificuldades que surgiram.

Conclusão

Tal como foi referido na introdução, a presente dissertação teve como objetivo a tradução comentada, da língua inglesa para a língua portuguesa, da primeira parte da obra de Vivienne E. Cree, *Becoming a Social Worker*. Após a tradução, pretendeu-se analisar a seleção de casos efetuada e refletir sobre as suas particularidades e, também, sobre os desafios e obstáculos que estes levantaram no decurso do trabalho.

Esta obra caracteriza-se, essencialmente, pela particularidade de o seu texto ser híbrido, isso é, por combinar uma linguagem técnica e científica (do âmbito das ciências sociais e humanas) com recurso à referenciação e citação de trabalhos académicos, com uma linguagem mais informal e coloquial, num registo, por vezes, autobiográfico. Para além disso, o texto é caracterizado pela presença de referências culturais específicas e de um vocabulário considerado sensível, dada a sua conotação.

A tradução da obra *exigiu*, assim, que se tivessem em atenção estas várias características aquando da escolha das estratégias a utilizar, procurando, sempre que possível, mantê-las na língua de chegada. Para além das características anteriormente mencionadas, é de salientar, também, que a tradução teve em conta o público-alvo a que se destina, ou seja, os investigadores da área das ciências sociais e humanas, os assistentes sociais e os estudantes de Serviço Social.

Após a seleção dos vários casos considerados de relevo para a análise e comentário, pelas questões que levantaram, procedeu-se, como já foi apresentado no segundo capítulo, à sua categorização. De seguida, apresentam-se sumariamente algumas conclusões alcançadas sobre cada uma das categorias.

No que concerne à primeira categoria, dedicada ao vocabulário culturalmente sensível, é de referir que nem sempre foi possível manter na tradução uma relação de equivalência e de correspondência entre os vários casos apresentados. Alguns dos casos desta categoria faziam referências a diferentes etnias e nestes, de um modo geral, foi possível alcançar na língua de chegada os seus correspondentes, sem deturpações de sentido e sem perdas de informação. Todavia, em alguns casos foi necessário tomar alguma atenção especial aquando da tradução, dado que as suas conotações, tanto na língua de partida como na língua de chegada, são passíveis de suscitar interpretações pejorativas face ao que identificam e descrevem. De forma a ultrapassar esta dificuldade, optou-se, então, por traduzir tais casos de forma a evitar a atribuição de conotação pejorativa. Procuraram-se na língua e cultura de chegada as palavras que poderiam representar na mesma intensidade e medida aquilo que é representado no texto de partida.

Tal como foi referido por Davis (2009), autor mencionado ao longo da análise e comentário, o princípio da desconstrução foi basilar para a tradução destes casos. Já em termos de estratégias de tradução utilizadas, podem-se destacar, como já foi referido no capítulo anterior, a equivalência e a adaptação, recorrendo aos termos cunhados por Vinay e Darbelnet (1995).

Ainda nesta categoria, alguns casos foram categorizados e agrupados por fazerem referência a aspetos individuais e comportamentais dos indivíduos, tais como as suas características físicas, psicológicas e socioculturais e que, por isso, levantaram algumas dificuldades na sua tradução. De um modo geral, o vocabulário nesta subcategoria pode ser considerado sensível, partindo do ponto de vista de que aquilo a que se refere pode, à semelhança do que já foi referido, estar associado a uma conotação pejorativa em relação a pessoas e a realidades sociais de maior fragilidade. Para além disso, algum deste vocabulário descreve ações que se poderão considerar negativas, como a automutilação e as formas de consumo de substâncias psicoativas, por exemplo. Ainda assim, a escolha das estratégias de tradução a utilizar passou pelas já referidas, com o intuito de evitar a perda de informação no texto de chegada e, também, por se considerar que, na maioria dos casos apresentados, as realidades representadas são semelhantes e próximas em ambas as línguas e culturas.

Não obstante, e como a tradução não é uma ciência exata, em alguns casos considerou-se que na língua de chegada as traduções mais próximas poderiam não resultar tão eficazmente no texto, produzindo um efeito indesejado. Optou-se, então, por contornar esta dificuldade através da reformulação e da expansão de tais casos. Noutros casos, optou-se pela tradução de palavras semanticamente mais abrangentes, dados os seus significados na língua de chegada. Considerou-se, portanto, que estes casos só poderiam ter o mesmo impacto que têm no texto de partida no texto de chegada com o auxílio destas estratégias, que nos permitem clarificar e evitar deturpações de sentido.

É de salientar, ainda, que um dos casos selecionados nesta categoria se manteve na língua de chegada na mesma forma em que se encontra na língua de partida, ou seja, não foi traduzido. Procurou-se lidar com este caso desta forma, explicando ao leitor, através de uma nota de tradução em rodapé, o seu conceito, visto não existir uma equivalência na língua portuguesa que transmitisse o mesmo sentido, que representasse a mesma realidade *ipsis verbis*. Desta forma, o leitor-alvo da tradução reconhece no texto algum estranhamento, mas obtém o mesmo acesso à informação que o leitor-alvo do texto

de partida. Salienta-se que, ao longo da tradução, foi necessário recorrer a esta mesma estratégia de tradução em alguns outros casos.

Numa terceira subcategoria, encontram-se alguns dos casos que fazem referências culturais diversas. Estes casos remetem para questões específicas da cultura de partida e que, à primeira vista, poderão não ter uma correspondência direta na cultura de chegada. É, por exemplo, o caso das designações dos graus académicos e de instituições não-governamentais britânicas, que se optou por não traduzir. Aqui ponderou-se escolher esta estratégia, porque nem sempre seria possível manter uma tradução coerente com as normas gramaticais da língua portuguesa para cada um dos casos e, também, porque perder-se-ia uma informação importante para o leitor-alvo da tradução: estes casos designam e tratam particularidades da cultura de partida. Sendo o objetivo manter na língua de chegada a informação presente no texto de partida, considerou-se esta a melhor opção a seguir.

Percebe-se, até este ponto, que o texto da obra de partida é fortemente caracterizado por uma linguagem marcada pela presença de um vocabulário de conotação sensível e que, tal conotação, pode ser entendida ou não da mesma forma em ambas as línguas. Para além disso, por se tratar de uma obra que descreve as vivências de assistentes sociais britânicos, que contam as suas experiências profissionais e de vida, a presença de referências culturais é igualmente justificável.

Na segunda categoria, designada a tratar o vocabulário especializado/técnico, salienta-se, em primeiro lugar, que esta é uma área da tradução menos estudada, segundo apontam os autores que se dedicam a investigar estas questões. Não obstante, e sempre com base no princípio já referido de fazer chegar ao leitor do texto de chegada a mesma informação presente no texto de partida, optou-se, sempre que possível, por traduzir pelos seus equivalentes os termos técnicos e científicos que surgem ao longo da obra. A tradução destes casos regeu-se, então, pelo princípio de que a tradução deve reger-se por aquilo que é o objetivo e a função do texto de partida e que deve, assim, transmiti-la no texto de chegada, tal como defende Vermeer (1989).

Ao categorizar estes casos, verificou-se que os termos técnicos e científicos enquadrados na primeira subcategoria foram traduzidos pelos seus equivalentes próximos na língua de chegada, procurando, assim, retratar a mesma realidade exposta no texto de partida com recurso à realidade existente na cultura de chegada. Tal só foi possível alcançar dado o facto de ambas as culturas não serem, de todo, tão distantes uma da outra

neste aspeto. Assim sendo, alguns foram traduzidos desta por existirem na mesma medida e aceção na cultura de chegada.

Todavia, alguns outros termos, ainda inseridos nesta subcategoria, levantaram a necessidade de adotar outras estratégias de tradução, uma vez que, ao contrário do que já se assinalou, estes não têm uma forma idêntica ou próxima na língua e cultura de chegada. Utilizou-se o decalque como estratégia de tradução nestes casos, de forma a evitar a perda de informação para o leitor do texto de chegada. Como foi exposto no capítulo anterior, Bowker (2009) afirma que o tradutor deve sentir a liberdade de recorrer a outras estratégias de tradução para além da equivalência, de modo a conseguir alcançar os seus objetivos.

Já os termos técnicos e científicos que são utilizados na profissão, apenas na cultura de partida, foram traduzidos, de um modo geral, por adaptação, por não terem na sua maioria um correspondente direto ou próximo na língua e cultura de chegada. Voltando a Bowker (2009) uma vez mais, verifica-se, também, que outra das estratégias de tradução utilizadas para lidar com estes casos de maior dificuldade foi a paráfrase explicativa. O objetivo foi fazer corresponder semanticamente os termos na língua de chegada, procurando que *se explicassem* facilmente ao leitor no corpo do texto, sem que se necessitasse recorrer a outras estratégias como notas de tradução em rodapé ou, até mesmo, omissão de informação. Retoma-se aqui a ideia de Wright e Wright (1993) acerca da tradução de textos técnicos e científicos, que defendem que este tipo de tradução deve procurar, tanto quanto for possível, transmitir o significado exato do texto de partida.

Na terceira categoria, agregaram-se todos os casos de um registo de língua coloquial e de expressões idiomáticas. Conclui-se, logo à partida, que esta característica está marcadamente presente no texto de partida, dada a abundância de casos detetados e seleccionados, tendo sido importante refletir sobre a sua presença e o seu impacto na tradução.

Retomando algumas das ideias de Assis-Rosa (2012) e de Bandia (2015), a linguagem coloquial está relacionada com a oralidade das línguas. Por conseguinte, este registo de língua varia não só de língua para língua, mas também consoante outros aspetos, como as variações dentro de uma língua. Como tal, se uma língua representa estas marcas na escrita, como é o caso do texto de partida, a tradução depara-se com grandes desafios, pois estas particularidades representam a língua e a cultura de partida. Posto isso, percebe-se que estas mesmas marcas poderão ou não ser transpostas para a língua e cultura de chegada, por diferenças linguísticas e culturais.

No que diz respeito aos casos que se subcategorizaram como expressões coloquiais, denota-se que foi possível reproduzir a maioria na língua de chegada. Ainda que sob formas diferentes, os seus valores semânticos mantiveram-se no texto de chegada. Todavia, e como se tem verificado até este momento, alguns casos levantaram maiores dificuldades. Por tratarem de expressões muito específicas da língua de partida e, mais concretamente, do estilo de escrita de cada um dos autores, não foi possível traduzir tais casos por equivalência, uma vez que não existem na língua e cultura de chegada. Assim sendo, optou-se por *desmontar* os seus significados e transpô-los no texto de chegada, privilegiando a transmissão de informação para o leitor-alvo da tradução. É certo que, nestes casos, optar por uma estratégia implicou rejeitar outra, ou seja, para se tentar manter a componente semântica no texto de chegada, aspeto considerado importante ao longo de todo o processo de tradução, foi necessário rejeitar a informação de que estas eram expressões idiomáticas no texto de partida, própria da língua e cultura britânica, mas, também, dos idioletos de cada um dos autores. Salienta-se, ainda, que, nas expressões coloquiais da língua de partida, os vocábulos têm uma maior amplitude semântica que os vocábulos utilizados nas expressões coloquiais da língua de chegada.

No conjunto de expressões idiomáticas, por sua vez, seguiu-se a lógica de Baker (2018), que defende e apresenta algumas estratégias para lidar com a tradução deste tipo de casos. É de referir, sumariamente, que as estratégias mais utilizadas neste trabalho para lidar com a tradução das expressões idiomáticas foram a omissão da existência de expressões idiomáticas no texto de chegada e manutenção de expressões equivalentes entre línguas.

No caso das expressões idiomáticas traduzidas segundo a primeira estratégia, a de omissão das mesmas, retoma-se aqui um obstáculo já referido na tradução: o leitor-alvo perde a informação de que no texto de partida estes casos surgiam como expressões idiomáticas. Já no caso das expressões que foram traduzidas, não só esta informação se manteve, bem como foi possível passar o mesmo significado, a mesma mensagem ao leitor-alvo no texto de chegada. No texto de chegada, procurou-se, sempre que possível e de acordo com a utilização do vocabulário coloquial na língua e cultura de chegada, fazer a correspondência das expressões idiomáticas e de todos os casos de registo de língua coloquial, sem comprometer o seu sentido. Em algumas instâncias, esta tarefa não foi possível concretizar, tendo sido necessário adotar várias estratégias para lidar com as dificuldades que surgiram, tais como as elencadas por Baker (2018).

Na análise dos vários casos selecionados verificaram-se, então, algumas perdas de informação. Todavia, considera-se que estas perdas de informação não se circunscrevem concretamente ao significado das palavras, mas antes às marcas textuais do texto de partida, características desta mesma língua e cultura, que não foram, em alguns casos, passíveis de se reproduzir no texto de chegada. Verifica-se, também, que as estratégias de tradução escolhidas variaram à luz dos diversos estilos de escrita que compõem os primeiros cinco capítulos da obra. Portanto, dependendo de se tratar de uma escrita com maior presença de expressões coloquiais e idiomáticas, de uma escrita com maior utilização de termos técnicos/especializados, de uma escrita com um vocabulário sensível ou, ainda, com estas e outras características em simultâneo, foi sempre necessário refletir antes de traduzir.

O objetivo foi sempre reproduzir o mesmo estilo de escrita do texto escrito na língua inglesa no texto escrito na língua portuguesa. Para além disso, procurou-se, de igual modo, cumprir com o requisito da lealdade a ambos os textos.

Espera-se, assim, ter conseguido com este trabalho dar um pequeno contributo para a área dos estudos de tradução, no que concerne à tradução de textos híbridos, mas, em particular, à tradução de textos técnicos e científicos do âmbito das ciências sociais e humanas, do Serviço Social e aos desafios que são igualmente colocados ao tradutor.

Bibliografia

Citada

- Assis-Rosa, Alexandra. 2012. «Translating Place: Linguistic Variation in Translation», *Word and Text II* (2): 75-97.
- Azenha, João. 1996. «Tradução Técnica, Condicionantes Culturais e os Limites da Responsabilidade do Tradutor», *Cadernos de Tradução* (1) 1, 137-149. Acedido a 8 de maio de 2020. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5083>.
- Baker, Mona. 2018. *In Other Words: A Coursebook on Translation*. 3.^a ed. Nova Iorque: Routledge.
- Bandia, Paul. 2015. «Introduction: Orality and Translation», *Orality in Translation. Special Issue of Translation Studies* 8 (2): 125-127.
- Bassnett, Susan e Harish Trivedi, eds. 2002. *Post-Colonial Translation: Theory and Practice*. EUA, Canadá: Routledge.
- Berman, Antoine. 1985. «Translation and The Trials of the Foreign». Traduzido por Lawrence Venuti. *In The Translation Studies Reader*, editado por Lawrence Venuti 2004, 284-297. EUA, Canadá: Routledge.
- Bhabha, Homi. 1994. *The Location of Culture*. EUA, Canadá: Routledge.
- Bowker, Lynne. 2009. «Terminology». *In Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, editado por Mona Baker e Gabriela Saldanha 2009, 286-290. 2.^a ed. EUA, Canadá: Routledge.
- Brissnet, Annie. 1996. «The Search for a Native Language: Translation and Cultural Identity». Traduzido por Rosalind Gill e Roger Gannon. *In The Translation Studies Reader*, editado por Lawrence Venuti 2004, 344-375. EUA, Canadá: Routledge.
- Britto, Paulo Henriques. 2010. «O Tradutor Como Mediador Cultural», *Synergies Brésil* n.º 2: 135-141. Acedido a 15 de maio de 2020. http://gerflint.fr/Base/Bresil_special2/britto.pdf.

- Byrne, Jody. 2006. *Technical Translation: Usability Strategies for Translating Technical Documentation*. Países Baixos: Springer.
- Byrne, Jody. 2014. *Scientific and Technical Translation Explained: A Nuts and Bolts Guide for Beginners*. 2.^a ed. USA: Routledge.
- Cavaco-Cruz, Luís. 2012. *Manual Prático e Fundamental de Tradução Técnica*. Almada: Arkonte.
- Cree, Vivienne E. 2003. *Becoming a Social Worker*. EUA, Canadá: Routledge.
- Davis, Kathleen. 2009. «Deconstruction». In *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, editado por Mona Baker e Gabriela Saldanha 2009, 74-77. 2.^a ed. EUA, Canadá: Routledge.
- Eco, Umberto. 2005. «Introdução». In *Dizer Quase a Mesma Coisa. Sobre Tradução*, 7-23. Lisboa: Difel.
- Even-Zohar, Itamar. 1990. «The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem». In *The Translation Studies Reader*, editado por Lawrence Venuti 2004, 192-197. EUA, Canadá: Routledge.
- Federação Internacional de Assistentes Sociais e Associação Internacional de Escolas de Serviço Social. 2017. «Definição de Serviço Social». In *Ética no Serviço Social: Declaração de Princípios*, traduzido por Associação dos Profissionais de Serviço Social. Acedido a 15 de abril de 2020. https://www.ifsw.org/wp-content/uploads/ifsw-cdn/assets/ifsw_80111-4.pdf
- Hermans, Theo, ed. 2006. *Translating Others*. Vol. 1. Londres, Nova Iorque: Routledge.
- Holmes, James. 1972. «The Name and Nature of Translation Studies». In *The Translation Studies Reader*, editado por Lawrence Venuti 2004, 172-185. EUA, Canadá: Routledge.
- Hosseinimanesh, Ladan e Hossein Dastjerdi. 2013. «Technical Translation: A Study of Interference in Three Persian Translations of “Software Engineering”», *Journal of Language Teaching and Research* (4) 1 (janeiro): 156-163. Acedido a 16 de maio de 2020:

https://www.researchgate.net/publication/271178429_Technical_Translation_A_Study_of_Interference_in_Three_Persian_Translations_of_Software_Engineering.

Katan, David. 2009. «Culture». In *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, editado por Mona Baker e Gabriela Saldanha 2009, 70-73. 2.^a ed. EUA, Canadá: Routledge.

Lefevere, André, ed. 2003. *Translation/History/Culture*. 2.^a ed. EUA, Canadá: Routledge.

Levý, Jiri. 1967. «Translation as a Decision Process». In *The Translation Studies Reader*, editado por Lawrence Venuti, 2004, 148-159. EUA, Canadá: Routledge.

Melian-Zamora, Rita. 2015. «Sobre Tradução e Terminologia das Ciências Sociais e Humanas: Quando a Cultura Encontra a “Cultura”», *Mutatis Mutandis* 8 (2), 547-567. Acedido a 6 de setembro de 2020. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5278446>.

Munday, Jeremy. 2001. *Introducing Translation Studies: Theories and applications*. EUA, Canadá: Routledge.

Nida, Eugene. 1964. «Principles of Correspondence». In *The Translation Studies Reader*, editado por Lawrence Venuti 2004, 126-140. EUA, Canadá: Routledge.

Olohan, Maeve. 2009. «Scientific and Technical Translation». In *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, editado por Mona Baker e Gabriela Saldanha 2009, 246-249. 2.^a ed. EUA, Canadá: Routledge.

Ortiz, Renato. 2012. «As Ciências Sociais e a Diversidade dos Sotaques», *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 25 (78): 7-24. Acedido a 6 de setembro de 2020. <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n78/v27n78a01.pdf>.

Polchlopek, Silvana e Michelle Aio. 2009. «Tradução Técnica: Armadilhas e Desafios», *Tradução & Comunicação – Revista Brasileira de Tradutores* n.º 19: 101-113. Acedido a 8 de maio de 2020. <https://seer.pgskroton.com/index.php/traducom/article/view/2020>.

- Santos, Marina. 2006. «O Papel da Criatividade na Tradução de Textos Não Literários», *Babilônia: Revista Lusófona de Línguas Culturas e Tradução* n.º 4, 131-137. Acedido a 12 de setembro de 2020. <http://hdl.handle.net/10437/1951>.
- Schäffner, Christina. 2009. «Functionalist Approaches». In *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, editado por Mona Baker e Gabriela Saldanha 2009, 115-121. 2.ª ed. EUA, Canadá: Routledge.
- Sturge, Kate. 2009. «Cultural Translation». In *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, editado por Mona Baker e Gabriela Saldanha 2009, 286-290. 2.ª ed. EUA, Canadá: Routledge.
- Toury, Guïden. 1995. «The Nature and Role of Norms in Translation ». In *The Translation Studies Reader*, editado por Lawrence Venuti 2004, 198-211. EUA, Canadá: Routledge.
- Tymoczko, Maria. 1999. *Translation in a Postcolonial Context: Early Irish Literature in English Translation*. Londres, Nova Iorque: Routledge.
- Van Dijk, Teun. 2000. *Ideology: A Multidisciplinary Approach*. Londres: Sage Publications Ltd.
- Vermeer, Hans. 1989. «Skopos and Commission in Translational Action». Traduzido por Andrew Chesterman. In *The Translation Studies Reader*, editado por Lawrence Venuti 2004, 221-232. EUA, Canadá: Routledge.
- Vinay, Jean-Paul e Jean Darbelnet. 1995. «A Methodology for Translation». Traduzido por Juan C. Sager e M.-J. Hamel. In *The Translation Studies Reader*, editado por Lawrence Venuti 2004, 84-93. EUA, Canadá: Routledge.
- Williams, Jenny e Andrew Chesterman. 2002. *The Map: A Beginner's Guide to Doing Research in Translation Studies*. Manchester: St. Jerome Publishing.
- Wright, Sue Ellen e Leland Wright, eds. 1993. *Scientific and Technical Translation*. Vol. 6 de *American Translators Association Scholarly Monograph Series*. Amsterdão, EUA: John Benjamins Publishing Company.

Consultada

- . 2017. *The Chicago Manual of Style*. 17.^a ed. Chicago, Londres: *The University of Chicago Press*.
- Assis-Rosa, Alexandra. 2015. «Translating Orality, Recreating Otherness», *Orality in Translation. Special Issue of Translation Studies* 8 (2): 209-225.
- Ayto, John, ed. 2009. *Oxford Dictionary of English Idioms*. 3.^a ed. Nova Iorque: Oxford University Press Inc.
- Durão, Maria do Rosário. 2007. *Tradução Científica e Técnica: Proposta para a Formação de Tradutores Pluricompetentes Especializados na Produção de Documentação Científica e Técnica do Inglês para o Português*. Vol. 1. Tese de Doutoramento. Universidade Aberta. Acedido a 5 de setembro de 2020. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/776>.
- Faria, Dominique. 2017. «Representing Alterity in a Post-Colonial Context: Lídia Jorge's A Costa dos Murmúrios and Its English and French Translations», *Cadernos de Tradução* 37 (1): 46-64. Acedido a 15 de maio de 2020. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2017v37n1p46>.
- Mossop, Brian. 1983. «The Translator as Rapporteur: A Concept for Training and Self-improvement», *Translator's Journal* (8) 3, 244-278. Acedido a 7 de setembro de 2020. [doi.: 10.7202/003674ar](https://doi.org/10.7202/003674ar).
- Munday, Jeremy, ed. 2009. *The Routledge Companion to Translation Studies*. Edição revista. EUA, Canadá: Routledge.
- Nevalainen, Sampo. 2004. «Colloquialisms in Translated Text: Double Illusion?», *Across Languages and Cultures* 5 (1): 67-88.
- Nord, Christiane. 1991. «Scopos, Loyalty, and Translational Conventions», *Target: International Journal of Translation Studies* (3) 1, 91-109. Acedido a 12 de setembro de 2020. <https://doi.org/10.1075/target.3.1.06nor>.
- Robinson, Douglas. 2003. *Becoming a Translator: An Introduction to the Theory and Practice of Translation*. 2.^a ed. EUA, Canadá: Routledge.

Roman, Jakobson. 1959. «On Linguistic Aspects of Translation». *In The Translation Studies Reader*, editado por Lawrence Venuti 2004, 113-118. EUA, Canadá: Routledge.

Siefring, Judith, ed. 2004. *Oxford Dictionary of Idioms*. 2.^a ed. Nova Iorque: Oxford University Press Inc.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal